



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

MARCOS PAULO TEIXEIRA DE ALMEIDA

**Do povo que vive ao intelectual que explica:
as expectativas frustradas de pessoas comuns em
cartas ao presidente FHC (1998 – 1999)**

Linha de pesquisa: História Social e suas múltiplas formas

Orientador: Prof. Dr. André Cabral Honor

BRASÍLIA – DF

Janeiro de 2022

MARCOS PAULO TEIXEIRA DE ALMEIDA

**Do povo que vive ao intelectual que explica: as expectativas frustradas de pessoas
comuns em cartas ao presidente FHC (1998 – 1999)**

Dissertação apresentação ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 17 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Cabral Honor (Orientador)
Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Eloísa Pereira Barroso
Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Amélia Cohn
Universidade de São Paulo

RESUMO: Este é um trabalho que analisa cinquenta cartas escritas por pessoas comuns ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso entre 1998 e 1999. Passando por questões de representatividade e o bem comum, essa pesquisa se concentra em compreender as frustrações direcionadas ao Fernando Henrique e explicar o que leva os missivistas a deixarem de acreditar nas instituições estatais em geral e nos representantes em específico. Para isso, se contextualiza os argumentos dos missivistas com dados socioeconômicos do Brasil na virada do milênio, analisa as bases retóricas utilizadas pelos missivistas, bem como se destrincha argumentos e posicionamentos defendidos pelo presidente. Em conclusão, pessoas descontentes escrevem ao presidente por se sentirem abandonadas pelo sistema e esperam que o governante preencha as lacunas deixadas pelo Estado, mas ao perceberem que não podem contar com Fernando Henrique para representá-las e que as expectativas eleitorais não se concretizariam, elas se decepcionam. A frustração aparece como agravante nos missivistas que atribuem as ações presidenciais como origem central dos seus problemas, embasada por argumentos de injustiça praticada pelo presidente para favorecer grupos com maior poder aquisitivo.

PALAVRAS-CHAVE: cartas; era FHC; representatividade; Fernando Henrique Cardoso; missivas

ABSTRACT: This is a work that analyzes fifty letters written by Brazilian citizens to the then President of the Republic (Fernando Henrique Cardoso) between 1998 and 1999. Thinking about representation and the common good, this research focuses on understanding the frustrations directed at Fernando Henrique and explaining what leads letter writers to stop believing in state institutions in general and representatives in particular. For this, the arguments of the writers are contextualizing with socioeconomic data from Brazil at the turn of the millennium, the rhetorical bases used by the writers are analyzed with the arguments and positions defended by the president. In conclusion, unsatisfied people write to the president because they feel abandoned by the system and hope that the government will fill the gaps left by the state, but when they realize that they cannot count on Fernando Henrique to represent them and that electoral expectations would not materialize, they are disappointed. Frustration appears as an aggravating factor in letter writers who attribute presidential actions as the central source of their problems, based on arguments of injustice practiced by the president to favor groups with acquisitive power.

KEYWORDS: letters; era FHC; representativeness; Fernando Henrique Cardoso; missives

Dedico este trabalho a todos os que já acreditaram na política representativa como meio de superação das desigualdades.

Que mesmo frustrados, não se sintam sozinhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-graduação em História pela oportunidade de desenvolver esta dissertação.

Agradeço à Amélia Cohn pelas contribuições na formação deste trabalho. Espero que ele seja inspiração e ponto de partida para novos questionamentos, como sua pesquisa foi para mim. É assim que fabricamos conhecimento.

Agradeço a André Honor por tudo. Esta pesquisa não sairia sem o apoio que dispôs durante todo o percurso; as críticas, recomendações e reformulações que regem o texto; a paciência com as reiteradas revisões e meu processo de criação. Você é o melhor orientador que alguém poderia ter.

Agradeço à Eloísa Barroso por seus apontamentos que sustentam este trabalho. Sem reflexões sobre aspectos macroeconômicos e as estruturas sociais que conectam os missivistas, muito faltaria a explicar. Sou profundamente grato.

Agradeço aos meus familiares Edson Aliel e Eva Aparecida por ouvirem infindáveis monólogos sobre frustração, injustiça e representatividade.

Agradeço aos amigos Daniel Félix, Felipe Rosa, Kairo Hamã, Lucas Ramalho, Lucas Novais, Rafael Lima, Thiago Wallisson, Victor Afonso, Wanderson William. Vocês proporcionaram alívio para as minhas frustrações e, mesmo distantes, foram suporte emocional durante esses tempos difíceis.

Agradeço a todos que sustentaram a minha esperança como escolha política através de seus trabalhos e obras. Vocês construíram o que eu acredito e constantemente me relembram pelo que luto, resisto e pesquiso. Muito obrigado aos já citados e acrescento Atilla Iamarino; Gabriela Prioli; Leandro Karnal; Lilia Schwarcz; Marcos Nobre; Michael Sandel; Rutger Bregman. Não os conheço pessoalmente, mas carrego imensa gratidão por tudo que já me ensinaram.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 8 |
| 1. Os necessitados que pedem: os princípios das cartas escritas ao presidente FHC..... | 12 |
| 1.1. Princípios técnicos: subjetividade e materialidade..... | 15 |
| 1.2. Princípios argumentativos: entre denúncia, sugestão e pedido..... | 23 |
| 1.3. Justificativas para a escrita de si..... | 30 |
| a) Familiaridade..... | 30 |
| b) Lealdade..... | 33 |
| c) Justiça..... | 34 |
| d) Necessidade..... | 39 |
| 1.4. O presidente responde? Um padrão de resposta..... | 44 |
| 2. O povo brasileiro sofre: a união pela frustração com FHC | 54 |
| 2.1. O intelectual que explica entra em cena..... | 55 |
| 2.2. A frustração dos trabalhadores: o <i>nós</i> criado pelos críticos do presidente | 59 |
| 2.3. Um <i>eu</i> vestido de <i>nós</i> : o pedido ao presidente como compensação pela ausência estatal.. | 76 |
| 2.4. O estopim para a crise de representatividade: as classes médias que se frustram..... | 89 |
| 3. Os frustrados que desabafam: a crise de representatividade floresce..... | 98 |
| 3.1. A privação dos frustrados | 98 |
| 3.2. A injustiça dos frustrados..... | 102 |
| 3.3. Crise de representatividade..... | 109 |
| Considerações finais..... | 120 |
| Referências bibliográficas..... | 123 |

INTRODUÇÃO

Cartas podem ser um modo incômodo de buscar explicações. Sempre são escritas com informações atrasadas para quem as recebe e carregam um passado intrometido como se fosse presente. Há desencontros entre o que se deseja registrar e o escrito, oficializando um pequeno ofício literário necessário para todos que aceitam o desafio de expor os sentimentos por essa via; dificuldades que de nada serviriam se não expressassem verdades tão necessárias para os envolvidos nesse laço epistolar. Assim, missivas falam tanto sobre verdades, quanto sobre sentimentos. Como fonte histórica, cartas podem ser usadas para esclarecer relações, conflitos e sensações que muitas vezes não encontraram espaço para serem expressas de outra forma. A dificuldade de conversar pessoalmente com o presidente da República é um exemplo.

Neste trabalho, o foco será a frustração, fruto de expectativas não concretizadas, em relação ao presidente. Trata-se da peculiaridade de pessoas que decidem escrever uma correspondência quando alguém que elas nunca viram ou com quem nunca conversaram pessoalmente deixou de corresponder aos anseios delas. Uma ligação epistolar entre uma pessoa comum e o então presidente Fernando Henrique Cardoso formada para criticar as falhas na representatividade do laço eleitoral. Essa documentação, fruto de uma conexão tão específica, é reveladora de demandas, leituras da realidade, relatos de experiências e registros de vidas daqueles que foram deixados à própria sorte por políticas de ajuste.

As epístolas usadas encontram-se no Arquivo Nacional sediado em Brasília. Com o intuito de preservar a memória do Presidente da República, o Departamento de Documentação Histórica organizou as cartas e cada uma possui espelho de controle próprio.¹ Nessa folha, estão anotadas informações que a presidência conseguiu com a missiva – nome, endereço, data de recebimento – além de comunicar a resposta dada ao remetente e o destino da correspondência.

Selecionamos 80 cartas para a presente pesquisa. Datadas entre 1998 e 1999,² essas correspondências são, em sua maioria, manuscritas. Por opção metodológica, priorizamos

¹ A organização dessa documentação é fruto da efetivação da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, a qual dispõe sobre os acervos privados dos presidentes da República. Em resumo, além da Fundação FHC, outras entidades públicas têm direito a parte do acervo, bem como devem se responsabilizar pela manutenção da memória do presidente, entre elas o Arquivo Nacional com sede em Brasília. Duas caixas do arquivo foram usadas para formular a presente pesquisa “PRER/COR/POO/NAC/CAS/FH. De Michel a Nilo, 1998 e De S a Synara, 1999”. Nas referências autor/data, indicaremos apenas o código que permite a localização da carta na caixa e a página. Em referência próxima, apenas o ano da carta e a página. O código iniciado por 98 indica a caixa de 1998, enquanto 99 remete à caixa de 1999.

² Optou-se pela datação em meados do governo FHC por esta proporcionar as seguintes vantagens: 1) os cidadãos já associam sucessos e fracassos de políticas públicas como resultantes do Executivo de então; 2) o mérito pelo controle da inflação não é suficiente para manter a imagem de FHC positiva; 3) a oportunidade de comparar

missivistas que sentiram a necessidade de se expressarem pelo esforço do próprio punho ou assim o fizeram por não ter acesso a outro meio. No mesmo sentido, focamos nas cartas mais longas, pois quanto mais escrevem, mais nos contam sobre si.

A primeira informação que obtemos com base nos nomes dos missivistas é o gênero: 53,75% são homens e 46,25% mulheres. Assim, afirmamos que o recorte trouxe certa equidade de gênero entre os signatários das cartas para o presidente FHC. Tal constatação não deve ser entendida como típica, pois há pesquisas com outros presidentes que encontraram notadamente mais mulheres.³

Dos mesmos oitenta missivistas, a presidência classifica como crianças 5%; jovens 6,25%; adultos 85% e idosos 3,75%.⁴ A clara predominância de adultos se justifica tanto pela larga faixa etária abarcada pela categoria (21 aos 60 anos) quanto por essa classificação nem sempre constar na missiva. Quando a idade não é declarada no corpo da carta, o responsável pela leitura infere a categoria e, na dúvida, coloca-a no grupo dos adultos. Mesmo aos que comentam sobre aposentadoria, por não declararem suas idades como sendo maiores de sessenta anos, são enquadrados como adultos. Em geral, a chance de acerto é alta, pois a maior parte da população brasileira se encontra entre os anos delimitados.

Outra informação valiosa dos espelhos é a origem dos remetentes. Pelo endereço das cartas sabemos que 1,25% vêm da região Norte; 2,5% do Centro-Oeste; 22,5% do Nordeste; 23,75% do Sul e 50% do Sudeste.⁵ As discrepâncias valem algumas considerações estatísticas e históricas que possam justificá-las.

Conforme dados do IBGE de 1996, as duas regiões menos populosas do Brasil eram o Norte e o Centro-Oeste, cada uma delas com pouco mais de 10 milhões de habitantes, ao passo que o Nordeste alcançava 44 milhões e o Sudeste 67 milhões.⁶ Por certo, o índice populacional ajuda a pensar na probabilidade de escrita pela quantidade de brasileiros que lá vivem. Pela lógica, regiões com mais pessoas geram estatisticamente mais probabilidade de algum residente neste espaço querer escrever uma carta. Porém, se os dados demográficos bastassem, o Nordeste teria o dobro de correspondentes que o Sul.

retóricas eleitorais de antes e depois da reeleição; 4) a pluralidade de maneiras como o mesmo período histórico pode ser vivenciado de formas tão distintas pelas mais diversas pessoas.

³ Em números absolutos, temos 43 homens e 37 mulheres. Sobre os trabalhos, ver: COHN, 2012, p. 18; NUNES, 1993, p. 78.

⁴ 4 crianças (até 12 anos); 5 jovens (13-20); 68 adultos (21-60) e 3 idosos (61+).

⁵ Em números absolutos, 1 é do Norte; 18 do Nordeste; 2 do Centro-Oeste; 19 do Sul e 40 do Sudeste.

⁶ Dados do IBGE, Censo demográfico e contagem da população de 1996. Na época, o Brasil possuía 157.079.573 habitantes, em ordem crescente: 1) 10,501, 480 do Centro-Oeste; 2) 11.290.093 do Norte; 3) 23.516.730 do Sul; 4) 44.768.201 do Nordeste; 5) 67.003.069 do Sudeste.

A informação que pode complementar o censo demográfico e justificar a disparidade proporcional entre Nordeste e Sudeste é o letramento. Conforme as taxas de analfabetismo coletados pelo IBGE em 1997, 29,4% das pessoas com mais de 15 anos eram analfabetas no Nordeste, enquanto o Sul possui uma taxa de 8,3%.⁷ Por mais que os dados da época excluam as zonas rurais, é possível termos uma diferença significativa no acesso à cultura escrita, o que pode ser traduzido em mais pessoas tendo a possibilidade de escrever ao presidente no Sul e Sudeste do que no Norte e Nordeste.

Considerando esses dados, o correspondente mais comum do presidente Fernando Henrique é homem, paulista, em torno dos seus 35 anos, desempregado, buscando mudar a sua situação. Ele pede por condições dignas de sobrevivência e explica a justiça no atendimento de suas reivindicações. No processo, o missivista fala sobre a situação do país e sobre as falhas das políticas públicas locais e nacionais enquanto constrói para o presidente uma versão de si como alguém esquecido e, principalmente, injustiçado. É a este perfil que nos referimos ao usar “missivista” de modo genérico.

A frustração é sempre uma possibilidade para aquele que um dia já acreditou na política. Escrever ao presidente pode não ser uma atitude típica da relação dos brasileiros com os seus representantes, mas por certo tem muito a dizer daqueles que se dispuseram a relatar – sobretudo daqueles que não viram outra escolha. Mesmo que estejamos falando de uma porção minoritária da população nacional, são histórias que precisam ser explicadas e compreendidas.

Encontramos aqui homens e mulheres de todas as idades, estados civis, profissões e regiões diversas. Temos crianças e idosos discutindo o futuro do país; mães, pais, avós e filhos. Pessoas casadas, solteiras, divorciadas e viúvas. Histórias de carreiras concluídas, interrompidas e em curso sendo contadas. Como se verá, nessas 50 cartas conheceremos militares, motoristas, professores, donas de casa, estudantes, jornalistas, comerciantes, faxineiras, agricultores, videntes, médicos e copeiras. Podem ser cariocas ou baianos, brasilienses ou tocantinenses.

Antes de qualquer predominância estatística, o que a epistolografia demonstra é a pluralidade de perfis sociais nos quais qualquer um pode escrever ao presidente da República com a intenção de ser lido por ele. Dentre esses, nos interessamos especialmente por aqueles

⁷ Síntese de indicadores sociais relativos a 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e social, n.1). p. 59. Na época, o Brasil possuía uma taxa de analfabetismo de 14,7%. Por regiões, em ordem crescente, temos os seguintes dados: 1) 8,3% no Sul; 2) 8,6% no Sudeste; 3) 12,4% no Centro-Oeste; 4) 12,7% no Norte; 5) 29,4% no Nordeste. As porcentagens não contam o analfabetismo rural, então é preciso cuidado com os dados, principalmente da região Norte.

que nada pedem, apenas denunciam as injustiças que o Estado promove e o presidente não corrige. Uma frustração que é resultado de alguém que já acreditou na mudança.

Para explicarmos as origens dessa frustração encontrada nas epístolas é necessário um processo de contextualização e interpretação com método. No primeiro capítulo, “Os necessitados que pedem: os princípios das cartas escritas ao presidente FHC”, buscaremos elucidar a relação entre verdade e sentimento bem como inteirar a leitora e o leitor das especificidades que escrever uma carta ao presidente da República acarretam. Passaremos pelas estratégias de argumentação, relação público-privado, direitos e deveres, entre outras questões relevantes para compreender o exposto pela fonte, bem como a legitimidade de tais relatos.

No segundo capítulo, “O povo brasileiro sofre: a união pela frustração com FHC”, conectamos as principais causas do referido sentimento de frustração. Em cada motivo, há um grupo que se descontenta com o presidente. Desempregados, demitidos, terceirizados são alguns exemplos de situações narradas que possuem as medidas de FHC como elo. Usamos essa conexão para explicar necessárias contextualizações do governo FHC e suas medidas representativas.

Por fim, no terceiro capítulo, “Os frustrados que desabafam: a crise de representatividade floresce”, mostramos como os argumentos dos missivistas mais exaltados possuem origens em incômodos relatados anteriormente, com maior foco na responsabilidade pessoal de FHC pelos problemas notados. Questões de natureza econômica são explicadas por aqueles que tentaram contatar FHC por não terem recebido do Estado o mínimo necessário para sobreviver. Problemas de redistribuição são lidos frequentemente em cartas que fazem sugestões e informam sobre o descontentamento com o modo que o presidente repartiu os recursos nacionais. Já a responsabilização das escolhas pessoais do presidente em representar o interesse de outros grupos sociais e sua postura com os demais cidadãos são os elementos centrais que explicam a severidade dirigida a FHC por esses cidadãos frustrados, bem como a descrença típicas dessas missivas.

Ao explicarmos um sentimento renunciamos a uma pesquisa que equilibre narrativas. Aqueles que mais se beneficiaram com os efeitos da globalização não foram os que escreveram, frustrados, a Fernando Henrique. Nesse sentido, a explicação depende mais de críticas negativas do que dos avanços e conquistas para se justificar. Tomadas como ponto de partida, as falhas proporcionam um método privilegiado para interpretar percepções políticas com historicidade, pois elas se acumulam e ampliam até que haja uma significativa mudança.

CAPÍTULO 1 – OS NECESSITADOS QUE PEDEM: OS PRINCÍPIOS DAS CARTAS ESCRITAS AO PRESIDENTE FHC

É com muita tristeza em meu coração e muitas lágrimas em meus olhos que envio esta carta, ou talvez um desabofo, o Sr pode até me processar me colocar em uma cadeira elétrica mas eu vou dizer desabafar tudo o que vive até hoje (99.FH.005241.C/01-4, p. 1).

É assim que Laura,⁸ residente de Pouso Alegre (RS), começa a contar sua história na carta escrita ao presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1999. Trabalhadora precoce, aos 8 anos ela já ajudava o pai na colheita de café: época de muito suor e poucas brincadeiras, nem boneca tinha. Com 16 anos, casou-se com um marido arranjado, um “monstro” de acordo com a missivista. Nas mãos dele sofria violência doméstica, além de penar com o trabalho cotidiano. Quando escreveu sua carta, Laura trabalhava para o pai na colheita de café e para o marido no comércio fazendo salgados.

Por muitos anos, Laura suportou o trabalho pesado. Filhos foram nascendo e se tornaram a força que ela precisava para seguir em frente. Um dia de cada vez fez o melhor que pôde, mas sua situação piorou ao se mudar para São Paulo. Na capital, trabalhava das 8hs da manhã até 2hs ou 3hs da madrugada na lanchonete que o marido abria. Com rotina tão intensa de trabalho não pôde criar os filhos, nem mesmo amamentar. Os primeiros foram criados pela avó enquanto os mais novos, agora em outra cidade, recebiam os cuidados dos irmãos mais velhos. Mesmo com tais dificuldades, Laura se esforçava para cumprir o papel de mãe e também o de pai na família.

Em 1999, Laura está com 39 anos. Ela escreve ao presidente como mãe de 6 filhos, casada com o mesmo homem arranjado pelos pais e, para piorar, com a saúde debilitada que a faz se sentir como se tivesse 60 anos. Desde os 29 está em menopausa precoce e há pelo menos 8 anos tem fibromialgia.⁹ Lutando contra as dores constantes, trabalha pelo sustento dos filhos. Para ela, porém, a vida não seria tão difícil se o presidente colocasse a mão na consciência e olhasse por aqueles que o colocaram na presidência pela segunda vez. Em busca de reconhecimento, empatia e um pouco de humanidade, Laura contou parte de sua história.

⁸ Neste trabalho, a documentação está citada com a fonte Segoe Print 9, enquanto as referências de apoio seguem o padrão Times New Roman 11 justificada. São mantidas a ortografia e morfossintaxe originais. A razão para tais escolhas será explorada mais adiante neste capítulo.

⁹ Fibromialgia é uma síndrome caracterizada por dor muscular generalizada e crônica. Outros sintomas incluem fadiga, sonolência, dormências, rigidez matinal, sensação de inchaço, ansiedade, depressão, irritabilidade, dores de cabeça, tontura e problemas de concentração. Não possui cura, apenas tratamento para redução dos sintomas.

As principais críticas da missivista envolvem as longas filas do SUS e a demora para diagnosticar e tratar pobres, de tal modo que só quem pode pagar sobrevive. Enquanto ela trabalha tanto pelo troco de alguns Cruzeiros – que depois seriam convertidos à nova moeda, o Real – os políticos conseguem salários altos apenas fazendo promessas. Trata-se tanto de injustiça quanto de falta de representatividade. Aqui, Laura nada pede para si, apenas está frustrada com a situação precária do país e quer denunciar um governante que parece não se importar com o sofrimento de vida de pessoas como ela:

Eu não espero nada do senhor já que disse que aposentar com 50 anos e vagabundo, estou lhe escrevendo para mostrar a vida como ela é, para quem não teve a mesma sorte que o Sr de nascer em berço de ouro, ter que gastar cada centavo para garantir o pão de cada dia, dar o seu sangue o suor lágrimas, e hoje como eu quantos milhões de brasileiros estão sofrendo o mesmo problema (99.FH.005241.C/01-4, p. 4).

Ela declara com firmeza não estar sozinha. Olha ao redor e vê seus amigos, familiares e vizinhos lutando para sobreviver por conta própria enquanto o Estado, ao invés de auxiliá-los, está focado em outros problemas, outros brasileiros. A denúncia aqui exposta tem o caráter de desabafo, mas também há uma centelha de esperança na mudança: talvez ao falar sobre o que julga injusto, Laura acredite que possa sensibilizar o presidente e incentivá-lo a elaborar uma política nacional de saúde de mais qualidade para todos. A experiência pessoal na carta serve aos outros pois, como ela, “há milhões”.

Laura é o nosso começo e será nosso fim. Este é um trabalho sobre expectativas frustradas, representatividade e injustiça. Nós somos seu destinatário não previsto. A partir da correspondência passiva de Fernando Henrique Cardoso enquanto presidente da República, contextualizaremos a decepção com o presidente que falhou em tornar o Estado coletivo. Ele não representou os interesses de muitos que o elegeram e, conforme o contexto brasileiro deteriorava, os missivistas se frustravam com uma profunda sensação de injustiça. Há nas cartas aqui analisadas apenas pessoas comuns¹⁰ que desejam condições dignas de vida e, quando não as conseguem, buscam formas de serem incluídas. É assim que começa a escrita de uma carta ao chefe do Executivo, simultaneamente narrativas da vida de quem escreve e do país, parte de uma cultura política como bem explica José Reis:

¹⁰ A noção de “pessoas comuns”, principal objeto deste trabalho, baseia-se na definição da professora Ivany Neiva: “brasileiros de vários locais do país, sem visibilidade social além do seu circuito mais próximo; são construtores anônimos da História”. NEIVA, Ivany. Memórias de Brasília: Em cartas para JK. In: COSTA, Cléria; BARROSO, Eloísa. *Brasília – Diferentes olhares sobre a cidade*. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 269.

[a cultura política] se caracteriza por ser um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e também coletivo, partilhado por grupos numerosos e, cuja dinâmica de ação agrega simultaneamente e de forma dialógica tanto tendências duradouras e inerciais dos costumes e dos hábitos, quanto as potencialidades transformadoras e inovadoras da experiência social e do processo histórico (2002, p.11)

Assim, os missivistas são parte de um contexto que conecta a experiência individual e suas interpretações com uma compreensão da realidade absorvida do tempo e espaço em que existem. Cada carta é única, mas possui conexões em algum nível com outros membros da sociedade, tanto do presente, quanto do passado e do futuro. Há partes nessa cultura compartilhada, entretanto, que são marcadas como ciclos danosos para a sociedade.

Quando uma pessoa comum pede emprego, atendimento médico ou vaga na escola para o filho, é acusada de incentivar práticas clientelistas, de aderir ao fisiologismo do Estado através do “jeitinho brasileiro”. Essa forma de se relacionar com o poder público possui a complexidade de buscar ação por meios que o reivindicante sabe não ser os ideais, mas necessárias diante das necessidades que enfrenta e das injustiças que observa. Ele não pediu para o sistema ser como é, mas precisa conquistar espaço a partir do que conhece.

Nossa proposta é defender essas reivindicações como legítimas: se o Estado fornecesse condições de vida dignas aos mais vulneráveis e necessitados, esses não escreveriam pedindo o básico. São as falhas das políticas públicas em conjunto, aliadas a uma sensação de abandono, que levam os cidadãos a buscarem caminhos alternativos, enquanto criticam um sistema que entendem como corrupto. Isso transforma pessoas comuns em missivistas. Cada pedido particular de um necessitado, antes de ser uma iniciativa, é uma resposta. Cada denúncia, uma esperança de mudança que o presidente recebe.

[...] a capacidade de indignação frente ao descaso e à humilhação que o poder público lhes impõe [a pobres] – ao contrário de uma postura passiva – é a marca constante das cartas. [...] As dimensões da situação de pobreza que aqui emergem apontam para o fato de que ela não envolve apenas questões de ordem material nas condições mínimas de subsistência no cotidiano desses sujeitos. Elas apontam para uma camada mais profunda e significativa, que é a condição da busca de dignidade na vida em sociedade, da capacidade que esses indivíduos tem de se indignar, e da importância do papel do Estado na construção da cidadania e da esfera pública em nossa sociedade (COHN, 2012, pp. 173-174).

Se aceitamos a reivindicação em si como prática social, as cartas valem a leitura. Os missivistas aqui abarcados possuem uma postura ativa frente aos problemas que enfrentam e buscam um retorno, principalmente do presidente da república. Como aponta Antonio Castillo Gómez (2003, p. 114), a escrita é um exercício de poder e as cartas são testemunhos dessas práticas.

Em busca de ação, existem abordagens. O incômodo do presente incentiva a escrita de críticas, sugestões e pedidos. Sejam separados, sejam juntos, esses três aspectos necessitam de recursos retóricos para compreensão. A mãe e salgadeira Laura, por exemplo, opta pela narrativa de sua experiência de vida como base para criticar o descaso das políticas nacionais de saúde que ela presenciou. Para entendermos como a frustração se conecta com a injustiça, precisamos começar pelos princípios da escrita ao presidente.

1.1. PRINCÍPIOS TÉCNICOS: SUBJETIVIDADE E MATERIALIDADE

Começemos entendendo perspectivas. Laura conta a história de uma mãe que sempre lutou sozinha para vencer as adversidades da vida, frustrada com as políticas públicas do presidente e a injustiça que testemunhava. Focada intencionalmente no desgaste cotidiano, no adoecimento e na moléstia da vida, temos uma perspectiva dramatizada dos seus 39 anos. É uma abordagem de poucas páginas que usa a experiência pessoal para criticar a proposta de saúde pública nacional. Temos acesso a apenas uma parcela da vida de Laura, a versão que ela quer expor a FHC. Trata-se de uma escrita de si:

Escrever é pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz (FOUCAULT, 1992, p.150).

Em sua contribuição célebre sobre a constituição da epístola, Foucault chama a atenção para a intencionalidade da exposição do missivista ao seu destinatário. Há a construção de uma faceta que nasce com a finalidade carta. Não sabemos sobre os seus momentos de felicidade e de conquista, pois não são sobre esses eventos que Laura quer desabafar. Trata-se de uma leitura incompleta do autor, é verdade, mas que serve aos seus propósitos. Como completa Caroline Jacques Cubas:

Ao partilhar experiências, expõe-se aquilo que deseja que o outro saiba, molda-se um eu ficcional. [...] Escrever cartas, neste contexto, implicava uma série de escolhas. O escritor se desvela e, para isso, seleciona aquilo que vai ser mostrado. Ressalta fatos em detrimento de outros. Ressaltar é omitir. As escolhas não são involuntárias (2008, pp. 153-154).

Já sobre o destinatário, Foucault fala dele como alguém que “se sente olhado” em alusão a uma escrita que conta tanto sobre quem escreve quanto sobre quem se espera que leia a carta. Notemos que Laura vê FHC como um homem que “nasceu em berço de ouro” e

nunca soube o que é a fome, um político que enxerga o trabalhador que se aposenta antes dos 50 como “vagabundo”. Assim, ao denunciar o contraste de realidades, ela expõe com clareza a leitura que tem do presidente. Ao carregar a imagem de intelectual, Fernando Henrique objetiva se mostrar competente para as funções exigidas de representante, mas, ao mesmo tempo, dificulta a sua identificação com os mais humildes. Toda escolha envolvendo representação acarreta consequências.

Desabafar com o presidente sobre as políticas de saúde também denota que Laura acredita que pelo menos em parte ele é responsável pela execução delas e, no presente caso, culpado pelo fracasso na correção dos problemas. As ausências do Estado recaem sobre seus representantes, pois são eles os eleitos para interferir nas vidas das pessoas comuns através de políticas públicas eficazes. Portanto, está explícita e implícita a construção de FHC como presidente e suas atribuídas competências.

Como escrita de si, a carta é um ato de se revelar ao outro e encontrá-lo na distância. Para pessoas que não podem marcar hora com o presidente da República, elas recorrem à correspondência como meio de comunicação.¹¹ Sendo testemunho de práticas, as cartas trazem no papel resistências cotidianas e ideias de seus autores enquanto esperam que o leitor compreenda os sentimentos postos em cada página.

A relação entre remetente e destinatário, aqui na forma missivista-presidente, é escrita a partir de uma perspectiva de realidade. Lemos um “eu ficcional” de Laura que idealiza um certo “presidente FHC”, muito provavelmente diferente da imagem que o próprio Fernando Henrique escreveria de si e de seus feitos. Aqui o debate sobre concreto e verdadeiro abre espaço para discutirmos como os atores políticos se veem ou são vistos pelos seus leitores.

Assim, fala-se de um “eu” reflexivo e analítico anterior à escrita que elabora a narrativa. Também há um “eu” posterior, interpretado pelo discurso e limitado à representação. Na relação entre ambos, trechos aqui descritos e posicionamentos defendidos pelos missivistas trazem consigo mais do que intencionalidade racionalizada. É uma construção.

[...] o indivíduo/autor não é nem “anterior” ao texto, uma “essência” refletida por um “objeto” de sua vontade, nem “posterior” ao texto, um efeito, uma invenção do discurso que constrói. Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu” (GOMES, 2004, p. 16).

¹¹ Ainda hoje, com meios mais rápidos e populares de contato, a carta se mantém como uma alternativa recomendada pelo Estado como meio de encontro ao presidente. Ver site do Planalto. Disponível em: https://sistema.planalto.gov.br/falepr2/aviso.php?IND_IDIOMA. Acesso em: 07 ago. 2020.

A percepção da linguagem como algo construído tanto pelo autor quanto pelo seu leitor possui fortes bases na abordagem do linguista russo Mikhail Bakhtin. Para ele, o significado surge do diálogo, sem que qualquer uma das partes – ou a própria palavra – detenha o controle completo do que foi dito. Assim como Laura se diferenciou de FHC para se definir, junto a Bakhtin defendemos que é através do contraste e da interação que podemos entender os missivistas (apud HALL, 2016, p.155). Esse princípio é válido tanto para as imagens que eles próprios fizeram de si para serem entendidos, quanto aquelas que nós criaremos como leitores para explicar como uma experiência se encaixa em uma estrutura maior.

Há uma versão mais “real” de Laura? Teria ela mentido para o presidente? Exagerado em algum ponto? São questões secundárias diante da proposta de compreensão da frustração da missivista. Há um equilíbrio precário entre os sentimentos que ela deseja passar com sinceridade e a contenção que a forma de escrita e a hierarquia social acarretam. Uma frustração que não dispensa o tratamento de “senhor”.

Mesmo que seja considerada uma versão performática dos acontecimentos e da memória, essa versão ainda é válida para análise pela simples razão do narrado estar servindo para propósitos de ação social, busca de mudanças e legitimação de reivindicações. São essas subjetividades que moveram os cidadãos a escreverem, então são integrantes da escrita de si.

Na filosofia de Foucault, a escrita de si é complementar ao que ele chama de regime de verdade. A situação se torna verdadeira para os seus efeitos reais. Mesmo que haja algum exagero na experiência compartilhada, é a partir do entendimento dela como genuína – e principalmente insuportável – que a missivista está agindo. Ou seja, é real o suficiente para que ela busque uma mudança concreta, então essa ligação com a realidade é forte o bastante para fazer a diferença no jogo político do poder e, conseqüentemente, da história. Nas palavras de Foucault (1984, p. 10), “a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele devido a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder.”.

Temos a perspectiva de realidade que Laura quer expor a FHC de modo a justificar o descontentamento que sente. Para ter a determinação de escrever, a credibilidade dos sentimentos expostos entra em discussão. A percepção da própria missivista é fundamental para explicarmos a frustração que vivencia, assim como é necessária para compreendermos a injustiça que denuncia ao presidente.

Desperdiçar espaço para questionar se Laura realmente acreditava que poderia ir para cadeira elétrica por escrever ao presidente apenas desvia do que a autora da carta quis deixar

claro com tais escolhas de palavras. Ademais, seria presunçoso taxar de falsos os sentimentos aqui relatados simplesmente porque não compartilhamos a mesma percepção como expectadores. Como elucida Skinner:

Se o povo que estamos a estudar afirma que existem bruxas que são aliadas do Diabo, devemos começar por assumir que é exatamente isso em que eles acreditam. [Isso] Impedir-nos-á de tentar salvar a racionalidade do povo que estamos a estudar sugerindo que, sempre que eles dizem algo que nos soa extraordinariamente absurdo, o melhor a fazer será assumirmos que o acto discursivo que eles estavam a realizar não dizia respeito a uma crença (2005, p. 59).

A carga dramática escolhida pela missivista revela o quão sensível dado ponto da narrativa é para ela: ela está preparada para as consequências de seu desabafo. Laura deseja que o seu leitor a leve a sério e entenda a intensidade que deposita na carta. Exagerado ou não, a versão enviada para o presidente é a melhor forma que conseguiu passar seus sentimentos. Acreditar na carta é confiar nos sentimentos que nela transbordam e respeitar a perspectiva optada ao escrevê-la. Por conseguinte, creditamos a angústia, a frustração, a decepção, o ressentimento e a raiva como legítimos:

Toda essa documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” [...] que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como “prova”. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade e singularidade. Ora, uma documentação construída nessas bases exige deslocamentos nos procedimentos de crítica às fontes históricas, no que envolve questões relativas ao “erro” ou à “mentira”, digamos assim, do texto sob exame. Nesses casos, está descartada *a priori* qualquer possibilidade de saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, pp.14-15).

Além do esforço de não distorcer a intenção do missivista e de não duvidar de que ele se sente exatamente como afirma, parte do trabalho de análise de escritos tão sensíveis consiste também em respeitar sua privacidade e intimidade, tanto por uma questão legal quanto por uma motivação ética.¹²

¹² As cartas enviadas ao presidente da República são, por um lado, privadas e possuem um caráter íntimo respaldado por lei (Lei nº 9.610/98 sobre direitos autorais que complementa o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e sua parte sobre privacidade, além do Código Penal Brasileiro, em especial os artigos 184 a 186 que acarretam detenção de 1 a 6 meses ou multa a violação das leis mencionadas). Em contraposição, missivistas estavam cientes de que encaminhavam as cartas para uma figura pública em exercício a quem não conheciam

Por não sabermos se os missivistas gostariam de ser identificadas, mas precisaríamos referenciá-los por requisitos acadêmicos, optamos pela troca dos nomes. Há importância em identificar alguém por um nome, mesmo que não seja o real, ao invés de tratá-lo somente por uma numeração. Evita-se, com isso, o apagamento da pessoa na estruturação padrão de levantamentos estatísticos, o que seria o oposto do objetivado aqui. Laura não se chama Laura, tampouco é somente uma mãe, uma trabalhadora, uma salgadeira, uma paulista. Nomeá-la representa um esforço de singularizá-la e garantir-lhe uma identidade mais complexa.

Como opção metodológica, acreditamos que a nomeação é importante para o exercício da sensibilidade, pois tratamos de narrativas vindas de pessoas reais, com felicidades e tristezas, erros e acertos constitutivos de existências individuais e sociais. Aos interessados na documentação, o número da carta nas notas e referências permitirá localizá-las.

A singularidade de uma missivista é notada em cada carta criada. Ela possui nome, família, tradição, história. Em cada esfera, ela se conecta a muitos, mas não deixa de ser única. A subjetividade narrada e a verdade exposta ao presidente da República exigem a difícil escolha de palavras certas, fiéis à vida narrada e à sensibilidade buscada. Pensada como ponto de encontro com uma pessoa importante, a missivista se veste para a ocasião com respeito, mas também carrega a urgência de uma reunião que não pode ser remarcada. Cada palavra escolhida se torna importante para justificar a atenção cronometrada do presidente. A árdua tarefa depende mais do que palavras, precisa de forma.

Os familiarizados com reuniões sabem que a caligrafia é a roupa social da carta. Tudo é pensado e levado em consideração, como sugere o formalismo daqueles com condições de enviar ao presidente páginas impressas ou aqueles que compraram papel de carta especificamente para essa ocasião e se dedicaram em cada linha ao manuscrito. Não podemos esquecer, é claro, daqueles que apenas tinham acesso a folhas de caderno para expor seus pensamentos. A forma influencia o resultado e o missivista sabe disso.

Além da relação de forma entre impresso e manuscrito, temos as correções. A presença de rabiscos revela pistas sobre a relação do missivista com a carta. O missivista frustrado pega o papel e começa a escrever do jeito que as palavras saem do seu pensamento. São marcas de

pessoalmente, utilizando o endereço ocupacional do presidente, então garantindo o acesso coletivo ao conteúdo (a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11 que respalda o acesso acadêmico e não lucrativo ao material e a Lei nº 8.159/91, sobre o acesso aos interessados em documentação localizada em arquivos públicos, como é o nosso caso. Para mais, ver: LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os acervos privados de presidentes da República no Brasil: entre as noções de propriedade privada e de interesse público. *INcid*, Ribeirão Preto, v. 10, n.1, pp. 64-80, mar./ago. 2019; VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das confidências. *Teresa*, nº 8-9, pp. 372-389, 2008.

oralidade estranhas, frutos de palavras que podem nunca terem sido pronunciadas, mas que encontram espaço na escrita. Ao terminar, o missivista confere se tudo o que quer dizer ao presidente está lá. Porém, alguns pensamentos não parecem certos. O que fazer? Cortá-los? Reescrevê-los?

O autor olha para a sua obra e pode decidir enviar a carta do jeito que está, já que mesmo a escrita não estando fiel ao “eu” que terminou de escrever, cortar algo seria trair os sentimentos daquela parte de si que narrava. Talvez até valha riscar algumas partes, alguns pensamentos, pelo simples prazer de deixar seu leitor saber que existem palavras entre aquelas linhas que ele jamais saberá quais eram.

Outro missivista pode ler o resultado e optar pela reescritura. A reunião pelo papel tem o privilégio de ser refeita. Quantas versões existiram de um mesmo cidadão até que fosse boa o bastante para ser enviada ao presidente da República? Para uma carta carregar o indispensável, muitas vezes é necessário esculpir a escrita ideal.

Alguns missivistas podem acreditar que precisam de mais erudição por estarem escrevendo em folha de caderno e, como forma de compensação, desejam entregar uma escrita impecável. Outras contam com os rabiscos para denotar humildade e simplicidade. Um rabisco pode, inclusive, significar um missivista que deseja mostrar-se como uma pessoa comum que falha e não tem problema em deixar o fato à mostra. O acréscimo expõe um autor que permite ao seu leitor saber que aquelas palavras foram revisadas, logo conscientemente escolhidas. No fim, as alterações também podem dizer que esses pontos não são significativos o suficiente para uma redação nova.

Cada missivista é um caso. Com a observação de suas escolhas, podemos acrescentar elementos à análise. O que afirmamos para um autor pode não servir para outro. Para além do contexto histórico, há a necessidade de observar o contexto material da narrativa como modo de aprofundar o que o missivista quer contar ao presidente.

A materialidade da escritura tem implicações – o papel, o envelope, a pena/caneta – os instrumentos da escrita; o lugar de escrever; a distribuição do escrito na página; a ordem em que os assuntos aparecem; o estilo adotado; os espaços deixados em branco; as normas epistolares (obedecidas ou não), tudo isso provoca efeitos sobre os missivistas – e pretende conformar a leitura que será feita pelo destinatário, ao induzir tal ou qual compreensão, insinuar o indescritível, expor determinadas impressões e sentidos (GASTAUD; COSTA, 2018, p.21).

É um desafio para quem trabalha com a epistolografia trazer elementos do manuscrito para o trabalho científico formatado. Novas escolhas são feitas sob o conteúdo da carta e a maior parte das vezes sem a participação dos missivistas. Recortamos, formatamos e

transferimos discursos. Contamos com a ética do pesquisador para não distorcer as intenções originais, mas como dissemos ao citarmos Bakhtin, também somos nós a construir o significado da carta. Com efeito, as cartas sempre podem ser encontradas na íntegra pelos interessados e a partir disso novas pesquisas nascem.

Expomos, então, aos leitores desta pesquisa que, sem olharem as cartas propriamente, conhecerão pouco do contexto material da narrativa. São detalhes por vezes fundamentais que escapam pela impossibilidade da transferência completa da fonte para este texto acadêmico: a força aplicada na escrita de certos trechos que passam para a folha de baixo, as mudanças de ritmo e caligrafia de uma carta que teve pausas na sua formulação, bem como as letras erradas que se acumulam tentando formar as palavras certas são alguns bons exemplos de elementos que ficarão subentendidos aqui.

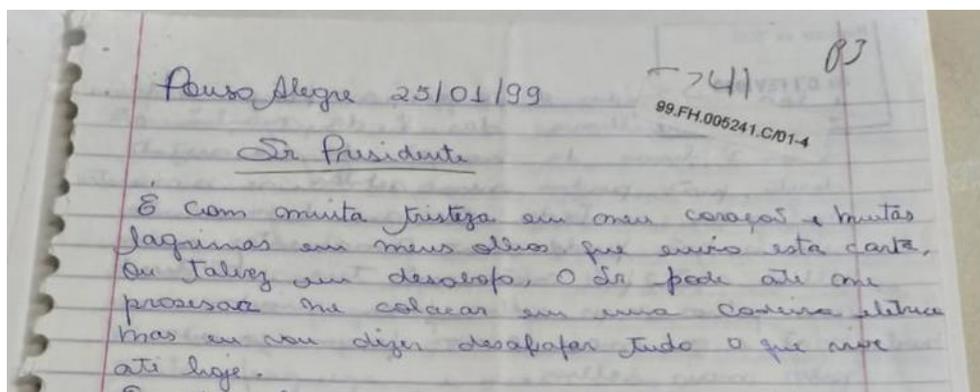


Figura 1: Trecho inicial da carta 99.FH.005241.C/01-4. **Fonte:** Arquivo Nacional. Caixa de S a Synara

Voltemos ao exemplo de Laura. Vemos acima o seu começo firme. Controlada, sua caligrafia está bem desenhada, intensificada em poucos momentos, como em “tristeza” e “pode”. O conteúdo da página de trás é levemente visível. Notamos também a página de caderno escolhida e como ela encaixa perfeitamente na página de baixo, o que indica a escrita contínua do documento. Também encontramos marcas de outras pessoas nas cartas: o grifo a lápis em “Sr. Presidente” do leitor e a catalogação da carta e das páginas pelos arquivistas.

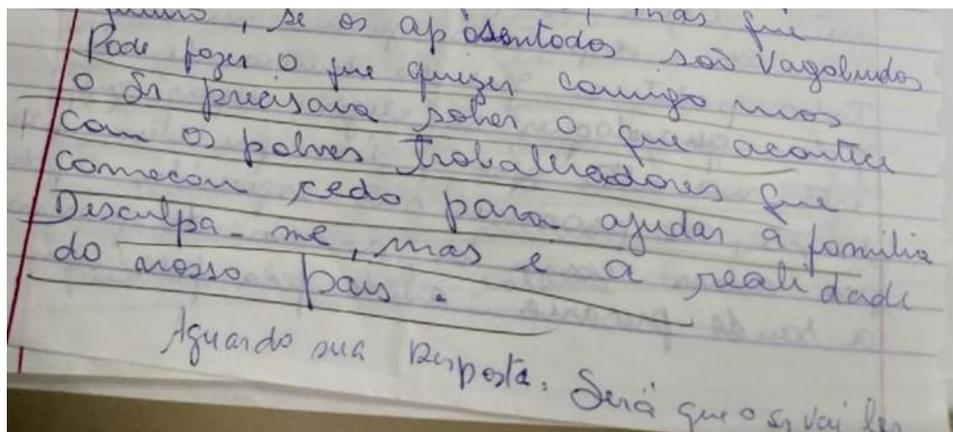


Figura 2: Trecho final da carta 99.FH.005241.C/01-4. **Fonte:** Arquivo Nacional. Caixa de S a Synara

O encerramento de Laura é emblemático. É notória a mudança da missivista durante a escrita. Em termos de conteúdo, a autora introduz a carta como uma história privada, porém conclui que se trata de uma realidade coletiva. Na forma, a letra aumenta, ganha a pressa do pensamento e a intensidade do sentimento em quase toda palavra. O acréscimo de uma linha sugere que a missivista não queria adicionar outra folha. Ela estava determinada a escrever até a quarta página tudo o que tinha a dizer. A firmeza e hesitação dela aparece até o último momento: a resposta é imperativamente aguardada, ao mesmo tempo que sugere não ter a certeza de que FHC a lerá.

A forma diz sobre o conteúdo e o conteúdo sobre a forma: feitos em simultâneo, são complementares. Quando o remetente é uma criança, encontramos desenhos e canetas multicores. Inclusive, algumas se esforçam para deixar cada parágrafo com uma cor. É uma tentativa de passar um espírito para o leitor que se apagaria no preto e branco. Também, uma forma de apropriação do gênero epistolar e moldá-lo a sua imagem, apropriando-se da cultura escrita, expondo-a em moldes coloridos.

A relação entre o texto e a página, a função da cor, os vínculos entre o negro ou o azul da tinta e o colorido dos títulos ou desenhos realizados sobre o mesmo espaço gráfico, entre outros detalhes, são também maneiras de aprofundar as distintas apropriações da cultura escrita por aqueles que escrevem (GOMEZ, 2012, p.68).

Na tentativa de transmitir algumas das apropriações da escrita, ao longo desta dissertação as citações das cartas possuem formatação diferenciada das de cunho acadêmico. Escolhemos a fonte *Segoe print* por ela passar a sensação de ler uma caligrafia, mas, ao mesmo tempo, não é a letra cursiva esperada de um profissional em escrever cartas. Ademais, as palavras quando sublinhadas, em negrito ou tachadas serão devidamente inseridas quando a citação os tiver.

As cartas dos adultos variam entre o azul e o preto. O lápis marca os destaques de informações no texto utilizadas pela presidência para a formação do espelho de controle. Já o vermelho aparece mais como a tinta do revisor que deseja alterar algo na resposta final ou no espelho. O lápis marca o leitor e o vermelho os conflitos:

As anotações feitas [...] nas margens, os agradecimentos, as cópias ou rascunhos das respostas dadas evidenciam que cartas não deixam apenas marcas de quem as escreveu. O destinatário deixou também sobre as folhas de papel os rastros de suas leituras. [...] Esclarecem o conteúdo da carta, a importância do remetente, as redes de relações e até mesmo direcionam a resposta a ser dada (MIGNOT, 2012, p.64).

A materialidade da escrita denota modificações e intenções. São traços dos diversos autores e leitores que coexistiram no mesmo papel. A subjetividade integrante da escrita de si também inclui a forma, equilibrando as hesitações e realces conforme a necessidade. Ultrapassando as palavras, encontramos sentimentos.

Conseguimos informações relacionando a materialidade e a subjetividade de uma escrita. O papel, a caligrafia, o relevo, os rabiscos e os acréscimos modificam o entendimento de uma missiva. Fora das palavras amarradas no texto da carta ainda podemos encontrar dados suplementares à escrita de si, fundamentais no processo de escrita de uma carta. O nome, como dito, contribui com a identidade e singularidade, mas também conta o gênero do cidadão, carregando papéis sociais que são desdobrados na escrita da carta. O endereço fornece o espaço geográfico e a data o tempo, categorias fundamentais para qualquer análise histórica. Tais dados disponibilizados no espelho de controle têm papel fundamental na conexão que faremos entre a singularidade da missivista e o seu contexto social. Resta entender como os missivistas argumentam, partindo do contexto social em que se encontram e dos objetivos que buscam.

1.2. PRINCÍPIOS ARGUMENTATIVOS: ENTRE DENÚNCIA, SUGESTÃO E PEDIDO

Davi escreve de Cabo (PE) para falar sobre “*essa política econômica de mendigagem para com o nosso povo e, para com o desenvolvimento de toda produção de nosso país*” (99.FH.015805.C/01-6, p. 1). A carta de Davi não conta sua idade ou mesmo sua profissão. É uma carta com caráter recriminatório forte o suficiente para passar a maior parte das linhas falando sobre os erros do governo. Ele acusa FHC de levar o país ao caos, tal como os demais presidentes, com políticas de arrocho salarial e descaso com o trabalhador. Avisa, também, que aquele a causar ofensa ao povo é o presidente e não o Partido dos Trabalhadores (PT), como muito se afirma.

Como Laura, Davi se motivou a escrever para relatar o descaso do presidente com a vida do povo brasileiro. As medidas adotadas por FHC são vistas como tão ruins quanto suas ausências e tudo é muito criticável, das pautas de saúde às de emprego. Um homem pernambucano e uma mulher paulista encontram lugares em comum na escrita ao presidente. Essa lógica está incluída na escrita do “nós”: há uma percepção de pessoas abandonadas à própria sorte, como eles, que revela uma peculiar forma de pensar a solidão no coletivo sobre a qual ainda discorreremos.

Por ora, basta conhecermos alguns pontos de aproximações e distanciamentos entre os dois missivistas. Laura e Davi possuem estratégias diferentes de narrativa. A primeira conta sua experiência pessoal com os serviços públicos, enquanto o segundo fala exclusivamente sobre as políticas de FHC. A perspectiva de problemas da paulista ataca principalmente a saúde, enquanto o pernambucano foca no desemprego. As especificidades das acusações são o que mais denota singularidade nas escritas, pois é a necessidade e o conhecimento de cada um que se molda em uma escrita de si para formar a crítica.

Laura escreve sua carta com reticências, não tendo certeza se o presidente vai lê-la e parece não se importar com o que fosse feito caso ele realmente lesse. Então, a missivista deposita no papel o que precisa dizer, sem propostas de intervenções claras elaboradas para o leitor. Davi, por outro lado, acredita que será lido e acrescenta uma instrução para um caminho melhor que o atual seguido. A sensação de injustiça expressa por Davi, porém, encontra ecos na carta de Laura:

O povo trabalhador não merece isso sr. presidente. Mas sim dignidade, melhor salário digno como diz a constituição. De todos esses problemas que nos restaram o desemprego, angústia e sofrimentos. Sinceramente sr. presidente, nós que sofremos estas causas, estes constante abuso, que devemos fazer? a única solução é clamar em oração ao nosso Deus e general dos céus e da terra: todos os dias, para que ele tome uma devida providência sobre essas injustiças e opressões (99.FH.015805.C/01-6, p. 1).

A solução para Davi é religiosa: se não é possível contar com o presidente para melhorar o país, então só Deus pode ajudar. Ao criticar a ausência do Estado e sugerir Deus como um caminho, Davi escreve sobre si como alguém cuja religiosidade ocupa espaço importante nas reflexões. Simultaneamente, para esse missivista, a falta de cuidado com o povo não parece compatível com a fé, o que o leva a sugerir mudanças para o presidente. A religião aparece como um recurso para se fazer entender.

O uso das palavras de teor religioso, por exemplo, não é simplesmente uma expressão de alienação dos missivistas, mas um recurso da cultura dos populares, com um vocabulário tão rico em expressões de natureza religiosa utilizado em diferentes situações do cotidiano e diante das circunstâncias mais difíceis, principalmente para pessoas que viviam no limite da sobrevivência (MARTINS, 2008, p.232).

Para melhorar a situação do país, Davi vê como solução apenas a intervenção divina, já que a dignidade que lhe deveria ser um direito está negada. Pede, então, ao presidente que leia a Bíblia para adquirir humildade. Ele recomenda sobretudo o Salmo 33:12 – “Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o senhor” (1999, p. 2). Interessante destacar que esse mesmo Salmo aparece constantemente nas cartas ao presidente.

A religiosidade de um Estado laico é cobrada conforme a necessidade. A própria Constituição Federal vigente citada pelo missivista tem um pressuposto semelhante.¹³ O entendimento é que tudo está submetido a Deus, então quando a organização humana falha, ainda se pode contar com a esfera divina. Um Estado incapaz de garantir direitos fundamentais em sua esfera de jurisdição concede espaço para soluções religiosas da injustiça.

Nem sempre a proposta divina aparece com o caráter de solução, podendo servir, ainda, de advertência ou ameaça ao lembrar o presidente de que este não está subordinado apenas à Constituição, mas também a Deus. A ausência de respaldo religioso é mais exceção do que regra na escrita epistolar ao presidente:

A fé religiosa abençoa o presidente e sua família, ao mesmo tempo que dá força a essas pessoas [as missivistas] para que sobrevivam na situação de miséria em que se encontram, com algum grau de esperança de que consigam, com a ajuda do presidente, [...] conseguir os seus direitos (COHN, 2012, p. 175).

O temor a Deus é um porto seguro para muitas missivistas e o centro da noção de justiça. Desconsiderar esse aspecto do argumento seria privar nossa análise de um elemento fundamental a pessoas como Davi, para quem o comportamento a ser adotado e o que é certo a ser feito passam necessariamente por um respaldo religioso.

Identificar o político com a sua religião também ajuda na segurança de acreditar que ele se encontra do lado certo, pois possui valores semelhantes aos das pessoas comuns.¹⁴ Há cartas

¹³ “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos **direitos sociais e individuais**, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, **sob a proteção de Deus**, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”. BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990. Preâmbulo. Grifos nossos.

¹⁴ A relação entre o presidente e a religiosidade é abordada em muitos trabalhos sobre cartas de pessoas comuns ao chefe de Estado. Como exemplo, lembramos como José Reis (2002) trabalha a religião no Estado Novo e como

escritas exclusivamente para recomendar a leitura da Bíblia ao presidente. Citamos como exemplo a escrita por duas crianças de Rolândia (PR), Livia e Amanda Martins:

Nós sabemos o quanto é difícil liderar um país que não coloca Deus em primeiro lugar, [...] mas também sabemos que há uma solução para estes problemas do Brasil e esta solução é Jesus Cristo. Lembre-se que existe um versículo na Bíblia que diz assim: “feliz é a nação cujo Deus é o Senhor” Salmo 33:12. Por isso senhor presidente entregue sua vida a Cristo, e principalmente, o Brasil; e veja o poder de Deus agindo em sua vida e no Brasil (98.FH.098472.C/01-6, p. 1).

Aqui, interessa destacar a religião como uma forma muito usada de aproximação entre crítica e sugestão. O missivista se frustra com o presidente por se distanciar e afastar a nação do caminho de Deus, apontando descasos com os problemas sociais enquanto sugere atenção ao olhar divino para o bem-estar geral. O que poderia ter começado como uma sugestão do presidente se aproximar de Deus e ler a Bíblia rapidamente se transforma em crítica por ele estar longe dos preceitos cristãos e explicação para a injustiça percebida. A fronteira entre crítica e sugestão revela-se muito tênue, o que dá margem para notarmos a construção singular do missivista bem como o papel que a religião possui em sua vida.

Sarah, uma jovem desempregada de 27 anos, também escreve de uma forma que denota religiosidade, mas não coloca Deus no centro da sua argumentação. Ela vem de uma família grande e humilde, com seis irmãos, pai pedreiro e mãe doméstica, e mora em uma área de risco em Sabará (MG), onde as ruas são esburacadas e sem tratamento de esgoto. Embora passe por dificuldades, Sarah deixa claro que as intenções por trás de sua carta são críticas sociais:

[...] Apesar de (graças a Deus) não ter a mau sorte de muitos sou infeliz não por mim mas pelo meu país. O motivo maior desta carta é que me dói demais ver tanta crueldade, tanto abandono para um país tão rico, tão lindo ser totalmente esquecido. Excelência diante de tanta decepção estou odiando ouvir o noticiário, ler jornais pois retratam bem a realidade do meu país, como ser feliz diante de tanta fome, desemprego em massa, violência, falta de escolas, políticos corruptos, pessoas morrendo na fila do hospital, meu Deus será que isto nunca vai mudar? [...] Será que terei que fechar os olhos e ignorar tudo? (99.FH.007885.C/01.1, p. 1).

os missivistas se apropriaram dessa crença como elemento convergente com o regime, usando-o a favor de seus pedidos. Cassiano Nunes (1993) explorou principalmente a lógica “acima do senhor, só Deus” na qual há amplo poder presidencial, bem como responsabilidades que o cargo concedido por vontade divina carrega. Em outro momento (2018), nós também exploramos a questão religiosa quando um missivista relacionava a oposição política aos inimigos de Deus. Ademais, encerro lembrando o trabalho de Douglas Marcelino (2016) sobre a sacralização da política com as cartas enviadas para o já falecido Tancredo Neves.

Sarah escreve com um misto de decepção e absurdo. Ela desabafa sobre o desmatamento desordenado da Amazônia, sabendo que não será impedido porque os donos das madeireiras são vereadores. Em sua leitura, o Brasil é terra sem lei, onde os poderosos defendem apenas seus próprios negócios e não há quem defenda o interesse público. A mineira vê o país decair e se pergunta se tudo que pode fazer é assistir; afinal, confiou em FHC para mudá-lo e ele também a decepcionou.

A má distribuição de recursos públicos é uma das principais razões para se escrever ao presidente da República. Além dessa motivação, o problema social pode aparecer como crítica, sugestão ou os dois juntos. Alguns ficam na crítica, como Sarah, por não se sentirem na obrigação de dar alternativas, enquanto outros escrevem justamente por acreditarem possuir soluções para o presidente a partir de suas experiências pessoais.

Beatrice é uma adolescente de 15 anos residente em Peruíbe (SP). Para ela, um grande problema nacional é a falta de distribuição de renda eficiente, por isso escreve a carta para perguntar sobre a questão. Não parece certo que tantos não tenham o que comer e outros tenham mais do que o suficiente para ter uma boa vida. Então, Beatrice recomenda que os políticos ajudem dando oportunidade para outras pessoas viverem bem, diminuindo os salários daqueles que tem muito, inclusive os próprios pagamentos.

Posso ser chamada de sonhadora, mas com esse problema da desvalorização do real (em que todos vão ficar um pouco mais pobre) quem sabe uma simples cidadã abra os olhos de outros que talvez não estejam cumprindo seus deveres. Se esta carta foi lida, agradeço e espero ter ajudado a achar uma solução (98.FH.117517.C/01-3 pp. 1-2).

A hesitação está marcada na missiva. Beatrice entende que a distribuição de renda é uma solução lógica para reduzir a pobreza, mas não sabe o porquê de o presidente não trabalhar com políticas públicas nesse sentido. Dessa forma, ela fica entre a sugestão e o questionamento na pauta: se ninguém percebeu a obviedade, a carta está aqui para propor a reflexão, mas se existem razões práticas, a adolescente quer conhecê-las.

Sabemos que os problemas implicados em políticas de distribuição de renda são mais práticos e históricos do que teóricos. Se a solução é simples, a execução não é. Trata-se de mexer com interesses de grupos muito poderosos que possuem meios para minarem avanços nessa área. Beatrice traz para nós, assim, uma carta preocupada com assuntos de renda e justiça social com um tom diferente de missivistas já citados.

O religioso e a desigualdade de renda são dois exemplos de argumentações que unem a sugestão e a crítica. Ora embasam argumentos, ora são acessórios. Em algumas cartas são

fortemente julgados, ao passo que em outras são hesitantemente sugeridos. São pontos de encontro entre os frustrados que a partir da sua experiência narram como a ordem das coisas está diferente do que deveria ou poderia ser. A singularidade de um missivista lhe permite embasar o religioso para criticar a distribuição de renda ou mesmo o contrário em alguns casos.

O tom da carta e suas intenções podem mudar conforme a escrita acontece, pois o missivista é livre para discorrer sobre o que sente no momento em que a caneta firma no papel. Começar com uma crítica motivada pela decepção e encerrar com uma sugestão de uma pessoa que sente na pele o resultado das políticas públicas é sempre uma narrativa possível.

Escrever ao presidente com críticas e sugestões é um exercício de poder. A prática social da escrita epistolar não costuma chegar no presidente de forma direta, sendo constantemente mais um elemento de encontro das ideias que circulam e, de modo pouco conhecido, entram na prática política. Faz parte da microfísica do poder, diria Foucault.¹⁵ A cultura escrita apenas conserva para a posteridade o que já existe como conhecimento comum.

O absurdo, a decepção e o óbvio escrevem a história na medida em que os cidadãos escolhem como lidar com as múltiplas faces de um acontecimento. As duas estudantes que recomendaram a leitura da Bíblia e Beatrice que sugeriu a distribuição de renda possuem tanto em comum quanto o trabalhador Davi que está cansado do constante abuso do desemprego e Sarah que não suporta mais a realidade dos jornais. O imaginário social e o presidente são os mesmos. Todos buscam FHC com a intenção de fazer algo a respeito dessa vivência injusta que compartilham baseados em seus próprios limites e experiências.

Emily é uma vidente de Anchieta (ES). Ao ver o presidente na televisão, ela afirma ter visto a morte nos olhos dele e a aconselha cuidar da saúde, evitar exposições públicas e colocar os humildes ao seu lado. A missivista aproveita a oportunidade para recomendar auxílios aos aposentados e assalariados, além de assistência ao povo que está sendo induzido ao assalto e à venda de drogas.

Amigo Fernando Henrique Cardoso. Venho por meio desta levar ao conhecimento do referido amigo que: cuide da saúde, evitar máximo possível de se apresentar em público, vejo a morte em seus olhos através da televisão. [...] Cobro por esta consulta 2000 porque meu amigo pode pagar. Considere-se uma pessoa privilegiada, o que vejo é espontâneo[...]. Quando

¹⁵ Para Foucault, o poder não funciona na forma de uma cadeia e em uma única direção na qual os de cima oprimem os de baixo. Ele circula, nunca sendo monopolizado por um centro. As relações entre as pessoas constituem uma rede em que a força de ação de uma pessoa comum pode influenciar outras em larga escala. FOUCAULT, Michel. *Power/knowledge*. Brighton: Harvester, 1980, p. 98. Assim, a relação da escrita ao presidente é uma forma de interferir politicamente e possui força de mudança.

isso acontece, procuro pela pessoa que precisa de orientação. Amigo não poderá dizer bem que Emily falou [que ia morrer]. [...] Peço dois mil reais porque estou em dificuldade, o que faço não costumo cobrar (99.FH.010188.C/01-5, pp.1-2, autoidentificação trocada).

A carta de Emily carrega sugestões baseadas em sua vivência, percebidas como demandas nacionais, mas introduz algumas questões que remetem a toda carta focada em um pedido material. Trata-se de um caso com elemento singular (previsão de morte) pouco representativo devido a sua atipicidade, mas que carrega elementos em comum com outros que pedem (a familiaridade, a necessidade e a cobrança).

Antes de tudo, notemos a diferença de tom na carta de Emily em relação às tratadas anteriormente. A vidente escreve com convicção de suas habilidades, de modo a sustentar que o aviso dado a Fernando Henrique é um favor. Não há desespero, raiva ou decepção evidentes. A impressão é de que a escrita é uma tentativa de conseguir auxílio, sem qualquer comprometimento emocional caso fosse ignorada. Não há o que perder na tentativa, enquanto 2 mil reais podem ser ganhos. Temos, portanto, uma relação custo-benefício bastante interessante para a missivista.

Muitas são as narrativas inusitadas que aparecem nas cartas: uma criança reivindica o direito de votar, afirmando ter mais consciência política que a mãe comunista; um trabalhador exige a prisão de um padre que recusa a ajuda aos necessitados; um religioso pede uma cidade com o nome de Santa Eulália e outro requer a retirada de “Deus seja louvado” das cédulas pelo dinheiro ser sujo demais para carregar o nome de Deus; um patriota pleiteia a criação do Ministério da Honra e da Obediência; um eleitor clama pela proibição de reportagens escandalosas como aquela em que a apresentadora Xuxa entrevista uma prostituta.¹⁶

Todas são cartas com demandas exóticas. Aqui, a conexão entre pedido e sugestão dispensa o caráter urgente, mas mantém uma relação íntima com o presidente. Na perspectiva dos missivistas, são assuntos importantes o suficiente para contatar o presidente, o que expõe o caráter pessoal dos deveres presidenciais com os seus eleitores. Ainda assim há um inerente interesse público, a percepção de que tais ações melhorariam o país.

Quando se faz um apelo particular para o ocupante de um cargo público, há pontos basilares que precisam ser trabalhados para que o pedido seja lógico e justo. O missivista pode

¹⁶ARQUIVO NACIONAL. Departamento de Documentação Histórica, Centro de Memória do Presidente da República. PRER/COR/POP/NAC/CAS/FH. De Michel a Nilo, 1998 98.FH.114936.C/01-3; 98.FH. 087060.C/01-1; 98.FH.124076.C/01-1; 98.FH.109488.C/01-1; 98.FH.128094.C/01-0; 98.FH.123677.C/01-5, respectivamente.

escrever vários argumentos que justificam sua escrita, mas destacaremos três recorrentes para manifestar a frustração nas cartas.

1.3. JUSTIFICATIVAS PARA A ESCRITA DE SI

a) **Familiaridade**

A primeiro é a **familiaridade**. A vidente Emily trata Fernando Henrique como se possuíssem uma proximidade de muitos anos. Ela quebra a relação burocrática com o Estado ao qual se dirige para assim fazer um pedido especificamente ao presidente. Há uma desvantagem clara na relação entre os dois, já que Emily depende da benevolência do presidente para ter seu pedido atendido, ao passo que FHC pouco ou nada tem a perder por deixar de atendê-la. Conscientemente ou não, ela tenta superar o abismo de distância até o presidente o chamando para perto, através de um tratamento amistoso.

A forma de tratamento é um aspecto fundamental na documentação epistolar. É principalmente nela que se denuncia a intimidade entre os correspondentes. Em geral, o chamado de “amigo” denotaria conhecimento do destinatário e um relacionamento que possui história. Revelaria, também, um laço que dispensa formalidades ao se fazer um pedido. Diante de uma figura pública, o tratamento traz a prerrogativa de prioridade de acolhimento por parte do destinatário. Como coloca Mignot (2005, p. 59) com o caso das cartas a Anísio Teixeira, o tratamento indica o lugar social ao qual os remetentes julgam pertencer:

O tom afetuoso dos amigos mais próximos ([...] ‘Meu grande amigo’, ‘Adeus, meu caro Anísio, um grande abraço de velho amigo’, ‘Abraço-o com amizade fraternal, profundamente, reconhecido’) contrasta com a formalidade das cartas que foram enviadas por remetentes mais distantes, que observavam a hierarquia do cargo: ‘Prezado Professor’, ‘Dr. Anísio’[...].

Vale ressaltar que dos oitenta correspondentes aqui analisados, nenhum se refere ao presidente por Fernando Henrique Cardoso salvo na linha introdutória tipicamente epistolar. O mais comum é encontrar a forma ‘Fernando Henrique’ – razão de utilizarmos esse epíteto para nos referirmos ao presidente. Encontramos “Caro Fernando Henrique”, “Presidente Fernando Henrique”, “Meu amigo Fernando Henrique” e “Sr. Fernando Henrique”, entre outras variações.

No presente caso, os missivistas não conhecem FHC, mas escrevem como se fossem próximos. Reivindicam que o laço de confiança estabelecido pela política seja equiparável ao de uma antiga relação pessoal. O conhecimento das partes é indireto: Fernando Henrique sabe das necessidades das pessoas comuns em geral, enquanto estas discernem a responsabilidade

que o presidente carrega. O primeiro conhece o eleitor, e os missivistas o político da televisão. Pode ser uma leitura arrastada da realidade, é verdade, mas isso não embarça o fato dela ser utilizada como um tipo de relação parassocial.

Os autores escolhem como tratarão o presidente conforme as intenções que possuem e a intimidade de que necessitam, desviando propositalmente dos termos que a hierarquia estipula. Aqui, os correspondentes criam as suas próprias condições. O cuidado que a situação exige é evitar o resultado oposto e ter o recurso de aproximação entendido como desrespeito.

Correspondentes como Ryan deixam claro suas intenções para serem melhor interpretados. Ele avisa que “quando se gosta de alguém usa-se tratamento de amigos, portanto vou continuar me dirigindo ao presidente usando você em lugar de V.Excia” (98.FH.116821.C/01-3, p. 5). Marlene de Fáveri, porém, chama a atenção para as aparências que a necessidade acarreta nesta escolha de palavras:

O tratamento respeitoso em todas as cartas de que o governante era justiceiro, amável, bondoso, amigo, honrado, homem de caráter, protetor talvez fosse só mesmo tratamento, de resto, devia ficar um nó de rancor pelas perdas com as decisões governamentais (2006, p.125).

Não importa o quão crítico o remetente fosse em relação a Fernando Henrique, o tratamento respeitoso mantinha-se imaculado. Pelo contrário, percebemos que é justamente nos missivistas mais irritados que o tratamento é mais cuidadoso. A espontaneidade do momento é trocada por pronomes pensados friamente para corresponder à motivação inicial.

Meu presidente, [...] Sou um brasileiro que, como a grande maioria neste país, vê com tristeza e amargura nossa nação se afundando cada vez mais. [...] Moro na periferia de minha cidade e vejo quanta miséria, quanta tristeza, quanta amargura, fome, doença... meu deus, onde estamos? E o senhor com todo o poder na mão! [...] Quantos anos mais o senhor viverá? Cinco, dez, quinze... E depois queira ou não queira, o senhor também se apresentará a Deus e deverá dar contas da sua vida (99.FH.027684.C/01-2, pp. 1-2).

Notemos que a frustração com FHC de Edson, morador de Nova Andradina (MS), em momento algum abre espaço para a retirada do respeitoso pronome “senhor”. Laura fez o mesmo. A crítica se faz com argumentos e não por ofensas.

Essa familiaridade tentada pode ser simplesmente o resultado da informalidade que as pessoas comuns utilizam. Optar por se relacionar com o presidente de modo tão pessoal ocorre porque o missivista não saberia fazer de outra forma. De todo modo, o melhor a se fazer é entender a escolha do tratamento como uma estratégia legítima de argumentação. Já ao escolher enviar a carta para FHC, o missivista aceitou aquele conteúdo como representativo dos sentimentos que

possui. Além disso, não podemos ignorar que, por vezes, o próprio tratamento pode ser usado para traçar críticas ao presidente. Destacamos o caso de Carlos, cidadão de São Paulo (SP):

Prezado Fernando, Com todo respeito ao cargo que ocupa e à função que o Sr. exerce como Presidente da República, peço licença para chamá-lo pelo nome e tratá-lo por você, como se fôssemos dois bons amigos conversando fraternalmente numa tarde de domingo, pois quero conversar consigo, Fernando, sobre o presidente (98.FH.093433.C/01.0, p. 1).

A carta de Carlos separa as pessoas física e jurídica encarnadas por Fernando Henrique. Enquanto busca proximidade, o missivista denuncia a distância do presidente diante daqueles que querem alcançá-lo. Falando com Fernando enquanto pessoa, o paulista apela para a sensibilidade, a emoção e a empatia do ser humano. Sussurra no coração do presidente as necessidades do povo brasileiro que ele (Fernando) conhece tão bem e de tão longa data devido a extensos estudos e pesquisas. Pede que Fernando abuse do privilégio de estar tão próximo do presidente para aconselhá-lo sem medo.

As sugestões para Fernando são várias. Carlos comenta a necessidade de ancorar o Real a algo material da nação, como o ouro, ao invés do dólar dos amigos do Norte; baixar a carga tributária; formar um programa político de governo ao invés de um de alianças e acordos. Para Carlos, já que o presidente não ouve os amigos entre o povo, que pelo menos escute o Fernando.

Amigo Fernando, muito me alegra esta possibilidade de compartilhar com você estas minhas reflexões, o presidente sinto-o muito distante de mim, cidadão comum, mas você não, você é um amigo com quem se pode conversar nesta tarde de domingo (1998, p. 2).

Quando a familiaridade é usada para sugerir, o correspondente quer também fortalecer a honestidade das questões levantadas. Alguém próximo avisa quando o outro está errando e o faz com as melhores das intenções. A intimidade justifica a intervenção, fundamenta a escrita da carta e reitera o direito de ter as mudanças escritas atendidas.

Com Emily, notamos a cobrança que uma relação próxima pode apresentar. A vidente requer retorno de um serviço por considerar que Fernando Henrique pode pagar e assim une uma perspectiva que aproxima o presidente a si mesma na relação de poder com uma que a subverte. Quando usadas ao mesmo tempo, a lógica é argumentar que pessoas se ajudam da maneira que conseguem. No caso, FHC ajudaria usando o serviço da amiga em dificuldades. Ele paga enquanto ela prevê o futuro.

A estratégia de proximidade que os missivistas utilizam tem um papel fundamental na argumentação central. Aqueles que optam por esse caminho colocam o presidente como um

aliado ou até mais do que isso: como um igual. Notamos com Laura o distanciamento marcado pelo “eu” que sofre o país real e o “você” que nasceu em berço de ouro, enquanto a abordagem mais intimista ao acusar mostra uma profunda decepção pelo presidente ser aquele que deveria estar com o missivista e o povo. Somada a essa lógica argumentativa, a lealdade que precisaria existir entre FHC e seus eleitores, quando o presidente não realiza o esperado dele, ajuda a pavimentar a explicação dos que se frustram.

Como argumenta Luis Felipe Miguel (2012, p. 33), “não basta [o cidadão] pedir – não há um ‘direito’ irrestrito aos benefícios particularistas que o representante pode obter. É necessário justificar o pedido em termos de **necessidade** do remetente, da **lealdade** demonstrada ao destinatário e da **justiça** do pleito”. O autor elenca três elementos que não só ajudam a pensar o pedido ao presidente, como também são fundamentais à compreensão da frustração e da decepção dos missivistas. Para Miguel, a essência da familiaridade está associada à lealdade, o que vale um tópico separado.

b) Lealdade

“Caro amigo senhor Presidente, [...] eu gostaria que o senhor conseguisse para mim um emprego como cozinheira no Hospital Osvaldo Cruz ou em uma lancha do Correio aqui mesmo em Manaus ou então no Hospital da Marinha” (98.FH.104693/01-1, p. 1) – são as primeiras linhas de Isabelle, moradora de Manaus (AM). Com uma narrativa direta, a missivista reivindica proximidade com o presidente, afirma rapidamente o que deseja e passa o restante das suas duas páginas justificando seu pedido.

A cozinheira começa demonstrando conhecimento das ações presidenciais, tais como assentamentos e reconstruções de estradas. Em seguida, elogia a equipe de FHC, destacando a atuação da primeira-dama, do ministro do transporte e do ministro da saúde. Subitamente, a missivista começa a narrar sua tentativa de conseguir emprego com uma carta à vereadora de Manaus, mas sem sucesso. Por fim, só lhe restou recorrer ao Fernando Henrique.

Presidente, Deus, você, eu, minhas amiga e milhões de brasileiros vamos colocar o senhor no palácio do planalto para mais uma vez governar o nosso país, eu convoco minhas amigas para discutirmos sobre política e falar sobre sua candidatura a reeleição e fico pedindo voto das minhas amigas para você e digo assim para elas o presidente FHC foi o presidente que acentou muitas famílias no campo, criou o plano Real e muitas outras coisas
(98.FH.104693/01-1, p. 2).

Temos com Isabelle uma lógica muito parecida com a usada por Emily, mas ao invés da previsão de morte temos um trabalho eleitoral: ela ajudou FHC a conseguir a Presidência da República e, em contrapartida, Fernando Henrique deve auxiliá-la com a dificuldade pela qual está passando. A argumentação de dedicação e defesa do presidente, porém, é muito mais profissional do que se espera em uma relação íntima. Os encontros com as amigas sobre FHC vendem-no formalmente como um político viável. A exibição desse acontecimento intenta a fidelidade, assim como demonstra lealdade. Isabelle já votou em FHC, votará novamente e convence as amigas a fazerem o mesmo.

Combinar a prerrogativa do voto com um tratamento familiar fornece um caminho apaziguador que busca o direito enquanto mantém a humildade. Muitas vezes, a lógica eleitoral é usada para destacar o poder do eleitor e lembrar o candidato quem é o patrão do servidor público. Essa conexão foi trabalhada teoricamente em outras pesquisas sobre epistolografia, aparecendo nos trabalhos de José Reis (2002, p. 132) como a noção de “criado e amigo respeitador” e “intimidade hierárquica” na acepção de Ângela de Castro Gomes.

Isabelle tenta equilibrar a imagem de necessitada com o papel de liderança eleitoral entre as amigas. Para conseguir ajuda do presidente, qualquer recurso narrativo é válido, principalmente quando não há mais caminhos. Ela precisa de um emprego e o Estado não se mostrou presente, restando a tentativa de conquistar a atenção do presidente para que ele intervenha. Logo, os argumentos precisam ser os melhores possíveis:

Considerando ser o destinatário uma autoridade da qual se esperava um auxílio, mas que também poderia tomar como indigna a imagem do demarcante, a carta tinha que lidar com o desafio de pedir ajuda e, ao mesmo tempo, imprimir um caráter digno àquele gesto indigno, daí os diversos recursos narrativos utilizados, como as desculpas (FROTSCHER, 2015, p. 162).

O princípio argumentativo da lealdade necessita de mais equilíbrio que a familiaridade. Alguém íntimo pede, avisa e até critica. Já o caminho da lealdade exige um controle entre comunicar uma ausência e reivindicar uma troca que pode ser lida como mal-intencionada. A intimidade consegue ser lida como informalidade, mas o jogo entre favor e direito é muitas vezes resumido a simples clientelismo e corrupção.

c) Justiça

Justiça é um conceito central nas cartas. Ele abarca a noção do que é considerado pelo missivista o certo a ser feito e a se receber. O justo é uma distribuição correta daquilo que a sociedade valoriza (renda e riqueza, deveres e direitos, poderes e oportunidades, cargos e

honorarias). A injustiça, portanto, diz respeito às discordâncias do retorno quanto aquilo que a sociedade está recebendo e das justificativas ouvidas que as legitimam. Notemos como isso é refletido na retórica eleitoral.

O voto é um mecanismo forte na relação de poder com os políticos. É parte do sistema representativo vigente que conecta os representantes e os representados através de um contrato social. Aqueles eleitos prestam um serviço público contratado pelos eleitores, tornando justa a cobrança de retorno. A conexão reflete um acordo de reciprocidade, em que aqueles que se candidatam como representantes precisam dos eleitores e estes necessitam que os eleitos atendam a seus interesses. Tal estrutura de dependência é largamente explorada pelos missivistas.

Vinícius escreve uma carta decepcionado porque votou em Fernando Henrique. Trata-se de um trabalhador de Itaberaba (BA) que acusa o presidente de não chegar nem perto de atender as promessas de campanha. O povo não consegue emprego, não teve ajuda com a seca e as cestas básicas não atendem às necessidades da população. Por essas razões, Vinícius não voltará a votar em FHC e seus aliados.

Exelência pela enganação, pelos prometimentos que não são cumpridos eu digo a V. Exelência e nem os outros políticos não acharão o meu voto se depender de mim nunca serão eleito por alguns motivos que mim levou a tomar esta atitude, pois trabalhei não só na sua campanha anterior como prometido ao trabalho V.Exelência tomou posse e nada de trabalho (98.FH.111314.C/01-3, p. 1).

Se pensarmos a relação eleitoral como um vínculo de trabalho, a narrativa de Vinícius se assemelha mais a de um chefe que demite do que com a de um funcionário dispensado. Como o serviço que FHC prometeu executar quando contratado não foi realizado, o missivista decidiu “tomar esta atitude”. Fernando Henrique está usufruindo dos benefícios que o cargo oferece enquanto Vinicius, não. A injustiça está na falta de reciprocidade.

Nicolas escreve de Curitiba (PR) pedindo ajuda para agilizar um processo de usucapião. Caso Fernando Henrique não possa intervir, o presidente deve mandar dinheiro e, se não tiver disponível, deve pegar emprestado dos ministros. O valor gasto na campanha eleitoral prova que o dinheiro existe e é justo que Nicolas receba o pagamento por ajudar a elegê-lo.

Sei que o senhor tá gastando na campanha eleitorao! Eu votei no senhor nas eleições passada eu do o meu voto o de Valta pro Senhor e dou e mais 2 a voto é vinte amigo do serviço. [...] Se não der serto [agilizar o processo] mande 6 mil Reais pra mim pode mandar 3 mil reais antes das eleições e 3 mil depois das eleições. Se não tiver esse dinheiro por favor me ajude fale com os dois ministro do senhor presidente empreste 3 mil reais de um e 3 mil reais

de outro ministro. [...] Tenho simpatia para fazer o senhor ganhar a eleições se o senhor não ganhar não tenho culpa (98.FH.112294.C/01-9, pp.1-2).

Este missivista deixa clara a relação de reciprocidade eleitoral como um serviço. Seja na forma de favor, seja por contratação de empréstimos por parte do presidente, o trabalho da campanha deve ser pago, independente do resultado eleitoral. Para Nicolas, o esforço em si para eleger FHC é, neste caso, suficiente, sendo a vitória apenas um elemento que favorece e fortalece a cobrança. Esse é um elemento importante quando o missivista entende que o retorno pedido a Fernando Henrique é barato e pouco diante do que ele pode fazer com o benefício adquirido.

A interpretação de Nicolas subentende o consentimento de FHC no momento em que se candidatou ao cargo. Quando Fernando Henrique pede pelo voto de pessoas como Nicolas e que ele o ajude a ganhar a eleição, o candidato está fazendo um acordo coletivo com o país. Como candidato a presidente, FHC teria aceitado o peso de um cargo público, ciente de que isso incluiria as razões pelas quais os eleitores individualmente fizeram tal voto de confiança. A candidatura é interpretada como um ato voluntário e cobra, junto à reciprocidade, justiça no retorno. Como esclarece Michael Sandel sobre o peso moral dos contratos:

Como atos voluntários, os contratos expressam nossa autonomia; as obrigações que eles criam têm peso porque foram impostas por nós mesmos – nós as assumimos por livre e espontânea vontade. Como instrumentos de benefício mútuo, os contratos inspiram-se no ideal de reciprocidade; a obrigação de cumpri-los resulta da obrigação de recompensar o outro pelos benefícios que ele nos proporciona (2020, p.182).

Assim como a vitória favorece argumentos sobre o trabalho eleitoral, falhas nas generalizações publicamente acordadas também possuem maior impacto narrativo para os missivistas. Fernando Henrique expressamente falou que suas políticas gerariam mais emprego, ao passo que Vinícius o acusa de mentir sobre aquilo que o motivou a votar em FHC. Por outro lado, a abordagem de Nicolas exigiu maior abertura para ser considerada justa.

Respalda o consentimento do presidente no momento em que se candidatou e aceitou fazer parte das regras de representatividade carrega ainda a complexidade de, ao assumir o cargo, ter que governar para todos. O ato de se tornar representante traz à tona um contrato que garante e consente direito inclusive àqueles que não votaram nele, caso contrário também poderá ser injusto. Como lembra Francisca, residente em Belo Horizonte (MG), no encerramento da sua carta após tecer duras críticas: *“não votei em você mas já que ganhou sou obrigada a torcer por você, pois quero continuar acreditando no Brasil.”* 98.FH.121736.C/01-0, p. 3).

A ligação de reciprocidade que Francisca expõe ultrapassa a lógica eleitoral para atingir a própria constituição do Estado de direito. Fernando Henrique é obrigado a ouvi-la mesmo que ela não tenha votado nele, ao passo que a missivista se torna obrigada a torcer por ele. O que está estabelecido como justo é, além do cumprimento das responsabilidades em si, que estas sejam respeitadas segundo um propósito: o bem do Brasil. Essa é a disseminada noção de justiça teorizada por Aristóteles:

Para Aristóteles, justiça significa dar às pessoas o que elas merecem, dando a cada um o que lhe é devido. Mas o que uma pessoa merece? Quais são as justificativas relevantes para o mérito? Isso depende do que está sendo distribuído. [...] Aristóteles argumenta que, para determinar a justa distribuição de um bem, temos que procurar o *télos*, ou propósito, do bem que está sendo distribuído (SANDEL, 2020, pp. 234-235).

Diversas missivas que encontraremos neste trabalho partirão da noção aristotélica de justiça. Isso ocorre porque, segundo elas, não estão recebendo aquilo que lhes é de direito. Cabe ao presidente, segundo o propósito do cargo, compensar os erros de distribuição estatais e estabelecer a ordem certa das coisas. Quando percebem em FHC uma recusa de compensação que ainda por cima privilegia grupos que não merecem o privilégio, a sensação de injustiça se intensifica e resulta em altos níveis de frustração.

Como veremos, o propósito de FHC e o que significa o bem do Brasil vão variar entre cada missivista. A justiça que observam é teleológica, como se seguisse um propósito. Essa determinação pode ser divina, direcionada para afirmar que o certo é seguir os mandamentos de Deus e passá-los para a nação, mas também pode ser buscada nas bases legais e de costumes, segundo a qual o propósito final seria aquele que o missivista considerar mais conveniente. Uma justiça que depende de distribuição também é chamada de honorífica: depende do mérito de cada um e dos assuntos que devem ser recompensados ou simplesmente compensados. A experiência pessoal, o esforço empreendido, a relação eleitoral e as falhas estatais constituirão um arranjo específico para cada missivista, variando mérito e propósito.

Teorias liberais de justiça como as de Kant e Rawls criticam noções teleológicas de justiça. Segundo eles, a justiça não é uma questão de adequação a um propósito estabelecido pelo Estado ou qualquer um, mas de livre escolha: “atribuir direitos não é ajustar as pessoas a papéis adequados à sua natureza; é deixar que elas escolham sozinhas os próprios papéis” (SANDEL, 2020, p. 248). Essas outras concepções de justiça aparecem, mas em menor proporção.

A visão libertária diz que justiça significa respeitar a liberdade de escolhas que as pessoas fazem em um livre mercado,¹⁷ enquanto a visão igualitária liberal fala das escolhas hipotéticas que as pessoas deveriam fazer na posição original de equanimidade.¹⁸ A liberdade é um argumento com pouco apelo para missivistas que escrevem buscando suporte e aceitam qualquer alternativa oferecida para mudar as circunstâncias em que se encontram. Nas vezes em que isso ocorre, os missivistas partem dos caminhos que o auxílio inicial pode gerar a eles.

Larissa é uma estudante de 23 anos que mora em Alagoinhas (BA) com uma amiga e precisa da ajuda do presidente: “*espero que V.Ex^a entenda o que eu quero e preciso o que vou pedir é muito pouco para tudo que V.Ex^a tem poder*” (99.FH.027303.C/01-0, p. 1). A dificuldade que enfrenta é a seguinte: a situação financeira da amiga apertou e não pode mais sustentar a Larissa estudando. Seu desejo, portanto, é que o presidente a ajude a ter uma casa própria.

Sem sucesso, Larissa escreve várias vezes ao presidente: “*Volto a lembra-lo de novo o que peço é muito pouco e a V.Ex^a pode e tem como me ajudar. Senhor Presidente mande dinheiro para eu comprar uma casa pequena.*” (1999, p.2) A missivista mantém uma abordagem de humildade e respeito à autoridade, enquanto constrói FHC como alguém capaz de abrir o caminho para que Larissa alcance os lugares que o seu mérito permitiria.

Senhor Presidente pelo amor de Deus, eu preciso terminar meus estudos, eu quero muito ser alguém na vida em breve eu quero ter uma boa profissão mais para isso eu preciso ter em primeiro lugar um lugar para morar por favor ajude-me a ter uma casinha pequena. Só assim ficarei mais tranquila para procurar emprego e lutar na vida (1999, p.1).

Larissa almeja convencer FHC de que a necessidade e simplicidade do pedido são motivos suficientes para ser atendida, afinal, apenas deseja uma casa para poder terminar os estudos com segurança. Esses são os termos em que a justiça como liberdade se mostra. “*Espero que não esqueça o meu nome e o meu pedido, quero dizer-lo que votei em V.Ex^a, e não estou cobrando nada só pedindo ajuda!*” (1999, p.2).

Assim, o mais comum são variações na lógica aristotélica de justiça. Ela envolve o cultivo da virtude e a preocupação com o bem-comum, seguindo propósitos que os missivistas

¹⁷ Ver: SANDEL, Michael. Somos donos de nós mesmos? In: *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. pp. 75-97. Dentre as obras citadas, em especial: NOZICK, Robert. *Anarchy, State and Utopia*. New York: Basic Books, 1974.

¹⁸ Ver: SANDEL, Michael. A questão da equidade. In: SANDEL, Michael. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. pp. 175-207. Dentre as obras citadas, em especial: RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

entendem como justos. É essa ideia de justiça que permite aos missivistas pedirem mais atenção do presidente da República. Antes de ferir a equanimidade, tais pedidos são justos pelas circunstâncias excepcionais de necessidade em que se encontram. Pelo bem-comum, elas precisam de mais amparo.

d) Necessidade

As cartas dos populares são evidências da complexidade das relações entre poderosos e pessoas comuns, bem como das formas encontradas por estas de adequar suas necessidades e seus valores ao ideário político dominante. Nesse sentido, as cartas não podem ser vistas somente como indícios da passividade ou da subserviência, tampouco da dominação ideológica, mas como instrumentos políticos, formas encontradas pelas pessoas comuns para se comunicarem com a autoridade que poderia melhorar suas vidas e a de seus filhos; retratos, enfim, de famílias pobres, mas não resignadas (MARTINS, 2008, p. 233).

Começamos a falar sobre necessidade com as palavras da Ana Paula Martins para lembrar ao nosso leitor as estratégias discursivas dos missivistas. Se a injustiça é o caminho, a necessidade é a base. A necessidade levou a vidente Emily a cobrar o serviço prestado a FHC, bem como o emprego que a Isabelle requer enquanto destaca sua lealdade.

Letícia diz que sua carta foi escrita com a coragem de perguntar ao presidente “*como o Sr. Por favor, não se comove ou tome umas medidas para melhorar a situação da classe média; que sempre em todas as mudanças é a única que mais sofre*” (98.FH.078010.C/01-0, p. 1). Moradora da cidade de São Paulo, tem 54 anos, é viúva, diabética e possui um filho de 11 anos. Teve seu sustento de comerciante arruinado pelo Plano Real.

Ao contar sua história, Letícia deseja que o presidente entenda que uma pensão de duzentos reais é insuficiente para sustentar um filho, uma sogra e a si mesma, por isso cobra soluções para a classe média. A escrita da autora lembra a já tratada crítica do absurdo que motiva a escrita, bem como a injustiça realizada com a sua classe social. Entretanto, aqui nos interessa o modo como escreve a carta denunciando a situação da classe média, mas rapidamente anuncia que se o presidente não puder ajudar a todos, pelo menos a ajude.

Sei que o Sr. dirá: “Como você há muitas pessoas” [...] Por favor, atenda meu pedido, se não puder fazer algo pelo povo, faça algo por mim, que com certeza, alguém também irá ajudar. [...] P:S. o senhor tem 01 votos de toda minha família, inclusive o meu (1998, p. 2).

A classe média é realmente a que mais sofre? Seria Letícia a mais necessitada dentre todos os missivistas? Temos perspectivas geradas pela experiência única da missivista. A vida

não é uma competição de quem sofre mais, sendo o dever do Estado sanar as necessidades de todos. Ao falhar, encontramos a reivindicação de especificidade: se o presidente não puder resolver por todos, pelo menos a Letícia ele deve. O particularismo é uma consequência e não uma prerrogativa. Mesmo assim, não esqueçamos que o pedido da missivista considera também o filho e a sogra. O pedido para si inclui muito mais do que um simples “eu”.

Cada um quer o presidente para si. Como resultado, alguém não se sentirá representado pelo governo vigente. Até lá, vemos como cada eleitor decide ocupar o presidente da República. Maria, residente em Piritiba (BA), assim escreve:

Venho por meio desta correspondência lhe pedir me despache ou dê este ordem de pagamento ao ministério do trabalho [...], eu estou lhe pedindo pois só o senhor pode dar esta ordem de pagamento [...]. Conto com sua ajuda, nem que seja só para mim esta ordem de pagamento pois estou precisando deste dinheiro não porque sou melhor do que ninguém é por causa da minha situação, pois estou desempregada e agora chegou a minha vez de eu lhe ocupar [...] (98.FH.1244.39.C/01-3, pp.1-2).

Maria está desempregada, doente e sem amparo. Ela não deseja ser priorizada pelo presidente por quaisquer razões além de sua necessidade, e então pede uma ajuda muito semelhante à Larissa quando pedia pela casa própria. A missivista parte da obrigação presidencial diante do interesse público, mas em momento de necessidade, ou de escolha, Maria pede para que seja ela a escolhida. O que encontramos na carta é uma relação de prioridade, não de egoísmo e deve ser entendida nesses termos.

Os remetentes das cartas não esperam uma prestação de contas do exercício do mandato ou a defesa de princípios e interesses gerais, mas a satisfação de necessidades localizadas e concretas. No pensamento político, tais formas de relação costumam ser marcadas com um sinal de negatividade. Elas revelariam a baixa consciência política ou a incapacidade de ação democrática destes estratos populares, inaptos também, aliás, para observar a distinção entre o público e o privado. Mas, neste tipo de avaliação, muitas vezes **se exige dos pobres um sentimento cívico que não se espera encontrar entre as classes proprietárias**, que quando apresentam, de outra forma e com maior capacidade de pressão, suas demandas particulares ao Estado (demandas mais significativas, aliás) estariam apenas agindo de forma “racional” (MIGUEL, 2012, p. 43, grifos nossos).

Uma pessoa comum que sente o distanciamento do Estado e das políticas públicas se decepciona com o representante escolhido, frustra-se com o sistema imposto a ele e então busca formas alternativas de conseguir justiça social. A defesa do particular nos empobrecidos nasce nesse momento e é frequentemente confundida com a manutenção de desigualdades das classes homogêneas, para usar o conceito gramsciano.

O desespero motiva a pretensão de prioridade. Para todos, a sensibilidade se faz necessária. Eles escrevem por não terem mais ninguém a quem recorrer. Falar com o presidente por correspondência é só o que resta. Os missivistas legitimam sua preferência com o voto, a intimidade, a urgência, a justiça ou qualquer outro artifício que lhes pareça coerente. O presidente é o menos provável de oferecer ajuda, mas é aquele que resta.

Recorrer ao presidente da República para resolver sua situação não é recurso de que se lança mão facilmente. Pelo contrário. [...] Escrever ao presidente só se faz depois de tentarem inúmeras outras vias, a começar pelo nível local, as secretarias locais, [...] e mesmo assim depois de várias tentativas, até “ficar de canela seca de tanto ir atrás” (COHN, 2012, p. 33).

“O que vou escrever aqui não é um conto, nem ficção e nem invenção; e sim realidade de uma família brasileira, paulista, são-miguelense” (99.FH.026725.C/01-1, p. 1) – assim começa a carta de Manuela para Fernando Henrique. Ela confia no “Plano” que o presidente executou e pretende apoiá-lo até o fim. Com uma história sensível, a autora escreve intimidades que expõem as necessidades confiadas ao presidente como último recurso ou que, pelo menos, tornem onerosa a recusa de ajuda.

Manuela começa sua narração pela família. A mãe tem 55 anos, costureira de origem humilde da zona rural, enquanto o pai tem 57 anos, mecânico, “de família muito energética, onde caminho não era comum” (1999, p. 2). Contam com casa própria e, na época da escrita da carta, estavam casados há 34 anos. Segundo a autora, os pais casaram novos porque a mãe estava apaixonava e ansiava por mais liberdade. Em pouco tempo, porém, ela se sentiria mais prisioneira que antes.

O pai de Manuela é alcoólatra desde antes dela nascer. Com 33 anos, ela lembra quando era pequena e o pai chegava em casa bêbado, gritando com a mãe e quebrando a casa. No dia seguinte, o que era possível de ser consertado, ele consertava. Sempre eram os móveis, nunca as pessoas. Para a missivista, desde cedo a vida se resumia a ela e a mãe, pois o pai só vivia para si e para os amigos.

Enquanto a mãe se esforçava para lhe dar a educação que nunca teve, o pai insistia no caminho oposto. Com ele ausente nos momentos importantes, era a mãe quem comprava os cadernos da escola e a incentivava nos estudos. Segundo o pai, só seria necessário estudar até a quarta série para começar a trabalhar logo em seguida, como ele fizera. Manuela acredita que parte do tratamento vinha da ausência de um filho. Depois de tanto tempo, ainda culpava a mãe por não ter parido um homem para ajudar na oficina.

Manuela pouco se recorda da infância. Lembra de estudar, brincar e se alimentar, o usual. Ela passou a entender a infância que teve já adulta, olhando em retrospecto para lembranças específicas. Não sabia se o que via cotidianamente era amor ou ódio, confundia as coisas e os sentimentos. Em suas primeiras memórias, ainda bem nova, ela até admirava o pai como mecânico, achava bonito vê-lo sujo de graxa e, sempre que podia, ficava no banco do passageiro observando o trabalho enquanto um carro era consertado. Apesar de o pai ser alcoólatra, Manuela não lembra de odiá-lo. Ela sentia pena e nojo, especialmente para o lado que ele logo mostraria.

Quando estava com 12 anos, sua mãe engravidou novamente. Até o momento, Manuela dormia no mesmo cômodo que os pais, mas com a vinda de outra menina, pareceu adequado um quarto separado, o qual foi construído em anexo à casa. A partir de então, a vida dela mudou. Agora era grande o suficiente para aprender a dirigir, o pai dizia. Também chamava Manuela para ir até o quarto de ferramentas na oficina com o pretexto de contar dinheiro. O seu real interesse era o corpo dela.

Apesar de eu achar anormal, eu sempre obedeci, nunca gritei com ele, nunca lhe disse uma palavra que pudesse ofender, e isso ainda é assim. As palavras dele eram que, ele estava me ensinando como enfrentar a vida, não ligar para meninos, que era feio e proibido (1999, pp. 4-5).

Manuela nunca acreditou na argumentação do pai. Sabia que não era a única. A mãe, incomodada com a forma que ele “mexia” com as clientes, passou a trabalhar como costureira fora de casa. Até o momento da escrita da carta, Manuela não tinha certeza se a mãe sabia o que ele fazia.

Nunca falei pra minha mãe, nem pra ninguém, só consegui tocar no assunto vários anos depois, com uma amiga, com meu marido, mas nunca contei detalhes. Minha mãe não ama meu pai, ela o suporta, porque também tem pena, e porque é muito católica. Eu e meu pai não nos falamos, aliás ninguém de casa continua com ele, só fala o essencial (1999, p. 6).

Manuela trabalha com a mãe como costureira desde 1990. Casou e teve duas filhas. Mudou-se com a família mais a avó para outra casa, onde ainda vivia quando decidiu escrever ao FHC. O pai não tem renda, nem conseguiu se aposentar, perdeu todos os clientes e amigos e ainda bebe das nove da manhã até o final da noite todos os dias. Assim ela conclui a parte contada sobre o passado da família.

Por seis páginas, Manuela conta sua trajetória e lutas que, segundo ela, nunca contou dessa forma para ninguém. Agora, conta ao presidente na tentativa de construir uma intimidade

e ter o seu pedido melhor compreendido. Dificultando a recusa, a missivista traz uma escrita de si muito sensível. Ela narra seus problemas familiares para que seu leitor perceba o desespero de viver assim. Não por acaso, escreve no dia dos pais ao Fernando Henrique. Não é um desabafo nos moldes que vimos com a Laura no início deste trabalho, mas um testemunho que a necessidade provoca.

Quando Manuela se mudou, levou a irmã junto; diz que é por ela que escreve. Em 1999, sua faculdade era paga por Manuela e pela mãe, pois o estudo é importante e a missivista quer que ela tenha o que os membros de sua família nunca tiveram por falta de dinheiro. Assim, afirma que vai lutar com todas as forças para que a irmã consiga o diploma, mesmo que tenha que fazer dívida sob dívida e se expor ao Presidente da República.

Contei parte da minha vida, da nossa vida, para o Sr. entender, que queremos a felicidade a paz, o sentimento mais importante no meio de uma família o amor, eu amo minha irmã e ela vai terminar a faculdade custe o que custar, nem que eu tenha que contar dinheiro novamente para outra pessoa. Só o Sr é nossa esperança (1999, p. 9).

A preocupação de Manuela é não conseguir sustentar as despesas da irmã na faculdade. Ela fala sobre dívida com o Sebrae, empréstimos com o Banco do Brasil e como conseguiu segurar até o momento. Não tinha dinheiro para pagar as mensalidades, então pagava o mínimo de 30% para fazer as matrículas, parcelava o restante que ia se acumulando ao longo dos meses até precisar fazer empréstimo ou renegociar a dívida. Para Manuela, crédito estudantil só existe no papel e é difícil conseguir qualquer benefício quando se está endividado. É a injustiça do sistema se manifestando: o Estado falhou em auxiliá-la. Então, deseja que o presidente ajude com a negociação financeira para a irmã ou qualquer quantia para sobreviver a outra rolagem de dívida.

Sr. Presidente, o sr não nos conhece, mas nós o conhecemos, pela TV, pelos jornais, votei em FHC, o que lhe peço, é pouco diante de tantos outros problemas que o Brasil enfrenta. Se o crédito for reaberto que minha irmã consiga, mas se ele não reabri, qualquer ajuda será bem vinda (1999, p. 9).

Manuela testemunha sobre a necessidade. Junto à vidente Emily, abarca as principais gradações do pedido ao presidente. Encontramos a necessidade e a dificuldade; o conhecimento de FHC pela mídia estimulando retorno; sua imagem como alguém capaz de ajudar; a prioridade da emergência; o voto completando o narrado e o singular do pedido ao presidente.

Lembremos das necessidades narradas, pois o pedido precede a crítica. O desespero é familiarizado com a decepção. Aqui vemos lógicas discursivas que aparecerão durante todo

nosso trabalho. O leitor notará, entretanto, que aparecerão cada vez menos Manuelas e Emilys e mais Lauras. Aceitar o presidente como última opção também se esgotará e encontraremos aqueles que perderam as esperanças. Os que pedem ainda acreditam, pois são necessitados. Os frustrados ainda precisam, mas já não pedem, apenas desabafam. Por ora, resta-nos saber o que a presidência tem a dizer quando encontra essas histórias.

1.4. O PRESIDENTE RESPONDE? UM PADRÃO DE RESPOSTA

A característica marcante da epistolografia é a necessidade de uma resposta. Trata-se de uma escrita que exige retorno. Nesse momento, o missivista se constrói para o governante como deseja ser conhecido, enquanto também demonstra o que conhece dos deveres e obrigações de seu destinatário.

Afinal, quem escreve uma carta espera uma resposta: assim os populares de diferentes etnias, classes, gerações, posições de gênero remetiam suas súplicas e pedidos aos governantes, esperando que as atendessem. [...] [Estes] escreveram aos governantes com os mais diversos pedidos, mostrando que o cotidiano estava sendo vivido com tensões [...] (FAVERI, 2006, p. 104).

Adiantamos que existem rastros de leitura nas cartas, usados principalmente para montar o resumo no espelho de controle.¹⁹ Também reiteramos que o modo como o autor escreve sobre si é a forma priorizada pela presidência para se referenciar ao missivista. Agora que temos alguns nomes conhecidos, podemos explorar a criação da resposta oficial.

Mignot (2012, p. 64) afirma que “os agradecimentos, as cópias ou rascunhos das respostas dadas, evidenciam que cartas não deixam apenas marcas de quem as escreveu. O destinatário deixou também sobre as folhas de papel os rastros de suas leituras”, e complementa citando Maria Camargo (2000, p. 204) quando esta afirma que “sujeitos que escrevem e lêem cartas deixam suas marcas, que podem indicar pistas para uma leitura da constituição do sujeito da escrita, na escrita”. Com as duas autoras, falamos do modo mais direto de acesso ao destinatário da carta: suas interferências pelos riscos, anotações e destaques. É a marca do leitor. A diferença que nossa documentação apresenta em comparação com a escrita imaginada por

¹⁹ Pelo que sabemos, o processo de tramitação usual de uma carta é o seguinte: (1) ela é recebida pela presidência e ganha um número de registro de acordo com o ano de envio, destinatário objetivado, ordem de chegada, tipo do documento e número de páginas; (2) o setor incumbido da responsabilidade de responder faz a primeira leitura e cria o protocolo e espelho de controle da carta, contendo os dados disponíveis do missivista, resumo/descrição do texto, categorização estatística do assunto principal, resposta enviada ao autor e destino final da carta; (3) há uma segunda leitura, agora de um revisor do mesmo setor, que confere se os dados, o resumo e a resposta estão certos e adequados ao caso; (4) a carta é arquivada pelo Departamento de Documentação Histórica e o missivista recebe a resposta planejada.

Mignot e Camargo é que as marcas a que temos acesso não foram feitas pelo destinatário ideal, FHC, mas pela assessoria da presidência da República.

Até onde sabemos, Fernando Henrique não chegou a ler essas cartas. Não há rastros que indiquem minimamente tal caminho. Há, não obstante, leitores reais que formularam a resposta oficial e a enviaram ao missivista. São eles que se sensibilizaram com os relatos, responsáveis por ler incontáveis situações de desespero e angústia na tentativa de fornecer uma resposta ao menos apaziguadora diante dos poucos recursos que lhes foram disponibilizados. Receberam as obrigações, mas não os poderes. O que resta a fazer é encaminhar a um setor que possa atender à solicitação ou tentar uma explicação que de todo modo se encerra em arquivamento.

Nosso começo não é outro senão Laura, a salgadeira que relata sua vida e critica o governo como o principal culpado por seus problemas de saúde.²⁰ Três semanas depois do envio, ela recebeu sua resposta: não fora condenada à cadeira elétrica nem recebera qualquer represália pelos apontamentos como havia especulado, apenas teve a confirmação da indiferença que o presidente e o Estado compartilhavam por sua vida através das breves palavras: “O excelentíssimo Presidente da República recebeu sua carta de 25/01/99” (FH.005241.C/01-4, p. 0). Talvez Laura tenha interpretado de forma diferente e concluído que suas críticas atravessaram a burocracia e chegaram até Fernando Henrique, o que tornaria esse retorno o mais adequado que a presidência poderia transcrever.

Como Laura há outros três casos: Rebeca, Davi e Sarah. Rebeca, a jovem estudante de escola particular preocupada com a fome das crianças, também teve apenas a confirmação de recebimento. Davi, o adulto religioso que critica a situação política e econômica e sugere a leitura da Bíblia, tem o mesmo retorno. Como os dois, Sarah, a desempregada que critica a atuação do governo ante o desmatamento da Amazônia, a fome do Nordeste e outras questões resultantes da má gestão de recursos públicos, também recebe como resposta a solitária linha de confirmação.

A confirmação do recebimento é a resposta mais sintética da presidência. O autor apenas teve o retorno de um formulário pronto que foi preenchido com a data da carta e o seu nome. Sem qualquer referência ao conteúdo, tal ação apenas configura a responsabilidade governamental de não deixar nenhum requerente sem devolução, mesmo que seja o mais simples. Há cartas parecidas que ganham mais uma linha.

²⁰ Para ajudar o leitor a lembrar quem é cada um dos missivistas, iremos usar o resumo que a presidência fez de cada um deles, aproveitando, assim, a oportunidade de anotar tais caracterizações. Quanto às cartas que foram expostas devido aos assuntos tratados, iremos aproveitar apenas a chamada inicial.

Ryan – o missivista que escreveu para fazer recomendações em que se poderia cortar gastos e pede para tratar o presidente por “você” – é um exemplo de carta que recebe o acréscimo da frase “agradecemos as sugestões”. Lívia e Amanda Martins – as estudantes que pediram ao presidente que entregasse sua vida e o comando da Presidência da República ao Senhor Jesus Cristo – conseguiram, além da confirmação, o agradecimento pelos comentários e pela manifestação de carinho. Cartas que parabenizam a reeleição ou qualquer política pública de FHC costumam receber pelo menos essa linha extra como resposta protocolar.

Por vezes, cartas de desaprovação também recebem agradecimentos, sendo tratadas como “comentários”, críticas construtivas com o mesmo papel de sugestões. Beatrice – a jovem que sugere distribuição de renda para que os carentes possam ter uma vida mais digna – recebe uma variação que confirma o recebimento e “agradece os comentários de interesse do povo brasileiro” (98.FH.117517.C/01-3, p. 0). Já Vinícius – aquele que acusa o presidente de não cumprir as promessas de trabalho e avisa que não voltará a votar nele – tem como resposta a já referida confirmação de recebimento, com o acréscimo de agradecimento pelos comentários e sugestões.

Com os missivistas citados, já é possível notarmos o descompasso entre a resposta protocolar da presidência e as esperanças colocadas no papel pelas pessoas comuns. Como notou Amélia Cohn (2012, p. 49), “o que salta aos olhos é o contraste entre o calor humano que as cartas transmitem e a frieza do tratamento burocrático dado pelo Estado”. De um lado, temos escritas sensíveis, vidas expostas e práticas sociais tentando mudanças, enquanto do outro há indiferença e homogeneidade de tratamento.

A carta de Letícia – a ex-comerciante e viúva arruinada pelo plano Real que pede medidas para melhorar a situação da classe média – temos a primeira alteração da resposta pela revisora. Inicialmente, a remente receberia uma resposta idêntica à de Vinícius, mas a revisora pede pelo acréscimo após o agradecimento de “comentários sobre os assuntos relevantes. O governo Federal está trabalhando para fazer um país com mais justiça social, que demanda esforço de todos, ~~também sacrifícios~~. Desejo-lhe sorte”(98.FH.078010.C/01-0, p. 0). Achando desnecessário falar sobre sacrifícios, o pedido pelo novo texto foi apenas complementado com a dita citação.

Até aqui, vimos cartas que apenas recebiam leves alterações do protocolo de recusa de auxílio e confirmação de resposta. Se Letícia não comoveu sua primeira leitora, certamente teve alguma influência na segunda. Ela teve uma devolutiva que individualizou o caso. A indiferença se rompeu em troca de um retorno mais elaborado, preocupado com os sentimentos da trabalhadora de classe média. Demonstra, por fim, como a prática social dos missivistas

alcançam de algum modo o aparato estatal. Ainda longe do presidente, é certo, mas um passo que faz diferença na representatividade notada.

Em algumas situações, a presidência tenta parecer sensibilizada pela carta, em forma de protocolo. Para Nicolas, aquele a solicitar ajuda no processo de usucapião ou seis mil reais, esse foi o caso. A resposta consta que embora se sensibilize, não pode intervir em questões de tal natureza e recomenda a busca por assistência jurídica junto a Defensoria Pública. O pedido de Nicolas tem um caráter material, então o retorno individual que lembra a prerrogativa do interesse público foi o que fez mais sentido.

Larissa – a estudante carente que mora com a amiga de favor e solicita ajuda financeira para comprar uma casa – recebe a sensibilização da presidência e a notícia de que esta não pode atender a pedidos individuais. Enquanto que para Nicolas a presidência escreveu “questões dessa natureza”, com Larissa decide responder com todas as letras não ser sua obrigação atender a pedidos individuais.

Com a palavra “sensibilizada”, o pedido particular constitui um protocolo viável para o leitor nos casos de solicitações concretas, delimitáveis. Por vezes, como forma de individualizar a resposta, há sugestões para o problema do missivista. Para Larissa, a presidência informa que o governo federal repassa recursos para os estados e municípios, então recomenda que ela procure instâncias locais que possam atender a seu pedido.

Isabelle – a missivista que pede uma vaga de cozinheira no hospital ou na Marinha – recebeu a sensibilização da presidência e a notícia de que não é seu papel fazer indicações para o mercado de trabalho. Entretanto, recomenda que ligue para o Ministério do Trabalho 0800-61-0101 (Alô Trabalho) para mais informações. De diferentes formas, a presidência responde não ser sua responsabilidade atender aos anseios dos que lhe escrevem.

No limite, observa-se uma tentativa de passar compaixão e singularidade ao remetente, enquanto a presidência como instância do Estado continua a declinação de realizar soluções práticas das esferas locais. Apenas se usa a soma de respostas prontas para cartas de necessidades semelhantes. Optou-se por uma recusa sistemática ao invés de buscar por soluções estruturantes.

A delegação de responsabilidade é notada em todo trabalho sobre escrita ao presidente. José Reis, por exemplo, destaca que “se às vezes o empurra-empurra valia como uma queda de força para não assumir atribuições, revela também uma efetiva incapacidade de definir certas responsabilidades” (2002, p.195). Amélia Cohn, ao falar do “jogo de empurra”, complementa:

Um primeiro grupo de episódios frequentes é o jogo de atribuir a responsabilidade desses procedimentos [...] ao governo federal, e este ao

governo local. E se esta seta é de duplo sentido, na maior parte dos casos o problema tem origem no nível local, seja por incompetência dos seus governos, seja pela precariedade dos instrumentos e condições necessárias para que se processasse um fluxo de informações contínuo entre ambas as esferas de governo envolvidas (2012, pp. 148-149).

De Vargas a Lula, a transferência de responsabilidade não é novidade. Por certo, o problema prejudica a todos. As pessoas comuns sofrem em não ter suas demandas atendidas, mesmo após buscar os responsáveis pela solução. O Estado se prejudica com a perda de credibilidade e constatação de ineficiência e, como resultado, intensifica-se a crítica ao sistema público e ao bem comum.

Vale notar, ainda, a peculiaridade das orientações que os funcionários responsáveis pelas respostas das cartas a FHC receberam. O maior poder que possuem é o de encaminhar, mas o fazem pouco, gerando pouca tramitação e muito arquivamento. Ao invés de recomendar a instância local, o servidor deveria poder encaminhar a orientação para os setores que citam, mas não o fazem. Cabem aos funcionários recomendações vazias que encerrem prontamente o caso, sensibilizados ou não.

A dedução que podemos aventar é que tais despachos largamente utilizados pelas equipes de governantes anteriores foram orientados a serem feitos com o máximo de resistência possível, apenas nos mais extremos dos casos. Ao que parece, a sofisticação da máquina pública deliberadamente desviou de buscar soluções viáveis sob o comando FHC. Note-se o que Jorge Ferreira diz sobre as respostas de Vargas aos missivistas:

Diante dos problemas, das dificuldades e das demandas populares, o governo, por meio de seus burocratas, **não se mostrava distante ou indiferente**. Ao contrário, na percepção popular, o governo de Getúlio Vargas tratava as pessoas com consideração, atenção, preocupação e respeito. E pouco importa se os problemas foram ou não solucionados. Interessa saber que os anseios populares de serem tratados como seres humanos, como pessoas merecedoras de respeito, independente de condição social, foram satisfeitos (2011, p. 96, grifo nosso).

Trata-se de uma abordagem bem diferente da que encontramos com FHC. Vargas possuía uma estrutura de resposta aos missivistas bem menos tecnológica do que os disponíveis 70 anos depois e mesmo assim investigava as denúncias, enviava pedidos aos ministérios e mostrava uma tentativa de solução para aqueles que clamavam ajuda, inclusive com sucesso em alguns casos. Já com Fernando Henrique encontramos um Estado que resume as necessidades expostas a clientelismo e não se preocupa em sanar as injustiças percebidas pelos missivistas, simplesmente engavetando-as. Essa reação terá o seu preço com os frustrados.

Um caso que chama a atenção de Jorge Ferreira é o do trabalhador da cidade de São Paulo, Nelson Aranha, que escreve de um modo pouco usual: “Um dado interessante é que o autor da carta nada pede, apenas emite as suas opiniões, sem nada esperar em troca” (2011, p. 60). Por certo, “os que nada pedem” são muito mais comuns com Fernando Henrique. Se as retóricas por emprego fazem paralelo a períodos anteriores, o número de pessoas não contempladas que já desistiram de procurar também aumentou. Tal questão pode não ter começado com FHC, mas seu toque pessoal intensificou a quebra de algo importante na representatividade. Eis a resposta que a presidência enviou para Manuela após o pedido para a faculdade da irmã:

Prezada senhora: O presidente Fernando Henrique Cardoso lastima não ter o tempo necessário para responder todas as pessoas que lhe escrevem, especialmente àquelas mais precisadas de atenção. Em relação à sua carta de 08/08/99, embora sensibilizada com a necessidade relatada, venho informar a V.Sa. que não é função da Presidência da República o atendimento direto de solicitações individuais. (99.FH.026725.C/01-1, p. 0)

Reconhece-se a necessidade da missivista ao mesmo tempo em que se explicita a ausência de leitura por parte da presidência e a desconsideração quanto à importância de se atender o pedido. Após o cuidado que Manuela teve para contar suas lutas e pedir pela irmã, nem mesmo um conselho recebeu. Foi completamente protocolar? Com certeza. A vidente Emily recebeu resposta idêntica.

De todo modo, duas das cartas mais diferenciadas que o presidente recebeu encontram um elo comum também na resposta. Emily e Manuela relatam seriamente suas experiências, expõem diferentes desesperos que precisam de uma resposta. A última fonte de esperança a qual muitos recorrem nem chega a lhes dar atenção. No fim, não sabemos o que aconteceu com a maioria dos correspondentes, pois não voltam a escrever. Sobre os retornos, Amélia Cohn é precisa:

O mais surpreendente, no entanto, é que, apesar da linguagem padronizada e distante do vocabulário dos pobres, estes entendem o conteúdo dessas respostas, e seguem as orientações ali contidas. No mais das vezes para serem alvo de novas frustrações, já que a resposta não vem, ou tardam demasiado. Enfim, persistem na caminhada da perseguição de seus direitos, embora o risco de novas frustrações seja altíssimo, dada a assincronia entre o tempo da burocracia estatal e o tempo de “modo de andar a vida” daqueles que tem urgência por que passam fome e necessidade (2012, p. 50).

Os poucos que retornam ao presidente, mencionam a resposta anterior dada pela presidência. Com essas cartas, temos ideia da utilidade das ocasionais recomendações protocolares. O caso de Leila, cidadã de Recife (PE), é, então, representativo para aqueles que escreveram pedindo auxílio empregatício:

Sobre a resposta da sua cartinha quero dizer que eu já fiz tudo que o senhor mandou eu fazer. Obs. Eu já mandei carta para o governador [...], fui na agência de trabalho do estado [...], telefonei para o Alô Trabalho [...]. Ninguém me ajudou até agora [...] eu já fui no órgão de ação social, já fui na prefeitura, já pedi ajuda a todo que deveria pedi e até agora não recebi foi nada. Para o senho ter uma ideia no dia que eu fui no órgão de ação social eu sai de lá chorando porque eu mostrei sua carta e eles olharam pra mim i disseram que lá não era lugar de resolver essa coisa senhor presidente eu já mim omilhei tanto na minha vida que eu não sei mais nem o que será da minha vida (99.FH.021792.C/01-3, pp. 1,2,3).

Em cada reticência há uma decepção narrada por Leila. Ignorada, constantemente redirecionada e humilhada, ela fala como as recomendações da presidência de nada adiantassem, na verdade, até pioraram sua situação. Com esperanças renovadas, espera que após tomar conhecimento de que os conselhos não ajudaram, o presidente enfim aja por conta própria. Já contou a sua situação de viúva com três filhos que apenas deseja uma casa diversas vezes, então a missivista quer sentir algum auxílio, por menor que seja. Porém, desta vez, a presidência não deu sugestões, apenas se sensibilizou e informou que não tem recursos para atender pedidos individuais. Se as esperanças de Leila persistiram após tal resposta, não sabemos.

Já Tomás, de Caçador (SC), é representativo dos casos de pedidos materiais e financeiros. Ele escreveu à presidência pedindo ajuda com um caminhão, seja por compra ou doação do dinheiro necessário. Como resposta, recebeu a recomendação de entrar em contato com um banco que a presidência julgou ser da região de Tomás pelo endereço. Entretanto, o banco encontrava-se a 300 km de distância de sua cidade e, ao ser contactado pelo missivista, revelou que só atendia as proximidades. Então Tomás tentou o Ministério do Trabalho e os órgãos locais, também como recomendado, mas não recebeu qualquer resposta, mesmo passados cinco meses. Tentou cartas para fábricas de caminhões, deputados e até para o governador. Tudo o que conseguiu no processo foi perder o emprego que arranjava como caminhoneiro.

Sr. presidente, lhe escrevo pela última vez, pois sei que não vou conseguir esta ajuda, pois creio que o sr. nem recebeu em mãos estas cartas, pois cada resposta que recebi que foram três, cada uma era uma pessoa [diferente] que me respondia, então agradeço a sua atenção [...]. Esperando ainda com um pouco de esperança de quem saiba contar com sua ajuda, agradeço (99.FH.037819.C/01-7, p. 1).

Para a quarta carta, não houve registro de resposta. É possível que a presidência tenha se ofendido com a ironia do agradecimento e decidiu deixá-lo sem qualquer devolução. De todo modo, Leila e Tomás são exemplos de que as recomendações da presidência não ajudam, e

enfazizam como as falhas locais geram demandas no poder central. Como ambos relatam, a garantia de resposta é muito menor nas instâncias menores. O processo todo é oneroso, mas vale a tentativa para aqueles que não encontram alternativas. Apesar dos empecilhos, Tomás ainda tem esperança de ter a quarta resposta como sendo de autoria do próprio FHC. Mesmo que não lhe agradasse o que estivesse escrito, ao menos queria sentir que suas necessidades eram dignas de atenção.

O mais próximo de alcançar o presidente parece ter sido Carlos – o missivista que separou o presidente e Fernando Henrique. Seu primeiro leitor escreveu a resposta tradicional de confirmação de recebimento e agradecimento pelos comentários e sugestões, mas a revisora julgou insuficiente para o caso. Ela risca a resposta anterior, faz uma observação manuscrita em vermelho registrando o recebimento e agradecendo o apoio de comentários bem fundamentados, e afirma que estão estudando e levando a consideração os apontamentos. No entanto, esse também não é o retorno que Carlos receberá. O espelho tem uma terceira interferência, agora a lápis, pedindo uma resposta personalizada para outra pessoa com a anotação “desceu GP” (98.FH.093433.C/01.0, p. 0). Isso pode significar que, três semanas depois, o gabinete presidencial recebeu a carta de Carlos. A conclusão do caso, entretanto, não sabemos.

Peculiaridade da epistolografia, as respostas geram reflexões importantes mesmo na interação única entre as pessoas comuns e o Poder Público. Aos críticos e frustrados uma carta basta, pois normalmente escolhem não retornar. Aos necessitados, temos uma relação intrigante entre desespero e esperança, levando os autores a escreverem e continuarem a esperar resoluções por falta de alternativas. Ademais, as respostas revelam a desproporção de poder entre o Estado e os missivistas, tendo em vista o esforço de preservar uma boa relação de representatividade por apenas uma das partes.

As cartas escritas ao presidente Fernando Henrique Cardoso relatam preocupações, frustrações, decepções, ressentimentos e medos, é verdade, mas lembremos as lutas e as esperanças que cada missivista carrega no cotidiano e em cada nova tentativa de ter condições mais dignas de vida. O elo em comum entre todas elas são FHC como destinatário e o Brasil da virada do milênio como vivência temporal.

Por certo, o leitor notou que pouco se falou sobre o presidente e o Brasil daquela época. As necessidades narradas, salvo em alguns casos, poderiam se aplicar a qualquer presidente. Jorge Ferreira tratou de cartas pedindo emprego e promoções a Getúlio Vargas. Pedidos de moradia e lotes foram bastante comuns com Juscelino Kubitschek, como aponta Ivany Neiva (2015). A necessidade de apoio do Estado também continua com Lula da Silva, demonstrado

no trabalho de Amélia Cohn (2012). Couberam até aqui histórias de uma sensibilidade geral, das necessidades de escrita ao presidente.

Tal construção intentou a compreensão de múltiplas narrativas em torno de justificativas cabíveis nas cartas ao presidente. A legitimação da escrita que busca sanar uma injustiça se estabelece por histórias que procuram no presidente alguma compensação pelas falhas do Estado. Com efeito, a explicação da frustração daqueles que não concebem mais FHC como esperança depende diretamente das bases aqui elencadas, como veremos nos capítulos seguintes.

A particularidade de FHC? O pedido por um governo mais humano. Encontramos com Fernando Henrique um governo distante, cujo discurso chamou muita gente para participar, mas que deixou os mais necessitados sentindo que só podiam contar com a própria sorte. Aquele representante que venceu a inflação só olhou para os trabalhadores quando os interesses desses coincidiam com aqueles dos mais abastados. As cartas aqui trabalhadas se juntam em uníssono para pedir a FHC um governo mais sensível, mais justo, comovido com suas experiências e valorizador de suas vidas.

Finalizamos o capítulo com uma página de trechos de missivistas já citados, dando pistas de como os necessitados que pedem resoluções específicas estão caminhando para uma frustração generalizada. Apenas a esperança de que FHC faça justiça os permitem continuar:

Excelência votei no seu primeiro e segundo mandato queria lhe pedir uma revolução no seu governo [...]. Por favor pelo menos muda um pouco a sua política faça um governo mais humano, não ajudando banqueiros poderosos, mas quem realmente precisa, para que nós pobres que somos slogan de campanha, tenhamos mais dignidade de vida, deve haver um jeito, uma forma de amenizar o sofrimento de muita gente [...]. (Sarah, Sabará, MG).

O presidente começou seu mandato há 4 anos e encheu o coração do povo brasileiro, nós Fernando, de esperança. [...] Por favor Fernando, sussurre ao presidente a necessidade dele apresentar um verdadeiro programa político de governo, não um programa de alianças e acordos, [...] sem privilegiar nenhuma camada e sem esquecer de ninguém, fazer o possível não para agradar a todos – o que é impossível – mas para salvar a todos de um naufrágio mais e mais iminente [...]. (Carlos, São Paulo, SP).

Excelência o homem do campo, o aposentado está revoltado com V.Exelência. [...]. O empréstimo no banco do Nordeste está saindo para os ricos, os grandes proprietários que é a maioria aonde é o homem do campo o pequeno proprietário que precisa, e a cesta básica que os aposentados carentes não estão recebendo. (Vinícius, Itaberaba, Ba).

Vemos no Brasil muitas crianças nas ruas, muitas pessoas passando fome, outras passando sede, pessoas desesperando para pagar aluguel [...] Por outro lado vemos pessoas com várias casas, carros, e muito dinheiro guardado para o futuro [...] Sabemos que os políticos ganham muito mais do que o necessário para uma boa vida; por isso peço à vocês que aí estão para melhorar a vida do povo que os elegeram, que não virem as costas para o problema, que distribuam melhor a renda, e que conscientizem as pessoas de que ninguém merece mais do que ninguém. (Beatrice, Peruíbe, SP).

Como será o futuro do nosso país? Surge a pergunta no olhar e na alma do povo, cada vez mais cresce a fome nas ruas, nos morros; cada vez menos dinheiro para sobreviver. Onde andará a justiça outrora perdida? Some a resposta na voz e na vez de quem manda. Homens com tanto poder e nenhum coração, gente que compra e vende a moral da nação! (Lívia e Amanda Martins, Rolândia, PR).

Está aí um país levado ao caos, os salários dos trabalhadores diminuindo, pisado, achatado, agredido e violentado por vocês presidentes. [...] Sr. presidente, Deus só quer o bem para todos. Aquele ou aquela que tem o poder nas mãos e, não o faz, deixa de lado e, do outro lado acumulam riquezas para seus próprios interesses pessoais, são egoístas. (Davi, Cabo, PE).

CAPÍTULO 2 – O POVO BRASILEIRO SOFRE: A UNIÃO PELA FRUSTRAÇÃO COM FHC

Compare o seu [FHC] salário e de ministros e deputados governo de estado e todos políticos, que só lembra de nós pobres quando quer se eleger, depois que está no alto quem desse que olha pra baixo, as promessas são enfraquecidas. O pobre fica mais com os aroxos do governo a saúde precária. [...] Eu pago a previdência para garantir o meu futuro, mas que futuro se os aposentados são vagabundos. Pode fazer o que quiser comigo mas o Sr precisava saber o que acontece com os pobres trabalhadores que começou cedo para ajudar a família. Desculpa-me, mas é a realidade do nosso país(99.FH.005241.C/01-4, p. 4).

Mais uma vez, voltamos a Laura. No trecho destacado, vemos o conflito entre várias atribuições de direitos e deveres que norteará o presente capítulo. De um lado, encontra-se Fernando Henrique como pertencente aos “de cima”, aqueles delimitados como “Governo”. Do outro, a missivista que se percebe como parte dos pobres trabalhadores. O “eu” de Laura paga a previdência e faz o que deve, ao passo que o “seu” de Fernando Henrique direciona os poderes como presidente para os interesses dos privilegiados, mesmo o país sendo “nosso”. Mais do que a dificuldade, é a realidade injusta que indigna Laura e a faz escrever. Ao se frustrarem, os diversos setores trabalhistas falarão como “povo brasileiro” ou “nós” contra FHC de um modo cada vez mais homogêneo e significativo.

Em 11 de maio de 1998, sete meses antes da carta de Laura, FHC declarou em uma entrevista: “Fiz a reforma da Previdência para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos em um país de pobres e miseráveis”.²¹ O que seria uma defesa às reformas em tramitação foi lido como um ataque aos trabalhadores. Se a Previdência tem problemas, por certo não são causados por Laura que há muito tempo paga por sua parte. Já o governo lança aos trabalhadores os arrochos e os responsabiliza pelo déficit fiscal.²²

²¹ Reportagem da Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc12059802.htm>. Acesso em: 24 de abr. 2021.

²² Para uma discussão detalhada sobre capitalização e repartição, bem como modificação no cálculo do INSS, recomendamos os trabalhos feitos pela ANFIP (Revista de Seguridade Social), em especial a análise sobre o “rombo” contida no número 57 de maio de 1998. Para o argumento de Laura, basta anotar o observado por Dain (1998): se as contribuições criadas em 1988 para financiar os gastos de seguridade social não tivessem sido usadas para juros e outras despesas de Estado, o orçamento da seguridade teria US\$ 80 bilhões em 1998 e nenhum déficit.

FHC tentou apagar o caso. Em seu diário, sequer o citou. Nas entrevistas que fez durante os dois mandatos, focava em discussões de natureza econômica ou política internacional e, quando questionado sobre a pauta social, respondia com argumentos fiscais, puramente estatísticos.

A relação do presidente com os trabalhadores foi difícil, cheia de percalços que os fizeram narrar em cartas um certo abandono à própria sorte. Aqueles que trabalhavam na informalidade se decepcionaram com a falta de inclusão no mercado de trabalho formal. Os assalariados das empresas privadas e os estatutários criticaram arduamente a flexibilização dos direitos historicamente constituídos. As diversas crises levaram muitos microempreendedores à falência. Quaisquer que fossem as causas para se escrever a Fernando Henrique, todas as cartas argumentam sobre a injustiça da situação. Criou-se um “nós” bem contemplativo nessa crítica. Mas antes de aprofundarmos as razões de cada grupo, comecemos por entender como se construiu a expectativa de que FHC fosse um representante diferente.

2.1. O INTELLECTUAL QUE EXPLICA ENTRA EM CENA

O início da Nova República foi marcado pela inflação e instabilidade econômica, consequência das escolhas financeiras da ditadura militar e de sucessivos planos heterodoxos falhos: Cruzado, 1986; Bresser, 1987; Verão, 1989 (PINSKY, 2007, p. 18). Com resultados insustentáveis, o aumento dos preços gerou problemas de contratos, tarifas, aluguéis e salários. Com perdas diárias nítidas, a inflação se consolidava como o problema nacional.

A situação permeou o cotidiano brasileiro até o sucesso do Plano Real, dirigido pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que em 1994 estabilizou a moeda e conseguiu controlar a inflação. Roberto DaMatta definiu o plano como revolucionário por “ser uma transformação simultânea e irreversível de pessoas, hábitos, condutas e papéis sociais” (MARTINS, 2010, p. 129) e Marcos Nobre como um marco de estabilização por centralizar e estruturar a política nacional pelas próximas décadas no que ele chamou de “República do Real”.²³ A inegável relevância econômica do Real foi convertida em poder político a FHC que, nas palavras de Marly Motta (2018, p.230), “à medida que o Real conquistava corações e mentes, a ponte frágil e oscilante se transformou em um caminho pavimentado por onde desfilaria FHC”.

Antes de estabelecer a nova moeda em 1º de julho de 1994, FHC, junto à equipe econômica, preparou o terreno por três meses. Estudaram as falhas do plano Cruzado de 1986,

²³ NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das letras, 2013, p 68. Para a exaustão desse sistema, ver: NOBRE, Marcos. *Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020, p. 41.

analisaram o contexto político e se prepararam para uma conversa aberta com a população. Em 1º de junho, a equipe usou uma unidade de conta, a Unidade Real de Valor (URV), para que acompanhasse a inflação do período, enquanto o governo explicava ao povo como seria implementado o Real. Como explica Marcos Nobre:

Elemento decisivo para o sucesso do Plano Real foi o fato de ter sido implementado paulatinamente, com ampla propaganda e esclarecimento, não sendo mais um da série de planos-surpresa, elaborados na calada da noite e decretados de supetão. Essa aposta em um amplo processo de esclarecimento público mostrou tanto sua eficácia quanto um sentido democrático relevante (2013, p. 63).

Ao mesmo tempo em que popularizava sua imagem, FHC ganhava um caráter que sempre reivindicara: o de intelectual que explica. Quando chegou o dia da mudança, a URV cotava 2.750 cruzeiros reais como equivalente a 1 dólar. Esse seria o valor de 1 Real. O resultado: a inflação em julho ficou abaixo de 10% e a menos de 1% no final de 1994.²⁴ A moeda ficou estável e com ela, a eleição de Fernando Henrique. Somava-se a isso a promessa de empregos, pois assim como ele havia controlado a inflação, ele acabaria com o desemprego.

Com mais do dobro de votos que o segundo colocado logo em primeiro turno (54,28% válidos), Fernando Henrique ganhou a confiança para governar o país a partir de 1995. Ele assumiu publicamente o compromisso de modernizar o Estado, “enterrando a Era Vargas”, através de reformas capazes de lidar com problemas históricos e se preparar para os desafios do futuro, enquanto manteria estável a nova moeda. A imagem do intelectual que acabou com a inflação e que repetiria o feito com o desemprego foi predominante nas cartas a ele endereçadas, carregando a esperança de que outras melhoras estariam a caminho. É o caso de João, residente em Belo Horizonte (MG):

[...] Nós que somos humildes trabalhadores, que vivemos com o fruto de nosso trabalho honesto – não acreditamos em falsas ideologias; e boatos. que nada nos tem a oferecer – – nos acreditamos muito na pessoa de vossa excelencia; e de seus auxiliares = = = porque; se hoje, nós trabalhadores humildes; temos melhores condições de vida – é porque o único governo que conseguiu acabar com a inflação; foi o de vossa excelencia. – E acreditamos que também o desemprego vai acabar – – se Deus quizer (98.FH. 124076,C/01-1, p. 1.).

²⁴ MOTTA, 2018, p. 228. Para mais detalhes sobre o Plano Real, ver: FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 2 edição. São Paulo: Boitempo, 2003. Sobre a participação de FHC no plano, vale conferir o capítulo “O plano Real” em: TOLEDO, Roberto. *O presidente segundo o sociólogo*. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FHC representava um momento da história brasileira no qual a nação se preparava para discutir problemas diferentes da inflação, confiando que o novo presidente ajudaria a superar as dificuldades vividas pelos brasileiros através das reformas prometidas. Os cidadãos contavam com o Fernando Henrique que conheceram como Ministro da Fazenda, aquele que explicava seus métodos e os incentivava a entenderem as questões em pauta. Trata-se da marca reivindicada pelo presidente de “intelectual que explica”:

O que preciso é explicar. Se tentar ser populista, vou perder, porque não consigo, não é o meu jeito. [...] Posso brincar, não levar as coisas a sério de vez em quando, quebrar um pouco o formalismo das questões. Mas o importante, mesmo, é a capacidade de explicar, e ela é que mais tenho dedicado. Em lugar de símbolos, que jogam para o ar alguma coisa que não se entende bem, eu jogo com o entendimento. Penso sempre: ‘Tenho que me fazer entender bem’ (TOLEDO, 1998, p. 170).

Ao buscar entender FHC, o cidadão fica disposto a perguntar, sugerir e criticar as políticas públicas elaboradas. Há o pressuposto de inclusão na discussão que incentiva até mesmo a escrita de cartas. Esse “intelectual que explica” é eleito após demonstrar os resultados concretos de suas palavras em relação à política econômica, criando, dessa forma, a expectativa de eficiência equivalente nas demais pautas do Estado.

Em sua autobiografia pós mandato presidencial, *A arte da política*, o ex-presidente conta que preferia dar entrevistas pela TV a comícios populares, porque poderia ser mais didático e “professoral” (CARDOSO, 2006, p. 66). Constantemente, FHC liga sua imagem a de alguém que sabe, que ensina e que precisa ser ouvido. Assim, Fernando Henrique argumenta se ver mais como um intelectual do que como político.²⁵ Mais precisamente, um intelectual na política.

Nas palavras de Garcia Jr, a conexão com a intelectualidade busca “se diferenciar de outros profissionais e especialistas da política que teriam por única preocupação a preservação de seus mandatos eletivos” (MARTINS, 2010, pp. 93-94). A tese de doutorado na USP de FHC investigou a escravidão e relações raciais no sul do país²⁶, enquanto os trabalhos na CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) permitiram-lhe pesquisar as visões de mundo de industriais e operários em São Paulo. Há, por fim, as relações de berço que sua família proporcionou com militares de alta patente e políticos. Todos esses estudos e contatos diversos

²⁵ Cito como exemplo dois momentos em entrevistas transcritas. TOLEDO, 1998, p.189; MARTINS, 2010, p.48.

²⁶ Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

contribuíram para FHC poder se orgulhar do conhecimento de amplos setores da sociedade ao dialogar como presidente da República.²⁷

Não obstante, a intelectualidade de que Fernando Henrique se orgulha para mostrar competência nem sempre foi recebida como positiva. O tom professoral é muitas vezes acusado de arrogante, presunçoso, soberbo, sobretudo ao se dirigir aos trabalhadores. A lacuna criada pela profissionalização do “eu sei o que estou fazendo” tornou o diferencial de FHC algo difícil de se conectar para grande parte da população do país. Assim, a mencionada escuta sociológica seria mais retórica do que prática.²⁸

Ao ocupar a cadeira de presidente, o intelectual considerava mais a resposta formada a partir do seu vasto conhecimento do que o contraditório. Não compreendeu que sofrimento não se pressupõe, mas se escuta. Restava aos seus ouvintes tentar entender as razões pelas quais as decisões de FHC seriam as melhores possíveis, mesmo entre as alternativas propostas por aqueles que dependem da eficácia do Estado.

Fernando Henrique parece distante ao se relacionar com o povo, como se falasse de cima para os de baixo, para usarmos os termos de Laura. As cartas de pessoas simples expõem uma entonação que, mais do que respeito, tentam alcançar o representante máximo no pódio em que ele se encontra. Direciona-se uma escrita constrangida que lembra a confiança depositada na eleição enquanto se desculpa pela ousadia de ser mais um necessitado a bater à porta. Outras cartas tentam amaciar o ego do presidente e reconhecer o já feito para então arriscar-se no pedido e na crítica. Difícil tarefa fazer aquele que explica querer ouvir. Poucos tiveram sucesso.

É com imensa emoção que lhe escrevo esta humilde carta. Antes de expor o assunto o qual me levou a escrever está, quero que o sr. presidente saiba que me orgulho muito de ter um presidente como o sr. Forte, decidido e de grande inteligência [...] (98.FH.088159.C/01-2, p. 1).

²⁷ Para a biografia de FHC, recomendamos: LEONI, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso*. O Brasil do possível. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Para uma autobiografia, ver: CARDOSO, Fernando. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

²⁸ O desaparecimento de questões vinculadas ao racismo nos trabalhos de FHC pós-1960 é um bom exemplo. O sociólogo não fez investigações específicas, nem há indícios de acompanhamento sistemático da bibliografia pertinente. Como político, Fernando Henrique forneceu a representatividade de um chefe de Estado que reconhece o racismo estrutural, legitimando a luta dos movimentos sociais, mas o apoio institucional e a implementação de políticas públicas só viriam no governo Lula. Ver: COSTA, Sérgio. Da sociologia do racismo às políticas antirracistas: nexos difíceis. In: MARTINS, Herminio (Ed.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

Júlia, residente em Juiz de Fora (MG), em duas páginas elogia, desabafa, pede, critica e deposita sua confiança no presidente. Ela conta brevemente como foi abandonada pelo marido ainda em gestação e sobre as promessas de emprego pelas instâncias estaduais que se mostraram mentirosas. Confia, então, todos os seus dados pessoais ao virtuoso presidente para que este lhe escreva uma carta de recomendação para algum banco. A intelectualidade de FHC é reforçada pelos missivistas como uma forma de cobrar soluções para os problemas que ocupantes de cargos menos poderosos (servidores que seriam menos inteligentes) não conseguiram.

A equipe escalada por Fernando Henrique para ocupar os ministérios e demais postos para a execução de políticas públicas segue um perfil semelhante, ainda mais quando a popularidade de FHC estava em alta e havia poder político capaz de fazer pressão. O presidente nega veemente a falta de habilidade na administração dos recursos públicos – no máximo culpa o fisiologismo do Estado burocrático e não a si. De todo modo, a crítica da falta de diálogo já era recebida desde cedo:

O governo não consegue fazer com que as coisas sejam feitas com participação. Por exemplo, o Plano Plurianual, o PPA que o Serra acabou de preparar, é cheio de coisas boas, mas ninguém sabe do PPA, nem os ministros, quanto mais o país. Foi feito em gabinete. E essa é, ao meu ver, a maior deficiência do governo que montei. É gente que não percebeu que na sociedade, hoje, é preciso ter paciência e conversar com as pessoas, aguentar a crítica, fingir que não é nada, ouvir bastante o que venha de baixo, mesmo que seja besteira, quem sabe aprender algo. Esse é o problema.²⁹

Mesmo percebendo esse problema no final de agosto de 1995, FHC não mudou a forma de se relacionar nos sete anos e meio que restavam de governo. O retorno que os missivistas recebiam da presidência está diretamente relacionado com essa barreira formada por aqueles que achavam que sabiam o que estavam fazendo pelo bem comum contra o povo que simplesmente vivia o próprio sofrimento. No entanto, essa dor não é individual e ecoa entre semelhantes que, ao serem rejeitados por FHC, começam a rejeitá-lo de volta.

2.2. A FRUSTRAÇÃO DOS TRABALHADORES: O “NÓS” CRIADO PELOS CRÍTICOS DO PRESIDENTE

Caro presidente, eu, sinceramente, gostaria de poder estar falando pessoalmente consigo, não com o propósito de o ferir e nem com a pretensão de o repreender ou lhe ensinar como deve dirigir esta nação. Se esta

²⁹ CARDOSO, 2015, p. 228. Na época, Serra era ministro do Planejamento.

competência eu tivesse, com certeza teria me candidatado ao cargo. Mas esta correspondência leva, com humildade e com respeito, tão somente a intenção de lhe dar a conhecer o que sentimos, nós que não temos como ser ouvidos (99.FH.033109.C/01-6, p. 1).

Filipe, um trabalhador de Campinas (SP), escreveu uma carta sobre como a esperança se transformou em desespero. A partir da sua experiência, comenta a percepção coletiva de traição efetuada por FHC. Antes de propor soluções, revelará os problemas que os candidatos e representantes se comprometeram a melhorar, mas apenas pioraram. Frustrado, o missivista discorre sobre as razões pelas quais foi um erro reeleger Fernando Henrique no ano anterior:

Há alguns anos está o povo brasileiro a espera de um governo que lhes possa trazer de volta a esperança de dias melhores. [...] Quando vossa excelência foi candidato, após ter sido um dos principais responsáveis pelo Plano Real, a nação o elegeu com a convicção de ter feito, finalmente, a escolha mais brilhante de nossa história. Erramos de novo! Embora o monstro da inflação tenha se tornado menor [...], o país está cada dia pior (1999, p.1).

Antes de tratar de frustrações específicas, Filipe desabafa sobre a quebra de expectativa que o presidente promoveu. Pelas razões já citadas, a nação estava convicta de uma escolha brilhante, mas FHC não se mostrou à altura de governar um país que afundava. A postura do intelectual que explica para discordar dessa piora é um começo para elucidar a frustração do paulista e de tantos outros missivistas que veremos.

Para FHC o país nunca esteve melhor. Nas entrevistas, ele comenta que a diminuição do investimento em pauta x ou y seria resultante do ajuste do Real, não havendo perda concreta de receita em nenhum ministério. Índices negativos seriam enganosos, pois houve redirecionamento do ganho e o povo logo sentiria as melhorias indiretamente. Se restou algum problema após a exposição estatística, ele é justificado simplesmente como erro na leitura da realidade por alguma má-fé.

Fernando Henrique vai aos jornais explicar que 97% das crianças brasileiras estão na escola. Mas como fica a mãe que olha para sua família e vê seus filhos que, mesmo matriculados, não vão estudar porque precisam ajudar na renda familiar? Na cultura, o presidente fala que 72 empresas tiveram acesso à Lei Rouanet e só no primeiro ano do seu governo esse número saltou para 235. O que pensa o trabalhador que mal tem saneamento de esgoto em sua região? O que os 30% de investimento na saúde afirmados pelos dados de FHC significam para o adoecido que vê as mesmas infundáveis filas no hospital e continua

trabalhando em “bicos” para comprar remédio?³⁰ Para missivistas como Rodolfo, de Terra Roxa (PR), restam a frustração e a impotência:

Senhor Presidente, cada vez que a gente lê um jornal ou houve um noticiário pelo rádio ou pela televisão, a frustração aumenta. [...] A gente houve e vê todos os dias aumentos de preços, de tarifas, de desemprego, de crimes, corrupção, assaltos, violência de todas as espécies, sobre os lucros astronômicos dos Bancos, aumento de impostos, criação de mais impostos etc. etc. Nada que nos dê força ou coragem. Senhor Presidente, gostaria muito de ser um Doutor para ajudá-lo a encontrar o remédio certo para todos esses males. Sinto-me inútil não podendo contribuir com sequer uma sugestão. Meu pai também era pobre e o máximo que consegui estudar foi até o segundo grau (99.FH.026682.C/01-9, p. 1).

Há mérito nos avanços administrativos proporcionados por Fernando Henrique, mas não são eles que explicam a frustração que encontramos em missivistas como Filipe e Rodolfo. Deslegitimar a dor dos que escrevem apontando falhas no alcance das políticas públicas, ou mesmo irregularidades, simplesmente por existirem aqueles que foram efetivamente alcançados é um erro que oblitera a compreensão dessas histórias.

Com efeito, uma primeira causa para explicar a frustração com o presidente é a abordagem do intelectual que usa números para falar com o povo que sentia no estômago e no bolso uma realidade diferente. Com toda a sua sabedoria, o presidente conhecia as desvantagens dessa abordagem estatística, mas ele não conseguia fazer diferente – ou acreditava que mudar seria mais desvantajoso.

Segundo ele [Geraldo sobre uma entrevista de FHC], a população entendeu o recado. Só não aceitou duas coisas: primeiro, que haja só 6% de pessoas (na ativa) recebendo salário mínimo; eles não acreditam nisso. Segundo, que a situação em geral esteja boa. É preciso passar a sensação de maior solidariedade com a população que sofre. Acho que o Geraldão está certo, em algumas ocasiões ficamos tentando demonstrar com números e argumentos, e a população sofre na carne os efeitos negativos de uma política de ajuste (CARDOSO, 2015, p. 642).

No programa de governo de FHC em 1998, um de seus maiores objetivos consistia em “eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social, melhorar a distribuição de renda”. O próprio PSDB afirma na introdução de seu documento ser necessário dar um passo além e conseguir trazer, para o plano social, o êxito econômico do Plano Real e, assim, promover a “inclusão dos

³⁰ Esses dados foram compilados de diversos capítulos do livro de balanço da era FHC, um dos principais suportes de análise desta dissertação. LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

excluídos”.³¹ Há uma promessa de inclusão, mas para pessoas como Filipe isso não aconteceu. Especialmente para aqueles em situação de extrema vulnerabilidade, o crescimento continuou apenas no discurso. O primeiro ponto que Filipe usa para se justificar é o seguinte:

A inflação parece (parece) ser baixa, mas não assim como mostra os números, pois que o poder aquisitivo da população cai todo dia. Os impostos ficaram mais pesados, em especial a CPME, os combustíveis, o gás de cozinha passou a um verdadeiro absurdo, os serviços, os remédios, os pedágios mais nos parecem um assalto a mão desarmada, os médicos e dentistas não podem fazer parte da maior parte da população, e tantos outros itens da população, e tantos outros itens são motivos de nossa pobreza cada dia maior (99.FH. 033109.C/01-6, p. 1).

Até 1999, a inflação apenas caía. Conforme o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a inflação que era de 1.093,83% em 1994, caiu para 14,77% em 1995, 9,33% em 1996, 7,48% em 1997, 1,71% em 1998, quando aumentou para 19,94% no ano em que Filipe escreveu sua carta. A esperança sentida no controle da inflação entre 1994 e 1995 foi derrubada após as experiências de 1999. Tudo ficou mais caro e o povo se sentiu enganado por mais uma vez receber o peso do ajuste após as eleições.³²

O câmbio ficou valorizado durante todo o primeiro mandato de FHC. O Banco Central garantia o teto de R\$ 1,00 por dólar e a enxurrada da receita estrangeira que entrou (de 14,3 bilhões em 1994 para 30,7 bilhões em 1995) fez com que a moeda estadunidense passasse a ser vendida por R\$ 0,85. Em simultâneo, o governo derrubou várias barreiras de importações para acelerar o consumo. O poder de compra aumentou exponencialmente com o clima de crescimento econômico e aumento de renda. Entre agosto e dezembro de 1994, o índice de preços ao consumidor (IPC) subiu em média 8,577% (LESBAUPIN, 1999, p.31). Como coloca Luis Nassif, o problema começou na inexperiência de aplicar simultaneamente a valorização e a queda de barreiras:

A falta de histórico de abertura com estabilidade, no entanto, fez com que se exagerasse na dose. Em geral, ocorre um intervalo de tempo entre as medidas

³¹ Site do Partido da Social Democracia Brasileira: <www.psdb.org.br>.

³² Na memória recente dos missivistas, durante o governo Sarney (1985-1990) uma tentativa de controle inflacionário foi o Plano Cruzado, centralizado no congelamento de preços. O plano conseguiu segurar a inflação temporariamente, gerando um sucesso popular que foi aproveitado eleitoralmente. O partido do presidente, o PMDB, elegeu nas eleições de 1986 22 dos 23 governadores, 38 dos 49 senadores, 261 dos 487 deputados federais e 448 dos 953 deputados estaduais. Foi a maior vitória em toda a história partido. Passadas as eleições, veio o novo pacote econômico chamado Cruzado II para fazer os inevitáveis ajustes ocasionados pelo congelamento prolongado e a população percebeu a irresponsabilidade fiscal gerada para fins políticos. Nos anos seguintes, o PMDB tentou despreparar-se da imagem de Sarney até mesmo com o candidato de 1989, Ulysses Guimarães, recusando o apoio daquele na eleição. Não funcionou e Ulysses Guimarães conseguiu o resultado pífio de 4,73% dos votos válidos. Ver: MACIEL, 2008.

de abertura e o aumento das importações, período no qual as importadoras precisam se preparar, identificar produtos e fornecedores, definir canais de venda. Esse aspecto da abertura não foi levado em conta pelos formuladores da política econômica, que reagiram à lentidão inicial das importações com decisões cada vez mais radicais de abertura econômica (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 43).

Em pouco tempo, os saldos brasileiros acabaram. Barreiras importantes foram derrubadas e tentar reerguê-las demonstraria fraqueza, o que seria pedir por uma corrida contra o Real. Então a equipe econômica aumentou os juros nominais, chegando a 64,9% no primeiro trimestre de 1995,³³ apertou o crédito enquanto se segurava a paridade do câmbio pelo tempo que podia e não podia. As massas consumidoras e os investidores agiram baseados na renda artificial. O setor privado super-investiu em áreas de destaque do governo (como o automobilístico e de eletrodomésticos), enquanto o setor público ajustou o salário de seus servidores e lidou com despesas defasadas. Quando diminuíram o ritmo, a economia desabou.

Os juros elevados geraram altos índices de falências, concordatas e inadimplência.³⁴ Demissões em massa para o setor privado e um largo aumento do déficit público no estatal. No final de 1998, o país precisou ir ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e em janeiro de 1999, o dólar passou a flutuar. Nos dois meses seguintes, a taxa de câmbio teve uma desvalorização de 40% (Martins, 2010, p. 155). Muitos missivistas escreveram a FHC relatando a necessidade de novos rumos para que as expectativas fossem possibilitadas, como é o caso de Isaac, morador de Vitória (ES):

A coluna de sustentação de seu primeiro mandato (o Real) ruiu. O país perdeu a credibilidade. Sua imagem (FHC) ficou arranhada. Os dólares que saíram não retornarão tão cedo. A inflação poderá voltar. Para segurar a inflação eleva-se os juros, reduz-se a demanda, provoca-se a recessão e o desemprego. A reforma tributária não sairá a tempo. A atual equipe econômica continuará seguindo o receituário clássico [...] Este seu segundo mandato terá necessariamente que ser diferente do primeiro, pois as condições de sustentação mudaram. [...] Estou certo de que as expectativas de toda uma nação não serão frustradas (99.FH.008317.C/01-5, pp. 1-3, destaque do autor).

Falaremos da lentidão das reformas logo adiante. Até aqui, notamos uma decepção embrionária formada do ajuste pós-eleição e da inversão no ritmo econômico da sociedade.

³³ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38402>. Acesso em: 14 dez. 2021.

³⁴ Para mais informações sobre as taxas de juros nominais e reais do governo FHC relacionadas com o contexto econômico nacional e internacional, ver: SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação*. Balanço do Governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Para mais detalhes sobre taxas de juros mensais, basta entrar no site do IPEA disponibilizado na nota 97.

Isaac faz as suas recomendações, dentre as quais “o governo reduz impostos, melhora a arrecadação, não demite funcionários” (1999, p. 1). A política econômica rejeitou as três.

Além da perda de poder aquisitivo, Filipe criticava o aumento nos impostos. FHC assume em 1995 o país com uma carga tributária de 26,7% do PIB, ao passo que 1999 fechou com 30,3%.³⁵ Assim, é visível o aumento da arrecadação com sua gestão – e que só aumentaria até 2002, atingindo 34,36%. A receita do Estado havia crescido com os ganhos do Plano Real, mas ainda faltava uma tributação mais pesada e uma diminuição de despesas para a conta feita pela equipe econômica fechar.

Concentrando a arrecadação no Governo Federal, FHC aumentou a alíquota e a incidência de tributos já existentes (IRPF e COFINS, por exemplo), além da criação ou reintrodução de novos, sendo o caso mais famoso o da CPMF. Citado por Filipe, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira foi um imposto polêmico, tanto pela sua alta taxa, quanto pelas acusações de desvio (LESBAUPIN, 1999, p. 83). A equipe econômica justificava essa cobrança para políticas na área de saúde, mas nunca conseguiu suporte popular por cobrar alíquota única. Um cheque que o trabalhador usasse para comprar uma cesta básica tinha a mesma taxa que a aplicação de um empresário para financiar a festa do final de semana. Ao projetar um ônus igualitário, medidas desse porte apenas escancaram as formas de manutenção de um sistema com participantes tão desiguais.

O desequilíbrio no pagamento da conta é ainda visível no preço dos combustíveis que encarou paralelamente o aumento das cotações internacionais do barril de petróleo. Os preços externos aumentaram 421% até outubro de 2000, enquanto no Brasil ele foi sentido com o crescimento de 120% na gasolina (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 62). Em 1999, 61,7% dos produtos eram transportados por meios rodoviários, então, para além do aumento na sua própria locomoção, o trabalhador pagava o acréscimo no valor dos produtos que eram repassados para ele.³⁶ O aumento no custo de vida era sentido por todos, mas a diferença sempre é mais sentida por quem não tem de onde cortar gastos. Aos mais vulneráveis, o Brasil se tornava um país cotidianamente mais injusto, com reformas importantes saindo do rumo prometido na eleição.

³⁵ Carga Tributária no Brasil — Receita Federal (economia.gov.br). Acesso em: 8 fev. 2021.

³⁶ O Brasil ainda transporta a maioria dos seus bens por ferrovia. Em 2018, dados do ILOS (Instituto de Logística e Supply Chain) colocam o setor rodoviário como responsável por 60% do transporte de produtos nacionais. Em complemento, dados da CNT (Confederação Nacional de Transporte) afirmam que o país possui uma extensão rodoviária de 1.720.700,0 km em 2019, sendo apenas 12,4% (213.452,0 km) pavimentados. Essa alta dependência do setor rodoviário que ainda não recebe estruturação e manutenção proporcionais gera um aumento ainda maior no valor final dos produtos.

Durante sua campanha uma lista de reformas importantíssimas foram prometidas e nossa esperança era vê-las implantadas. Não obstante os nobres objetivos de cada uma só vemos que elas se arrastam pelos trâmites políticos, sem contudo chegar ao tão esperado resultado que nada mais é que oferecer um futuro melhor para o país. São feitas propostas de correção, de alteração, de complementação, são feitos acordos, são substituídas, e permanecem nas “emendas”, pelas gavetas ou prateleiras sem soluções (99.FH. 033109.C/01-6, pp. 1-2.).

O segundo ponto de frustração apontado por Filipe é o modo como as reformas se desenvolveram no primeiro mandato. FHC se comprometeu com reformas estruturantes – previdenciária, administrativa, trabalhista, tributária e agrária –, além de institucionais na área de educação, segurança, saúde e cultura. Mas como ele mesmo sabe, o processo é lento e precisa de um certo jogo político. Eis o que o presidente declarou às vésperas de uma votação da reforma previdenciária:

A população se impacienta, com razão, com a lentidão (das reformas). Também se impacienta, com razão, com a necessidade de negociação. Negociação nem sempre feita nos moldes em que se gostaria, levando em conta só o interesse público. Muitas vezes, há elementos que se introduzem nessas negociações que têm a ver com interesses político-partidários, que ferem a necessidade de rapidez [...].³⁷

FHC começou a governar com a maioria necessária no Congresso para reformas constitucionais, ou seja, pelo menos 308 deputados e 49 senadores. Esse movimento foi chamado pelos analistas de “a era dos três quintos” ou “presidencialismo de coalizão”.³⁸ O embrião foi a coligação de partidos que o elegeu, PSDB-PFL-PTB, logo foi ampliada com a participação do PMDB e do PPB. Assim, através de uma aliança de centro-direita, o presidente chamou os conservadores para modernizarem o país.

Garantir o apoio de tantos parlamentares é custoso, tanto para o Estado, quanto para Fernando Henrique. Para o primeiro, a distribuição de recursos orçamentários e o poder de nomeação para cargos federais são constantemente cobrados. Para o segundo, a atenção incessante em reuniões, telefonemas e administração de intrigas que envolvem aliados, oposição e imprensa

³⁷ O GLOBO, 4/5/1998 apud CHAGAS, Helena. Relações executivo-legislativo. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 349.

³⁸ Marcos Nobre oferece uma intrigante análise dessa conjuntura política ao preferir o conceito “condomínio pemedebista” ao “presidencialismo de coalizão” do cientista político Sérgio Abranches. Em sua leitura, o segundo pode dar a entender que se trata de um sistema com uma cultura política muito mais democrática do que se tem de fato. Desde as garantias de governabilidade com supermaioria legislativas a um complexo sistema de vetos, contorno de pautas e bloqueio de adversários ainda nos bastidores, a máquina de reformas tende ao maior conservadorismo possível. (NOBRE, 2013, p. 14).

em todas as suas formas possíveis de arranjo. Eis um caso de 28 de agosto de 1995 que, embora extenso, sintetiza a relação Executivo-Legislativo existente em todo o governo FHC:

Sexta à noite fui para São Paulo. No avião, entre outros, estava [Presidente e líder do PSDB] José Aníbal, com quem conversei longamente. As coisas de sempre: o PSDB precisa de carinho, eu preciso voltar a falar com todos os parlamentares, **é difícil pôr o Congresso em funcionamento** etc. Antes de viajar, telefonei para o [Vice-presidente/PFL] Marco Maciel, porque, na Câmara, a distribuição de relatores das matérias constitucionais foi negativa, de propósito. O [Deputado/Líder do PFL] Inocêncio de Oliveira quer indicar o relator da matéria relativa à reforma tributária, não querem os paulistas. Na comissão de Constituição e Justiça, na matéria relativa ao sigilo fiscal foi indicado o [Deputado] Régis de Oliveira, que acabou de sair do PSDB para entrar no PFL, e já deu um parecer contra essa mesma matéria. O PFL está botando as manguinhas de fora. E [Deputado/PMDB] Moreira Franco também foi designado relator de uma importância matéria. **Tenho um bom relacionamento com ele, mas ele vai se aproveitar disso.**

Ou seja, continuamos tendo que fazer ginástica para aprovar essas matérias no Congresso e **sempre na base de uma relativa chantagem** contra o Executivo. **Custa caro.** O [Ministro da Fazenda] Malan disse que tem dezesseis pedidos de comparecimento à Câmara. O deputado não é atendido pede logo que o ministro vá expor lá (CARDOSO, 2015, p. 223, grifos nossos).

Antes mesmo do debate público contra a oposição e ainda que declaradas como de interesse nacional, as pautas passam por um lento e desgastante jogo político entre os próprios aliados. Cada político tem os seus próprios interesses que não podem ser resumidos a amizade e alinhamento direto com o presidente. Nem sempre a relação verba-voto funciona de modo tão matemático e a traição é uma constante a ser considerada no cálculo para aprovação, tendo o governante que lidar com as desculpas dos traidores elaboradas em cada ocasião.

A discussão pública não é mais rápida que a fase anterior. A democracia é um processo lento em que se precisa articular dissensos. Diversos interesses colidem no texto de uma reforma: de um lado, os que se beneficiavam com a legislação anterior e, do outro, as necessidades dos que lutam pela mudança. Diante de um país tão plural como o Brasil é natural existirem várias perspectivas sobre uma mesma pauta e a democracia vive dessa luta coletiva, mas para funcionar plenamente a representação teria que ser mais eficiente do que é de fato. É esse ponto que os missivistas mais atacam. Há forte representação de setores com alto poder aquisitivo e capacidade significativa de pressão política, enquanto os mais vulneráveis são sub-representados no jogo apesar de serem eles os principais afetados pelas falhas do sistema instituído. A luta pelo “bem comum” muitas vezes se torna resultado do grupo com maior poder de pressão.

O lento processo de desenvolvimento das reformas somado ao interesse do presidente em fazer valer o que seria o melhor para o coletivo que o elegeu foi o que convenceu FHC a trabalhar pela reeleição. Em algum momento, Fernando Henrique pode de fato ter confundido

os seus interesses com os que seriam “do país” e pedido pelo segundo mandato como a melhor opção para mostrar avanços nas demais pautas prometidas, além do contínuo controle da inflação. O erro só seria admitido futuramente.³⁹

Seja como for, o fato é que a emenda da reeleição é um divisor de águas no governo FHC e sua relação com o congresso. Helena Chagas⁴⁰ interpreta o contexto da reeleição em oposição ao percebido pelo presidente: ao custo de ganhar mais tempo, a pauta desgastou Fernando Henrique, aumentou o poder de barganha do Congresso e tornou ainda mais difícil o caminho das reformas.

Com as forças de um presidente recém-eleito e ainda nas graças do Plano Real, a aprovação das primeiras reformas econômicas saíram com mais facilidade e velocidade do que aquelas após a reeleição, como foi o caso da previdenciária e da administrativa. A quebra dos monopólios históricos da Petrobrás e das telecomunicações ocorreram logo no primeiro ano de governo, enquanto a reforma previdenciária não conseguiu aprovar sua regulamentação nem mesmo no segundo mandato. Se a reeleição se fundamenta pelas reformas, justifica-se a afirmação de Filipe de que foi um erro reconduzir FHC ao cargo.

Escrever ao presidente e denunciar a lentidão do sistema no atendimento às necessidades da população é legítimo. As pessoas resistem em condições precárias de trabalho e moradia enquanto observam aqueles que deveriam representá-las chegando a conclusões contrárias ao prometido bem-estar. A disparidade social favorece a frustração e a formação do “nós apesar deles”. Tal divisão é fomentada inclusive por falas dos próprios representantes que, fora do período eleitoral e de repartição dos custos nacionais, não querem ser identificados como incluídos no povo. Note-se a seguinte fala de FHC em entrevista a Toledo:

A agenda de uma sociedade não depende da vontade do governante, depende também de outras condições. Discuti muito as reformas, no começo do governo, com os líderes dos partidos e do Congresso [...]. Depois fomos sofrendo o processo moroso do Congresso. Cada relator se colocava contra a reforma que lhe caía nas mãos. Interesses partidários... Começavam a modificar. [...] As reformas que poderiam ir mais depressa foram as da área econômica. A tributária poderia ter avançado mais. Por que não avançou? Porque, quando se fala em reforma tributária, todo mundo quer, mas com

³⁹ Em um artigo para o Estadão, edição de setembro de 2020, FHC faz um *mea culpa* pela reeleição. Disponível em: <https://opinio.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,reeleicao-e-criises,70003427387>. Acesso em 14 dez. 2021. Na situação de ex-presidente, FHC trabalhou para justificar as suas ações sempre que possível como positivas e os erros são explicados como necessidade do momento histórico em que foram feitos. De todo modo, aqui focaremos mais na relação com o Fernando Henrique da época do que em suas futuras revisões.

⁴⁰ As ideias desenvolvidas nesta parte se embasam principalmente no capítulo “relações Executivo-Legislativo” de Helena Chagas, embora não sejam *ipsis litteris* para garantir melhor fluxo à dissertação. CHAGAS, Helena. Relações Executivo-Legislativo. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

objetivos diferentes. **O governo**, para modernizar e arrecadar mais. **Os empresários**, para pagar menos. **O povo**, também para pagar menos. **Os governadores e prefeitos**, para receber uma parte maior do bolo (TOLEDO, 1998, p. 246, grifos nossos).

As reformas prometidas para o bem do país e, nomeadamente, para o seu povo são discutidas como grupos separados. Com tal conjuntura, o Estado não parece estar junto ao cidadão e sim voltado aos interesses próprios dos representantes. Àquele que sofre com a divisão resta o papel de reivindicar a sua parte do bolo. Uma estrutura repartida de empenho não pode esperar de seu representado uma lógica diferente e altruísta, ainda mais quando este apenas deseja estar incluído dentro da estrutura vigente.

Assim, a relação Executivo-Legislativo explica uma percepção do Estado como representante de interesses alheios aos do povo, o qual apenas é lembrado na hora de pagar a conta. A expectativa de que FHC fizesse reformas que tornassem o corpo estatal mais eficiente, contemplativo e equilibrado é frustrada. A lentidão das mudanças institucionais agrava as denunciadas crises econômicas e sociais.

O desemprego é o nosso mais desesperador problema. Sem emprego para a população nada mais é possível. Sem emprego não há comida e isso é suficiente para que nada mais seja possível. [...] E onde estão as providências do governo para que possa existir o tão necessário emprego?
(99.FH.033109.C/01-6, p. 2, grifos do autor)

O terceiro argumento de Filipe para justificar a frustração é o desemprego. O ministro que acabara com a inflação caminhava para o fim de seu segundo mandato como presidente e ainda não cumprira uma das principais promessas que o levaram ao cargo de dirigente do país. Pelo contrário, a taxa mensal de desemprego aberto chegou a bater recordes em maio de 1998 com 8,2% (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 100). Postos de trabalho desapareciam da economia aos milhares e com eles se alastravam medo e desespero. Se em 1995 o país possuía 4,5 milhões de desempregados, em 1999 o IBGE estimou o número de 7,6 milhões. Para alguns desses, restou apenas pedir ajuda escrevendo ao presidente.

Publicamente, FHC responde com estatísticas para mostrar que o desemprego não é um problema como estão falando. E fica exaltado quando argumentam o contrário. Se alguns números diminuíram de um lado, mas aumentaram do outro, está tudo bem. Ao que parece, a seriedade da questão só se justifica em ano eleitoral. A resposta ao jornalista Elio Gaspari narrada no diário de 1996 exemplifica a revolta do intelectual que explica:

Mostrei a ele estatísticas [...] provando que não há desemprego em termos de taxa. Tanto no Dieese quanto no IBGE as taxas de 95 foram menores do que

eles têm na série. Houve outro problema, há perda do emprego no setor industrial e ganho no setor de serviços. Claro que a pessoa que perdeu emprego, perdeu; quem vai ganhar [no setor de serviços] é outra pessoa. Mas no conjunto da economia não existe esse fenômeno que vai sendo alardeado, de aumento de taxa de desemprego (CARDOSO, 2015, p. 402).

Como vimos, na véspera do lançamento do Real como moeda, além da equiparação ao dólar, o governo decretou a livre importação de milhares de produtos, especialmente os industrializados. Com eles, houve o aumento da importação e a entrada de capitais especulativos em massa no Brasil. A indústria nacional teve que competir com produtos que provinham de países com encargos tributários e trabalhistas bem menores. Tanto os problemas econômicos quanto as dificuldades legislativas foram passadas aos diferentes setores de trabalhadores, o que caminhou para uma unificação na frustração com FHC.

A população ganhou produtos industriais bem mais baratos e, em contrapartida, uma parte significativa dos setores responsáveis pelo fornecimento nacional tiveram que lidar com o fechamento de negócios, o endividamento com juros em alta e largas demissões. No setor de serviços, que em tese não podem ser importados, os lucros e a demanda por trabalhadores cresceram, aluguéis e encargos subiram 44,25% e os preços dos negócios hospitalares 19,71% em 1994 (AARAO, 2014, p. 224).

Outros problemas relacionados a esses setores logo apareceriam. Capital especulativo é volátil e foge em massa na primeira demonstração de risco ao lucro fácil, deixando o país que sacrificou a indústria nacional muitas vezes em piores condições do que quando entrou. Quando as crises vieram (México em 1995, asiática em 1997, Rússia em 1998), como sempre vêm para países na periferia do capitalismo, corridas contra o Real ocorreram e tornaram a dívida pública mais difícil de controlar. Em 1994 ela correspondia a 14% do PIB ao passo que alcançaria 51,6% em abril de 1999 (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 68)

A receita ortodoxa contra crises é arrochar o crédito, elevar os juros, cortar gastos governamentais e elevar impostos. Ao trabalhador que conseguir não ser demitido no processo, terá que lidar com dívidas mais difíceis de pagar e um custo de vida mais elevado. Nesse contexto, a pobreza se perpetua no endividamento para conseguir sobreviver ao aumento do básico. A escrita ao presidente então aparece como forma de resistência e luta dos que se sentem prejudicados e apenas desejam sobreviver às crises que enfrentam.

Até aqui, partimos de Filipe para falar de questionamentos sobre os problemas econômicos e institucionais do governo FHC. A conclusão frustrante é a mesma para as mais diferentes categorias trabalhistas, mas por razões distintas. Para entendermos como um povo tão diferente passou a ecoar um discurso tão parecido, é preciso ultrapassar a esfera macro e

olharmos casos específicos. Precisamos explicar quais são as necessidades dessas pessoas e os desamparos que sofreram.

No povo brasileiro, encontramos exemplos daqueles que confiaram no intelectual que venceu a inflação e pediram para ser incluídos no mundo do trabalho e no sistema que sempre os excluiu. A eles se juntaram trabalhadores das partes mais dispensáveis, sempre disponíveis e facilmente descartáveis para o sistema econômico. Há também donos de pequenos negócios que faliram com a abertura econômica e outras medidas que causaram perdas e endividamento para esses setores. Por fim, lembramos dos trabalhadores públicos e privados que mantiveram seus empregos, mas em condições mais precárias com a flexibilização de direitos trabalhistas. Esses desempregados, demitidos, falidos e precarizados estão caminhando para a frustração que ultrapassa a decepção com as falhas do Estado para direcionar a responsabilidade para FHC.

Nas cartas, os diversos ciclos das crises internacionais são sempre citados no singular. Para aqueles que viveram o Brasil da virada do século, “a crise” contempla todos os baixos da economia, como se o próprio governo FHC fosse uma tensão geradora de desemprego. Embora o Plano Real tenha sido um sucesso, o missivista perdeu o emprego para o que aprendeu a chamar de crise. Por razões que ele acha confusas e desesperadoras, não consegue outro trabalho e tudo cotidianamente fica mais caro e escasso. É o caso de Daniel, um carioca de 37 anos que perdeu o emprego como motorista:

Venho através desta pedir-lhe encarecidamente um apoio, enfim uma ajuda para que eu possa conseguir um emprego. Pois, há um ano fui demitido do meu emprego, por corteção de despesa da firma e depois deste fato, venho enfrentando a crise do desemprego [...] e já não sei o que faço para eu conseguir um emprego, pois eu saio todos os dias a procura e nada encontro. Estou ficando desesperado, vendo minha família passando necessidades as dívidas aumentando (98.FH. 108080.C/01-0, pp.1-2).

Daniel relata que tem boa aparência e referências, mas que a crise não o favorece. Então encerra sua carta parabenizando o presidente e a equipe pelo sucesso do Plano Real e lhe desejando muito sucesso. Nesse desfecho de elogio e apoio a FHC, vemos um modo de separar a crise relatada do êxito com a moeda ou, ainda, destacar a razão que o permite conceber Fernando Henrique como uma solução ao problema descrito. O excesso que legitima o uso de “encarecido” pelo missivista mais de uma vez carrega o desespero do pedido, da ajuda que tenta manter a cordialidade de um trabalhador que já fez a sua parte. A resposta da presidência foi para que ele tentasse um concurso público.

Outro caso é o de Carla, uma dona de casa de Belo Horizonte (MG). Com 33 anos de vida e casada há 10, a missivista conta como a situação financeira de sua família passou de controlada para desesperadora. O marido foi gerente de uma multinacional em Belo Horizonte por 11 anos, mas em meados de 1996 a empresa encerrou as atividades em Minas Gerais devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela matriz em São Paulo.

Desde que foi desligado da empresa em junho de 1996, encontra-se desempregado, vivendo apenas de trabalhos temporários, sem vínculo empregatício, ganhando 01 terço do que ganharia [...]. Tínhamos 01 computador, no qual, eu prestava serviços de digitação, mas fomos obrigados a vendê-lo, para garantir o pagamento de contas e comida na mesa, daí esta carta estar sendo escrita à mão (98.FH.076469.C/01-1, p. 1).

Dos 27 milhões de trabalhadores com acesso à legislação social, cerca de 9,5 milhões têm o contrato de trabalho rompido anualmente, o que resulta em uma das mais altas taxas de demissão do mundo (POCHAMN; BORGES, 2002, p. 53). Oito entre dez brasileiros demitidos em 2001 recebiam até três salários mínimos, enquanto as contratações mais numerosas foram feitas nas faixas entre meio e um salário mínimo (POCHAMN; BORGES, 2002, p. 82). Ou seja, com mais mão-de-obra disponível do que vagas, o trabalhador sem perspectivas aceita bem menos do que deveria, como é o caso da situação descrita por Carla ao presidente.

De 1995 até 2001, o tempo médio para o desempregado encontrar uma vaga aumentou de 26 para 52 semanas, o que levou muitos trabalhadores à informalidade (POCHAMN; BORGES, 2002, p. 82). Na virada do milênio, o Brasil possuía 40,2 milhões de trabalhadores no mercado informal (POCHAMN; BORGES, 2002, p. 77). A retórica governamental continuava a negar a desestruturação como política deliberada e a colocou como inevitável pelo sistema moderno. Carla e Daniel estariam passando dificuldades por não conseguirem se adaptar aos novos tempos, sendo culpados pela própria fatalidade. No resumo do economista Jorge Mattoso:

Primeiro, preferiram [os governantes] ignorar o problema do emprego, afirmando que o desemprego não existia. Depois, quando a realidade já não podia ser ocultada, buscaram reduzir seu alcance. O desemprego, então reconhecido, mas considerado como um problema menor, apenas marginal, regional, urbano ou industrial. Por último, o governo e seus economistas de plantão reconheceram a gravidade da desestruturação do mercado de trabalho nacional, mas jogaram a responsabilidade sobre os fatores intangíveis (como a globalização e a tecnologia) ou, pasmem, sobre o próprio mercado de trabalho, pois não se dispunham a enfrentar as verdadeiras causas desta desestruturação. É como se as vítimas passassem a ser as próprias causadoras de seu infortúnio (LESBAUPIN, 1999, p. 117).

O governo afirmava que o problema vinha de um mercado de trabalho excessivamente regulamentado, com pesados encargos sociais não passíveis de negociação que elevavam o

custo da mão-de-obra inibindo a contratação, lançando o trabalhador na informalidade sem direito algum (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 113). Ou seja, a resposta para deter o desemprego e a migração foi deixar o trabalho formal mais parecido com o informal. Aos que não foram demitidos, restou um emprego precarizado.

As medidas mais polêmicas aprovadas por FHC para os trabalhadores urbanos foram: a vedação ao reajuste salarial com base na inflação; a criação do contrato a tempo parcial (nele não há a obrigação com o aviso prévio, FGTS, multa de 40% e contribuições sociais); a formação do banco de horas (um regime de trabalho prorrogado e compensatório de jornadas para fora dos limites permitidos pela constituição); a redução dos elementos que calculam a remuneração; o estabelecimento de Planos de Demissão Voluntária (é paga ao trabalhador uma indenização, mas diminui ou elimina a multa sobre o FGTS e outros direitos).⁴¹

Em resumo, o governo focou em reduzir os custos de admissão e demissão do trabalhador, enquanto aumentou o caráter legal de negociação (geralmente imposição) entre patrão e funcionário. Jornada flexível, salário flexível e contratação flexível. Já o sindicalismo teve seus poderes de resistência e pressão enfraquecidos à medida que quaisquer formas de oposição às flexibilizações recebiam a culpa pelo elevado desemprego. Ainda assim, a luta sindical conseguiu impedir alterações mais severas, partindo do ferimento de princípios da Constituição de 1988, como a dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (art. 1º, incisos II e IV) e a proteção da saúde do trabalhador (art. 7º, inciso XXII).

O trabalhador aceitou a diminuição de direitos para manter o emprego. Ele se vê obrigado a exceder sua função e a jornada legal da categoria para continuar trabalhando em uma situação de crescente desemprego. Algumas pessoas, inclusive, aceitam trabalhar sem carteira assinada para ter algum serviço e garantir o sustento da família, como é o caso da cearense Joana:

[...] sou faxineira não tenho carteira assinada e por isto que estou escrevendo para o senhor tenho muita fé em Deus e no senhor que vou ser atendida. Olhe eu começo a trabalhar seis horas da manhã e vou até oito da noite só casada tenho 4 filhos 3 meus e um adotivo moro de aluguel a 20 anos nunca fiquei sem pagar meu aluguel. [...] tenho meu trabalho garantido, não falta serviço para mim só que casas são muito caras de 60 mil reais já mais um

⁴¹ Essas alterações ocorreram, em geral, no âmbito da Reforma Trabalhista, na transformação de medidas provisórias em lei, alterando alguns textos da constituição de 1988 e da CLT. Os casos citados são, respectivamente: Lei nº 10.192/01; Lei nº 9.601/98; MP nº 2.164-41/01; Lei nº 10.243/01; Lei nº 9.468/97. Para o detalhamento dessas e outras modificações, ver: COUTINHO, Grijalbo. *O direito do Trabalho flexibilizado por FHC e Lula*. São Paulo: LTr, 2009.

banco vai financia para mim eu sendo uma faxineira e meu marido motorista mau ganha para pagar um aluguel (98.FH.090390.C/01-9, p. 1).

Joana pede ao presidente FHC a confiança de um financiamento que os bancos não fornecem: “um financiamento que eu poça pagar, nunca sofresse alterações não me emporta os anos para pagar”(1998, p. 1). Ela não reclama da jornada de 14 horas ou da ausência de direitos trabalhistas, mas da falta de crença das instituições quanto ao pagamento, mesmo passando 20 anos sem faltar com o aluguel. Desejando que os filhos tenham um teto seguro sob a cabeça, ela quer uma casa própria.

Mais do que um trabalho difícil, Joana fala de uma condição de vida precária e pouco segura. O emprego informal não lhe garante nada em uma emergência e, no caso de algo acontecer ao marido, nem dinheiro para o aluguel possuiria. Mesmo sem falar diretamente de políticas públicas, a missivista nos conta sobre o desamparo de uma vida na informalidade e a dificuldade de adentrar no sistema. O presidente aparece como o caminho, já que ela confiou nele para representá-la. Mas isso não se concretizou e trabalhadoras como Joana continuaram na informalidade após as flexibilizações de FHC.

No mesmo caminho daquele regido pela CLT, a situação dos servidores públicos foi se tornando complicada ao longo do governo Fernando Henrique. Eles enfrentaram uma onda de privatizações empregadas para reduzir os gastos públicos, lidar com as crises e modernizar o Estado. No total, foram vendidas 35 empresas estatais federais de diferentes tamanhos e setores, como no petroquímico, siderúrgico, bancário, elétrico, portuário e financeiro. Os casos mais famosos foram a Companhia Vale do Rio Doce, o sistema Telebrás e os bancos estaduais (Banespa, Banerj, Banestado).⁴² Estima-se que 545 mil servidores foram cortados da folha de pagamento junto a suas empresas (POCHMAN; BORGES, 2002, p.25).

Aqueles que continuaram como servidores públicos sofreram com modificações na legislação advindas de emendas, mas as maiores perdas foram trazidas pela Reforma Administrativa. Ao retirar direitos e garantias chamando-os de privilégios, FHC feriu diretamente os servidores de baixo e médio escalão. Enquanto viam o custo de vida aumentar, tiveram de lidar com perdas salariais, estruturais e até relacionais quando colegas de muitos anos foram transferidos ou cortados. Kauã, residente de Mossoró (RN) e funcionário da Fundação Nacional de Saúde (FNS), relata um pouco de sua situação:

⁴² Sobre essas e outras privatizações, ver: BOUNDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Nós da FNS [,,] estamos numa situação muito difícil com aptada de 58% dos nossos vencimentos que tínhamos ganho na justiça desde dezembro de 1992 retirado em março de 1995 a situação complicou-se: ganha 272,65 mais GAE e vantagens, trabalho fora de casa pagando transporte, comida, dormida no final do mês é uma tristeza, [...] pesso que tenha mais atenção com os func. antigos, eu nível médio BVI soldo 272, 65 a polícia rodov. Federal está oferecendo 1200,00 pos novatos, esta certo isto? [...] Ao Valorizar o funcionário antigo que conhece o trabalho, no meu caso que trabalho no campo com doenças edemicas, chagas, dengue, calazar. Mais falta pessoal capacitado os convenios não funciona pagam salario mínimo ao pessoal sem condições de transporte, alimentação não dá. Com medo de perda muita gente da antiga SUCAM aposentou-se e não entrou gente no seu lugar (98.FH.100222.C/01-9, pp. 1-2).

Dividida em duas partes, a primeira discussão levantada por Kauã se refere aos cortes que a FNS sofreu ao nível de mal permitir sua subsistência, então pede ao presidente por medidas que o ajudem a quitar as dívidas que apenas aumentaram. Já a segunda parte consiste na preocupação com a empresa: cada vez mais funcionários da SUCAM – antigo nome da FNS – se aposentam para evitar mais perdas pelas reformas, enquanto não há novas contratações. Os servidores que ficaram não conseguem lidar com as demandas e o missivista, ao temer uma proliferação de barbeiros, pede por maior valorização do seu setor e dos funcionários antigos.

O funcionalismo sofreu grandes alterações jurídicas com FHC. O presidente tentou acabar com o regime jurídico único, limitou a proteção legal do vencimento ao básico, flexibilizou a estabilidade do servidor, desvinculou os reajustes dos militares dos civis, proibiu a contagem de tempo rural para aposentadoria urbana, extinguiu licenças, reduziu o tempo e o valor das que ficaram, além de outras 50 alterações.⁴³

Em prol de uma tentativa de equilibrar as contas públicas, Fernando Henrique eliminou milhares de empregos. De cada cinco empregos perdidos na década de 1990, um pertencia ao setor estatal. A taxa de rotatividade pulou de 7,3% em 1989 para 24,8% em 1999. A queda da massa de rendimento no setor foi de 34,5% (POCHMAN; BORGES, 2002, p.107). Aqui, a lembrança do Plano Real já não garante o apoio do setor público ao intelectual que explica. Como críticos da precarização do setor e do encarecimento no custo de vida, os servidores entoarão um discurso de rejeição muito semelhante aos demais setores trabalhistas.

Assim, FHC se mostra decepcionante diante das expectativas postas e confiadas a ele. Os sacrifícios que cobra dos setores que o apoiavam se mostram vãos. Parte numerosa dos

⁴³ Para maior detalhamento das alterações citadas e conhecimento das demais, ver: QUEIROZ, Antônio. Movimento sindical – passado, presente e futuro. *Série Estudos Políticos*. Ano II (Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Brasília, 2008.

setores produtivos que o elegeram expressam a frustração no tratamento injusto das políticas públicas, que se mostram desfavoráveis apenas para os que já possuem pouco. Há outras razões, como destaca Filipe, pelas quais foi um erro reeleger FHC, mas a injustiça observada, o resultado das reformas, os problemas econômicos e o desemprego já sintetizam essa conclusão:

Listar com detalhes outros itens seria desnecessário, mas vou apenas mencioná-los: a saúde que seria beneficiada pela CPMF; As crianças que teriam escolas a disposição; a segurança que evitaria a brutalidade que nos assola em quaisquer lugares; os aposentados que não seriam esquecidos como o foram e morrem antes que seus direitos lhes sejam retribuídos; o nepotismo que continua; a moralidade no poder público que, pela sua inexistência, só nos faz ver crescer o déficit estatal, etc
(99.FH.033109.C/01-6, p. 2, grifos do autor).

Como o vocabulário de Filipe permite deduzir, ele não se enquadra nos setores mais vulneráveis da sociedade. É provável que ele escreva a partir da condição de uma classe média frustrada, grupo sobre o qual discutiremos especificamente mais ao final do capítulo. Mesmo assim, ele sintetiza uma frustração arraigada em diversos missivistas com pautas bem delimitadas.

Através de uma ampla definição de “povo brasileiro”, Filipe encontra pontos em comum com trabalhadores em situações bastante precarizadas (como Laura) e se une a esses missivistas. Não propõe soluções pois, caso as tivesse, se candidataria ele mesmo, como indica ao iniciar seu relato. Ele decide escrever para falar sobre justiça, desabafar e, principalmente, advertir. Nisso, sintetizou argumentos, usou de retórica e cordialidade, questionou incoerências e encerrou sua carta apelando para a religiosidade e a compaixão.

A advertência de Filipe chama a atenção para duas passagens bíblicas, sendo elas “amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo” e “feliz é a nação que tem Deus como senhor” (1999, p. 3). Tratamos no capítulo anterior desse elemento religioso, mas aqui interessa observar a identificação do missivista como um homem temente a Deus e que, por isso, tem a obrigação de avisar a FHC que a ação presidencial gera consequências para o país, tanto presentes quanto futuras. Toda sua crítica está centrada em que FHC tenha consciência do “retrato do mundo miserável que está sendo criado, por vocês, para nós e para seus próprios filhos e netos” (1999, p. 3).

Filipe, assim como Laura, separa o “nós” de “vocês”. O primeiro grupo é a união dos frustrados que não conseguiram representação no governo FHC: foram demitidos, faliram ou tiveram o emprego precarizado. O segundo contém FHC e sua família, ministros, políticos e a elite que em geral olham para o povo de cima, esperando que os mais vulneráveis de alguma forma sobrevivam na ordem econômica feita para excluí-los sem que mecanismos de poder

sejam de fato mexidos, alterados e cedidos. O “nós” de fato resiste, ainda que, muitas vezes, por vias que a ordem de exclusão estabelecida lê como ilegal, imoral ou trapaça.

Diante de um cenário desfavorável, resta ao trabalhador buscar meios alternativos para sobreviver quando o Estado não lhe ajuda. Caminhar para a informalidade é um. Se envolver com a criminalidade é outro. Uma terceira via é pedir para que o sistema lhe inclua de alguma forma e, quando aceito, resistir em outros termos. Enfim, é hora de compreender o “nós” nos pedidos ao presidente como última tentativa de inclusão.

2.3. UM “EU” VESTIDO DE “NÓS”: O PEDIDO AO PRESIDENTE COMO COMPENSAÇÃO PELA AUSÊNCIA ESTATAL

Na escrita para o presidente, pedir é o verbo mais declinado. Mesmo quando se trata de um conselho, o termo aparece requerendo mudanças. Conjugam-no no passado para narrar o esforço trilhado nas instâncias locais e no presente para marcar a última tentativa. A segunda pessoa (tu) é cobrada pela confiança depositada através do voto e pelas promessas gravadas, enquanto a primeira pessoa (eu), ainda que ressalte sua singularidade, existe com mais força no plural (nós). Trata-se de um “eu” que pede pela sobrevivência de um “nós”. Uma súplica gerada pela necessidade.

[...] venho comunicar a vossa senhoria que estou precisando de um emprego. Tenho o 2º grau completo, 21 anos e 8 meses e sem antecedentes criminais, mas aqui não existe campo de trabalho nesta época. Minha família precisa de ajuda nas despesas domésticas e quase tudo depende de mim. Tentei o exército, mas fui dispensado e não há outra perspectiva para a crise, e precisamos como pessoas simples, manter fiel nossos compromissos como cidadãos humildes que somos nesta região pobre (98.FH.112174.C/01-6, p. 1.).

Lucas, residente de Chã de Alegria (PE), escreveu a Fernando Henrique pela necessidade de um emprego. Porém, seu pedido tem mais do que uma dimensão individualista, ele carrega múltiplos sentidos quando relaciona a quem interessa a conquista do trabalho. À nação, como “pessoas simples” ou “cidadãos humildes”; à família, como dependentes de Lucas e carentes de ajuda; e a si mesmo, como elo que liga as disposições citadas no dever cívico de provedor e cidadão.

Assim, o pedido carrega uma complexa relação entre indivíduo e cidadania a partir do que aquele entende por direitos e deveres de si, do Estado e do presidente, cujas obrigações definidas para cada parte modificam o entendimento das responsabilidades das outras. Como

argumenta Roberto DaMatta, a cidadania se manifesta a partir de uma complexa relação entre individualidade e coletividade:

como cidadão, eu pertencço a um espaço eminentemente público e defino o meu ser em termos de um conjunto de direitos e deveres para com outra entidade também universal chamada “nação”. Minha participação nesta entidade, aliás, é concebida como estando fundada num consentimento, de tal modo que o governo da nação é parte desse consentimento do qual ele próprio deriva sua fonte fundamental de legitimidade (Cf. Lukes, 1973:79). Isso significa que são os indivíduos (=cidadãos) que permitem a formação da autoridade pública pela representação concedida e livre de seus interesses (1997, p. 47).

Ao serem abarcados pela nação, os direitos e deveres do cidadão modificam o “eu” singularizado, afinal, a conduta deste ser não diz respeito apenas a ele ao viver em sociedade. A cidadania adentra a existência do indivíduo a tal ponto que as dimensões singular e coletiva se confundem. O pedido de emprego é tanto para a “minha” sobrevivência, quanto para a “nossa”, da sociedade. É dever de uma pessoa comum pedir pela possibilidade de cumprimento de sua parte no “compromisso”, como deve ser responsabilidade institucional garantir que haja oportunidade para o exercício desse dever.

Antes de pedir, notemos que Lucas “comunica” a necessidade. Não existe a oferta como deveria e a escrita ao presidente aparece como uma compensação por essa primeira ausência. Lembrando a instância local como um provedor que falhou, Lucas espera que Fernando Henrique utilize seus poderes para compensar o erro do Estado que lhe excluiu como cidadão, permitindo ao presidente honrar sua parte do compromisso.

Entretanto, reivindicações como a de Lucas muitas vezes não são entendidas como algo de direito. Ao invés de percebê-las como a compensação pela falha de um provimento, a resposta institucional parece acusar tais pedidos de fomentar um tratamento especial através dos verbetes “clientelista”, “fisiológico” e “paternalista”. Em uma falsa retórica universalista, toda reivindicação particular é caracterizada como corrupta e a melhor solução para atender o desejo de todos passa por uma pureza burocrática de não atender a pedido algum. O cidadão que o Estado abarca é uma existência coletiva, universal e abstrata:

o papel exige que generalizemos e que falemos daquelas coisas que todos devem e podem ter. O papel social de indivíduo (e de cidadão) é uma identidade social e de caráter nivelador e igualitário. Essa seria sua característica ideal e normativa, de modo que, como cidadão, eu só clamo direitos iguais aos de todos os outros “homens”. O conjunto de cidadãos, assim, é um conjunto de unidades teoricamente idênticas e absolutamente iguais e paralelas (DAMATTA, 1997, p. 49).

Ao reivindicar uma solução particular, o indivíduo estaria ferindo o seu princípio coletivo como cidadão, sendo acusado de querer ter mais direito do que os demais. Tal resolução desconsidera a historicidade na distribuição de direitos, em que os mais privilegiados tiveram poder de pressão suficiente para fazer com que os seus interesses passassem por benefício geral. Segundo esses, uma elite mais rica faria um país mais rico.

Parte da manutenção de um sistema excludente consiste em impedir a ascensão de camadas sociais pelas mesmas vias utilizadas por aquelas que se encontram no topo. Nega-se, então, o acesso aos mecanismos de Estado em prol de uma igualdade de oferta, enquanto o acesso privilegiado ao alto escalão da máquina pública pelos abastados continua a garantir isenções fiscais e condições especiais de crédito. Se um desconhecido, porém, escreve pedindo por condições especiais, este é usado como exemplo para demonstrar a integridade do sistema coletivo que não aceita privilegiar ninguém.

A questão é quem pede. O complexo arranjo entre necessidade, direito e privilégio é intencional e, para ser legítimo, depende fortemente do poder de pressão política do requisitante. Há condições retóricas tanto para que o pedido seja considerado justo, quanto corrupto. A decisão acaba ficando por conta da relação estabelecida entre o provedor e o requerente.

Os missivistas aqui trabalhados são pessoas comuns, desprovidas de relações em postos-chave e dependentes do funcionamento eficaz do sistema universalizante para sobreviver. São fortemente afetados por falhas nas políticas públicas e, antes de questionar as leis universais, querem ser abarcados pelo sistema que diz atender a todos. Suas falas de individualização da Lei costumam ser tentativas de compensar a falha da universalidade através de um sistema competente, como é o caso de Sam, residente em Santo André (SP).

O missivista sofreu um acidente de trabalho em 1987 e convive com leucopenia⁴⁴ há 11 anos. Ele ganhou a ação no INSS, mas ainda não recebeu seus direitos. Tem dois filhos, vive de aluguel e não tem fonte de renda. Apenas deseja que o sistema funcione, pague o que lhe é devido e que o presidente lembre dos mais pobres, pois são eles que o elegeram:

Eu vejo o INSS, muito irresponsável, eles não respeita a justiça do País. Sr. F.H.C. eu estou com a doença do trabalho, e ainda já fiz 5 cirurgia, e não sarei ainda, e estou sem emprego. Por causa da Leucopenia, eu fui demitido 7 vezes do meu serviço e estou sem trabalho. O Sr presidente, o Sr não pode esquecer

⁴⁴ O diagnóstico de leucopenia indica que uma pessoa tem menos glóbulos brancos (leucócitos) do que uma pessoa com taxas consideradas normais. O caso do missivista parece ser o de “leucopenia ocupacional”, uma das causas mais comuns de afastamento de trabalho, principalmente naqueles serviços que envolvem relação com substâncias químicas, como querosene, gasolina, inseticida, tintas, redutores, ou agentes físicos (radiação ionizante). Para saber mais, ver: Informação em Saúde do RJ - Série Doenças do Sangue: Tudo o que você precisa saber sobre leucopenia. Disponível em: <http://www.informacaoensaude.rj.gov.br/>. Acesso em: 14 dez 2021.

os pobres porque em elege o presidente é o pobre. A maioria do povo do BRASIL. e pobre. Se nós pobres, não votar no candidato ele não ganha nenhuma eleição no País. O mais importante para mi e receber minha ação do INSS. [...] Eu acho que o Presidente tem esse poder, é só lembrar dos pobres. Sr F.H.C. Vamos pensar, um pouco mais na pobreza desse país (98.FH.085469.c/01-0, p. 2).

Sam está passando por dificuldades porque um setor do Estado não está funcionando como deveria e espera que o presidente intervenha a seu favor. Em termos compensatórios, o missivista reivindica ajuda para si e para os pobres. Apesar de fazer um pedido pessoal envolvendo o INSS, fica claro que se trata de um direito que deveria ser sanado e que todo o coletivo “nós pobres” deveria ser beneficiado por ele.

O acusado fisiologismo, por sua vez, pode ser encontrado nas cartas de pessoas com influência e acesso facilitado ao presidente. Nelas, ao invés de apelos fortes ao sentimento e à necessidade, as falas destacam cordialidades e o laço social que os une.⁴⁵

A fala fisiológica também é famosa pela pergunta “você sabe com quem está falando?”, através da qual o indivíduo busca se destacar da Lei geral evocando seu lugar em uma comunidade de pessoas excepcionais: amigos, familiares e funcionários poderosos que formam um “nós” perigoso se ignorado. No caso de nossas fontes e das narrativas que destacamos, a fala que faria mais sentido é “você sabe para quem governa?” Ambas as falas reivindicam direito e justiça e assim se legitimam no exercício daquilo que seus usuários entendem por cidadania, mas apenas as cartas de pessoas comuns são negadas em prol de uma regra universalizante falha.

Além de tornarem fluida a zona onde acaba o compensatório e começa o fisiológico, as semelhanças entre as duas falas ainda geram contradições. O que importa é conseguir prioridade a despeito da retórica necessária. Um fisiológico não chegará a se assumir de tal modo, em vez disso classificará o auxílio como uma justiça tradicionalmente concedida. Em situações cotidianas, ele jamais deseja ser confundido com alguém desprovido de relações e submetido à regra geral, mas ao ter sua posição ameaçada não vê problema em se passar por um necessitado (ou usar a frustração desses) se isso lhe trazer benefícios práticos.

⁴⁵ Recomendo o livro em que Juremir Machado analisa a correspondência enviada a João Goulart para mais exemplos. Nele, o leitor pode encontrar cartas de celebridades, intelectuais, políticos, empresários, juízes e tantos outros com acesso facilitado ao Presidente da República. Trata-se de uma boa obra para contrastar os estilos de escrita ao presidente que aqui recortamos como fonte, trazendo outros exemplos de privilegiados que se classificariam como classe média ou alta. SILVA, Juremir Machado. *A memória e o guardião*. Em comunicação com o presidente da República: Relação, influência, reciprocidade e conspiração no governo João Goulart. Editora José Olympio, 2020, pp. 84-85.

Por sua vez, o requerente que deseja aderir aos braços estatais sabendo-se fisiológico pode perfeitamente simular o discurso dominante que ele conhece para se entrosar e mostrar-se adepto a “como as coisas funcionam”. Nesse sentido, a reivindicação de familiaridade com o presidente é a manifestação mais nítida. O missivista conhece a importância das redes relacionais para conseguir espaços e, ao interpretar o voto como uma forma igualmente válida de vínculo e de exercício da cidadania, ele reivindica para si o sistema de troca de favores constitutiva do ciclo social. Assim, pode direcionar ao representante da esfera pública falas pessoalizadas por saber que essa entidade coletiva responde com mais frequência a questões particulares. Sistemas contraditórios geram soluções contraditórias.

Se pensarmos o fisiologismo e o compensatório como formas distintas mas igualmente factíveis de se relacionar com o presidente, seria preciso uma análise mais aprofundada e menos homogeneizadora das formas de cidadania em jogo. Ambas podem inclusive coexistir em um mesmo indivíduo que transita entre as noções de cidadania conforme as vantagens e desvantagens de cada contexto.

Para nós, interessa reconhecer que: a) um pedido ao presidente não é automaticamente resultado da corrupção do sistema ou do solicitante; b) tal pedido pode ser individual e ainda assim coletivo em uma relação complexa do que significa “nós” e c) a retórica compensatória e fisiológica pode ser simulada por todos os envolvidos enquanto acusam-se uns aos outros de corruptos.

A partir dessas constatações, poderemos chegar à tese de que apagar as nuances entre os pedidos e seus atores em uma recusa generalizada não torna o Estado mais puro, apenas mantém a exclusão tradicional e acentua a frustração dos que pedem mudanças. Esses sentimentos se tornam danosos para o Estado e têm papel fundamental na geração da crise de representatividade.

Os mais vulneráveis constantemente partem de sua posição de pobreza e humildade para fazer um pedido ao presidente. Narram a história de suas vidas como dependentes de uma solução do Estado para saírem da situação em que se encontram. O governo usa dados para falar de uma realidade que melhora e os missivistas se sentem instigados a participar dela, pois o sofrimento cotidiano ou se manteve ou piorou em níveis que a ajuda se faz urgente. Como já defendido aqui, ao não saberem a quem mais recorrer e perceberem-se ignoradas pelas políticas públicas, pessoas comuns imprimem um caráter emergencial e compensatório às suas cartas escritas para o presidente.

Ao fazer esta carta para o senhor é que o meu desespero e a minha descrença na minha pátria é imensa. [...] Sai do emprego ano passado [1998] pois a crise afetava a firma onde trabalhava, aí comecei a trabalhar por conta própria sem apoio de ninguém e com o nome sujo por não estar mais trabalhando foi vendo o povo brasileiro na sua grande maioria sente na pele. Foi acabando a comida, me cortaram a água e a luz. E eu e meu esposo começamos a ver como esse sistema funciona errado hoje quando resolvi gritar a vergonha de ser brasileira pois meus filhos não tem direito a ter água (99.FH.026183.c/01-6, pp. 1-2).

Rosana, residente em Presidente Prudente (SP), é uma missivista que escreve para falar do abandono do Estado nas esferas locais, a decepção que isso gera, a compensação esperada de FHC e a crise do “nós” que aparece na forma de “povo brasileiro”. Como trabalhadora lançada na informalidade (“microempresária falida”, segundo indicação no espelho do documento), ela critica o “sistema” que não garante o direito à água para os filhos beberem, menos ainda para manter o seu negócio, uma floricultura. Sua carta continua refletindo o papel a ser desempenhado por Fernando Henrique no comando do Estado:

Senhor nunca fui de desistir de uma guerra no meio dela, mas o que seu povo trava hoje não dá p/ suportar. As injustiças são tantas que eu fico pensando será que eu tinha que passar por isso para ver que o povo de minha pátria precisa de ajuda. [...] Senhor com tanta riqueza que vive jamais entenderia o que digo, mas pesso de todo meu coração ajude seu povo brasileiro a não morrer nem de fome nem de sede. Nos colocamo o senhor ai p/ agir pelo seu povo e fazer desse país um lugar mais justo onde povo possa ter uma vida mais digna (99.FH.026183.c/01-6, pp. 2-4).

A florista, além de denunciar a ausência do Estado, lembra a distância de realidades entre ela e Fernando Henrique. É a marca do berço de ouro que ele carrega. Contando um pouco mais de sua história, Rosana fala do pai que fora vereador e delegado de partido (e a ensinou sobre os discursos políticos). Ele trabalhava como gerente administrativo de uma usina de álcool até ser demitido por causa da “crise” dois meses antes da escrita da carta. “Isso é Brasil, meu senhor” resume.

A escrita de Rosana constantemente remonta à experiência coletiva. O “nós” como Brasil, o povo brasileiro diferente do “vocês” que vivem sob tanta riqueza. Antes de um pedido por privilégios ou pela manutenção de uma condição especial, ela reclama para si e para o povo um Estado mais acolhedor que permita a seus cidadãos o exercício justo dos deveres atribuídos.

Meu senhor o quero é ter condições para trabalhar dignamente, quero condições de locar minha floricultura de comprar material e investir na minha firma pois o nosso país só ganha dinheiro quem já tem muito. [...] Vim lhe pedir é que seu povo tenha real condições de manter seus filhos dignamente trabalhando não dependendo da ajuda do governo mas sem que o governo possa confiar no seu povo. Para que ele possa viver no real sentido da palavra e não vegetar. Porque em situação igual a minha tem milhões de brasileiro por todo esse país que realmente querem trabalhar dignamente (99.FH.026183.c/01-6, p. 5).

As palavras-chaves acima são *dignidade* e *justiça*. O auxílio estatal deve garantir as condições necessárias para que trabalhadores possam conquistar na vida aquilo que desejam por suas próprias forças e resolver as disparidades de tratamento pelo Estado. Crises econômicas mundiais, falta de estrutura na distribuição de água e problemas em conseguir financiamento para quem nada tem são deficiências do Estado que o presidente deveria compensar, como uma parte humana e compreensiva do processo. Os pedidos dos necessitados são soluções provisórias que os missivistas encontram para os próprios problemas, ansiando por uma vida digna:

Gostaria muito que eu pudesse fazer um financiamento de uns 15.000.00 a 20.000.00 mil reais p/ ajudar a me restabelecer novamente, não que o governo desse. Que emprestasse p/ o seu povo como empresta p/ os banqueiros [...] Sim o senhor poderia exigir de seu povo que contribuisse com algo em troca como por exemplo eu poderia dar cursos de decoração para o meu povo e ensinar tbém p/ outras pessoas uma profissão assim como poderia ensinar a fazer pão, costureiras a costurar etc... (99.FH.026183.c/01-6, p. 6).

Enquanto pede para si mesma e para seus semelhantes, Rosana sutilmente ataca as distorções do Estado de que FHC é parte. O empréstimo que ela precisa o presidente concede a banqueiros, então ela apenas deseja condições equivalentes. A disposição para ofertar algo como garantia ainda carrega diferentes para as partes envolvidas. Ao comandar o povo (dizendo para contribuir) e o Estado (mandando emprestar), Fernando Henrique serve como elo que conecta o “nós” e o “vocês”. Já a parte de Rosana seria ensinar o que sabe àqueles em condições semelhantes a quem ela sente representar e chama de “meu povo”.

O “nós” de Rosana é mais que um agregado de “eus”, maior do que a soma das partes. Tratam-se de cidadãos que constroem o país em conjunto apoiando-se em prol de um objetivo comum e a partir de uma necessidade conjunta. As dificuldades que a missivista sente individualmente, mas observa coletivamente, são expostas ao presidente para que ele intervenha com soluções que considere as relações entre a pessoa e seu contexto social. Na busca por

respostas aos problemas que vive, Rosana faz sugestões de como tal relação pode acontecer e, ao demarcar a urgência que a necessidade pressupõe, pede por um retorno adequado:

Meu senhor seu povo quer trabalhar dignamente sem ter que roubar, ou ficar devendo p/ os outros.guardo uma resposta mais que urgente pois meus filhos não tem mais nem o que comer ou que beber. [...] não me importo de passar noites em claro fazendo arranjo p/ casamento, formaturas etc... duro meu senhor é passar qdo não tem o que fazer e você não consegue dormir pensando nas contas, na comida, nas escolas [...].guardo que entrem em contato com essa brasileira que antes de mais nada é “mãe” (99.FH.026183.c/01-6, p. 7).

Rosana escreveu 8 páginas e continuaria escrevendo “mais de 100 folhas pois tanto é o meu desespero” (99.FH.026183.c/01-6, p. 7). Ela sofre para expor o que vive no espaço disposto e reiteradamente volta a destacar trabalho, dignidade e preocupação, tentando encerrar a carta. Sem sucesso, volta a pedir para que FHC lembre da sua urgência, da necessidade da comunidade e de quanta angústia sofre o povo em que ela se inclui por viver tantas privações.

A resposta enviada à Rosana pela Presidência diz que FHC lamenta não poder responder pessoalmente e acrescenta as políticas recentes do governo em facilitar empréstimos de R\$50 a R\$10 mil. Ou seja, a ajuda à disposição é exatamente aquela que a missivista acusa de não estar chegando até ela.

Vale aqui fazer um comentário sobre a privatização dos bancos estaduais. Como assinalam Edmund Amann e Werner Baer, a privatização corrigiu distorções financeiras nos estados realizadas por transações políticas, o que aumentou a eficiência do sistema bancário. Por outro lado, bancos públicos sempre tiveram uma base de clientes com menor renda e de menor segurança financeira. Áreas mais pobres com menor densidade populacional só podiam ter acesso ao serviço público com condições de crédito, o que não interessa aos bancos privados. Ninguém herdou essa missão social, aumentando o endividamento das camadas carentes da sociedade. Bancos dispostos a ajudar Rosana e seu povo foram excluídos do sistema financeiro (MARTINS, 2010, p. 154).

Mais uma vez, trata-se da dificuldade estatal de traduzir problemas privados em questões públicas. O crédito que Rosana precisa não pode ser concedido a ela como seria a um banqueiro porque no seu caso trata-se de um problema pessoal e uma condição compensatória especial constituiria favoritismo e corrupção. A política pública de auxílio financeiro que a Presidência apresenta como solução para a missivista deveria incluí-la, mas quando isso não acontece na prática se torna apenas teórica, e a denúncia de ausência do Estado fica sem resolução satisfatória.

A dificuldade do Estado em possibilitar suporte real para os solicitantes é ser acusado de abandonar a Lei Geral que deveria ser sua causa primeira para atender interesses privados (lidos como fisiológicos). O Estado responde de duas formas a essas cobranças: nega e/ou descentraliza. A discussão fica paralisada e os necessitados continuam não contemplados, buscando formas de sobreviver (mesmo que se corrompendo) enquanto o Estado continua fisiológico e toda a sociedade levanta a bandeira anticorrupção.

A descentralização é o modo mais apaziguador que o Estado criou para resolver questões individuais. Problemas locais deveriam ser resolvidos por instâncias menores e próximas do solicitante, cabendo ao poder central ser mais distributivo e organizador do que responsável pela ação de fato.⁴⁶ Assim, o cidadão que precisasse de um emprego deveria adquiri-lo nas agências de trabalho de seu município. Entretanto, a prática mostra que as forças locais podem ser até mais inacessíveis que o presidente da República. Eis como Maria, residente de Mauá (SP), inicia sua história:

meu caro amigo vou indo da forma que Deus marcou desempregada com 3 filhos pagando aluguel eu amigo não tenho mais a quem recorrer pois estou desempregada a mais de 5 meses meu seguro já ta no fim eu estou entrando em pânico pois não é fácil você mora de aluguel com 3 filhos pra comer. Olha amigo eu já estou até com depressão, não consigo dormir direito, o pai dos meus filhos a justiça não encontra, como vou fazer meu caro Presidente me ajude pelo amor que o Sr tem aos seus netinhos [...] (98.FH.107389.C/01-7, p. 1).

A história de Maria é centrada no desamparo, parecida até demais com a de Rosana. Fernando Henrique é o único a quem lhe resta pedir ajuda. Como mãe, vê o pouco que recebeu por seu tempo de serviço como copeira acabar. Conseguindo o emprego que for, ela se organizará para prover os filhos com o que puder. Para isso, precisa de auxílio pessoal do presidente, já que as instâncias locais não ajudam e são até humilhantes:

[...] não ta fácil, nas agencias tem gente demais é a maior burocracia as pessoas não tem dinheiro, 1 vaga mandam 10, 15 pessoas a vezes agente pega 3 ate 4 condução ate la faz mais uma ficha e por isso fica e manda esperá isso é duro, tem pessoas Presidente que chega a chorá, eu mesma ja chorei varias vezes, porque não é fácil a pessoa so tem aquele dinheirinho isso e quando não da pra ir a pé [...] Sr Presidente o desemprego e a humilhação que

⁴⁶ As análises de especialistas geralmente destacam que esse foi de fato o caminho adotado pelo governo FHC na maior parte das pautas. Na assistência social, a Comunidade Solidária e as legislações voltadas à organização do terceiro Setor (LOAS como destaque), e na segurança pública, com o repasse de recursos aos estados para aquisição de equipamentos através do fundo FNPS, são dois exemplos os quais poderiam seguir saúde, educação e cultura sem grandes diferenças no papel que o Estado central adotou para resolver os problemas históricos. Ver: MARTINS (2010), em especial os capítulos sobre assistência social e segurança pública.

agente passa nessas agencias, ninguém mais vai ate a porta das firmas porque eles não pega ninguém, então temos que partir é pra essas empregadoras umilhadoras [...] tem muita gente passando fome, eu mesma sou uma delas porque jamais vou rouba pra dá comida aos meus filhos, me ajude eu sei que o senhor é o homem que governa essa grande nação (98.FH.107389.C/01-7, p. 2).

Vemos então a narrativa de uma mulher que batalha diariamente para dar sustento aos filhos. Maria destaca elementos de resistência (andar longas distâncias, não dormir), anota a falta de recursos para a luta (passa fome, não tem o dinheiro da passagem) e o sentimento de humilhação. A missivista chora, mas coloca em evidência sua força de vontade em seguir o caminho que acha certo ao repetir, no dia seguinte, o processo e não sucumbir à ilegalidade. Tal construção objetiva conseguir do presidente uma solução que a retire do ciclo de sofrimento e forneça as bases para que sua persistência alcance o sustento básico para si e para os filhos que ama. A intervenção que se pede não ocorre por se entender especial, mas pela urgência que a necessidade impõe.

Tanto Rosana, que não tinha sequer água para dar aos filhos, quanto Maria, que não consegue prover o sustento dos seus, apelam ao presidente. A descentralização não entregou às duas, nem às pessoas como elas (lembradas em ambas as cartas), aquilo que lhes era de direito, então elas reivindicam a ação do presidente. Se o dinheiro não chega na ponta, elas cobram soluções no topo da distribuição. As diversas etapas do processo burocrático parecem à pessoa comum como simples multiplicação de agentes a quem atribuir a culpa pelo fracasso.

No Estado brasileiro, a tentativa de uma alta descentralização busca constantemente se conciliar com a centralidade histórica. A Constituição de 1988, por exemplo, tentou descentralizar várias funções estatais como resposta à concentração estadista da ditadura militar e reconheceu os poderes dos municípios como de um ente federativo, status único no mundo (TOLEDO, 1998, p.256). Ao mesmo tempo, concentrou no presidente da República uma quantidade de poder também incomum.

A CF/88 é resultado de uma mobilização da sociedade civil e do Estado com diversas noções nomeadas como “liberdade”. O texto é concluído com a propriedade privada como um dos seus principais valores, mas sem deixar de incluir a função social dela. A livre concorrência e o livre exercício das atividades econômicas coexistem com a declaração favorável à redução de desigualdades e ao pleno emprego (AARAO, 2014, p. 218).

Com FHC, a relação da sociedade com o Estado continuou complexa. O aparato estatal adquiriu mais controle econômico diante do desmonte de bancos estaduais e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabeleceu uma estrutura para o planejamento, a elaboração

e a execução de relatórios orçamentários. Com ela, o Estado, entre outras coisas, limitou os gastos com salários de funcionários e proibiu operações de crédito ou refinanciamento entre os diversos níveis de governo (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, pp. 59-60).

Os estados e municípios ainda possuem as responsabilidades descritas no texto da Constituição, mas com bem menos poder de interferir economicamente, já que a receita é fortemente controlada pelo poder Central. Por certo, essa é uma das razões do “jogo de empurra” na busca por soluções entre as esferas locais e centrais. No fim, a estrutura descentralizada fica aquém de atender as demandas locais. Aqueles com conhecidos em cargos-chaves nos municípios conseguem soluções até satisfatórias, enquanto a regra geral acaba dependendo da caneta de FHC, o que leva prefeitos, governadores, deputados e também pessoas comuns a recorrerem ao presidente.

Por fim, resta a recusa aos pedidos particulares. A presidência nega ser de sua responsabilidade lidar com falhas das instâncias locais e afirma, ainda, que a proposta compensatória feita pelo cidadão é ilegal. Como se os pedidos de Maria e Rosana fossem a causa de o Estado falhar e não consequência (ou resposta) da ausência prévia de políticas públicas.

A solução paliativa dos missivistas, apesar da noção clientelista da sociedade, conta com o apoio do Estado. Como bem nota Amélia Cohn, “são pessoas ‘pequenas’, mas que almejam ser ‘cidadãos de bem’, ter uma vida digna, não ter que pedir caridade na igreja ou bater na porta dos outros” (2012, p. 170). Maria, Rosana e outras pessoas na mesma situação assumem para si a responsabilidade por suas vidas, desejando um auxílio para não ter que viver de caridade ou na criminalidade. Seja em uma agência, seja com um conhecido de FHC, apenas desejam ter algum controle sobre a situação diária caótica que a exclusão do sistema capitalista proporciona.

A personificação da solução no presidente é uma tentativa de direcionamento da demanda, que se mostra mais fácil de se resolver do que através da complexa rede de poderes e responsabilidades que até o momento mais atrapalhou do que ajudou. É com FHC que os cidadãos costumam ter maior confiança no vínculo eleitoral e conhecimento do poder que concentram em suas mãos. Afinal, se Fernando Henrique não pode resolver o problema, por certo sabe a quem direcionar e os missivistas contam com isso. Trata-se de uma simplificação necessária do sistema representativo de modo a tornar as causas do sofrimento resolvíveis:

Não que considerem as “soluções biográficas” onerosas e embaraçosas; simplesmente não há “soluções biográficas para contradições sistêmicas” eficazes, e assim a escassez de soluções possíveis à disposição precisa ser compensada por soluções imaginárias. No entanto – imaginárias ou genuínas –, todas as “soluções”, para parecerem razoáveis e viáveis, devem ser

acompanhadas pela “individualização” das tarefas e responsabilidades (BAUMAN, 2001, p. 53).

Os missivistas até tentam soluções onerosas e embaraçosas quando estas lhes são indicadas como as únicas possíveis, mas elas também se mostram ineficazes. Conhecedoras de pessoas com casos semelhantes, sabem quando a alternativa é apenas um “jogo de empurra-empurra” na atribuição de responsabilidades. Existe uma predisposição da burocracia estatal em ignorar as experiências, entendidas como inteiramente pessoais e subjetivas, e varrer das vistas da agenda pública problemas que deveriam ser encarados como sintomáticos do país. Os missivistas acusam essa questão quando anotam “não sou só eu”, “não é só para mim”.

Cláudia é uma trabalhadora de Junqueiro (AL) que quase precisou se aposentar por invalidez. Ela conta que quase enlouqueceu quando deixou o filho sob os cuidados do pai por não ter condições de sustentá-lo. Tomando para si a responsabilidade pelo próprio sustento, ela pede que o presidente a ajude dando uma máquina de costurar, já que nem estrutura para chegar água na sua casa o Estado fornece:

Ti escrevo para pedir uma máquina de costura para me trabalhar em casa me ajuda pelo amor de Deus... Eu espero em ti OK. Olha fala para tua esposa se ela tem uma máquina já usada ficarei muito grata. Seu Fernando me ajuda meu marido está parado as usinas estão paradas. Tenho 2 filhos [...] o prefeito não dar leite aqui pode pesquisar! As cacimbas estão cecando o prefeito colocou água numa parte e em outra não na minha casa não tem água! (99.FH.012786.C/01-1, pp. 1-2)

O caso de Cláudia aponta falhas nas instâncias que deveriam lhe dar suporte, enquanto acusa a desigualdade no tratamento oferecido pelos governantes da cidade. O que Cláudia deseja é que os princípios da Constituição Federal sejam cumpridos e ela possa ter uma vida com dignidade. Um trabalho que lhe dê renda. Que não falte comida para seus filhos. Que a cidade tenha estrutura para todos. Como nada disso chega a sua família, pede uma máquina de costura, mesmo que usada, para construir um caminho de sobrevivência com as próprias mãos. O indivíduo se torna responsável por conseguir todas as soluções por conta própria e, ao falhar, recebe por inteiro as consequências da exclusão:

A autocontenção e autossuficiência do indivíduo podem ser outra ilusão: que homens e mulheres não tenham nada a que culpar por suas frustrações e problemas não precisa agora significar, não mais que no passado, que possam se proteger contra a frustração utilizando suas próprias estratégias, [...] se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriais para seguir os tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos

ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agoniam no futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da autoexpressão e da impressão que causam (BAUMAN, 2001, p. 47).

Os missivistas aceitam e reproduzem essa individualização da responsabilidade. Rosana ensinaria uma profissão pelo empréstimo, Cláudia sobreviveria com uma máquina de costura usada e incontáveis missivistas aceitam qualquer trabalho que lhes possibilite a mínima sobrevivência. Eles entendem que apenas podem existir quando conseguirem pagar suas contas, comprar comida e outros bens necessários à sobrevivência. Francisco, aposentado de 58 anos e residente em Salvador (BA), reforça a mesma retórica ao pedir por um carro usado:

Gostaria que V.Sª me desse um carro usado para conduzir passageiro com compras nos supermercado de preferência Brasília ou Parati. Tenho 58 anos, sou aposentado e ganho muito pouco para minha sobrevivência e também a manter minha família com todas as despesas, saúde, educação e outros. Sou habilitado Se a V Sª puder me dá esta ajuda em nome de Deus ficarei muito grato (98.FH.116243.C/01-1, p. 1).

Francisco pede um carro porque o valor da aposentadoria é insuficiente para sobreviver. A relação entre o pedido ao presidente e a ausência estatal não é exceção. É constante nas cartas e revela a vontade dos missivistas de seguirem o caminho digno e honesto que o Estado espera deles. Todavia precisam que condições apropriadas cheguem tanto para si quanto para aqueles que sofrem do mesmo mal.

Nas cartas, a desigualdade é notada. A percepção inicial de que todos estão sofrendo, de que sacrifícios precisam ser feitos e vidas perdidas pela miséria são trágicas, ou seja, lamentáveis mas inevitáveis, se modifica pela observação do favorecimento de determinados grupos. A seletividade do Estado torna-se um dos problemas pelos quais o presidente deve responder. Quando FHC apenas reforça o sistema excludente, a representatividade se deteriora. A injustiça divide o país dos missivistas em “nós”, povo brasileiro sofredor e humano, e “vocês”, FHC, Estado, elite e insensíveis.

Muitos ainda acreditam no presidente como caminho para equilibrar a distribuição e assumem junto a ele a responsabilidade pelo sofrimento que a ausência do Estado proporciona. Uma máquina de costura, um carro, um empréstimo ou emprego oferecidos aos injustiçados fazem crer que FHC abrirá um caminho que supere a desigualdade sistêmica. Quando ele recusa, torna-se mais um do time “contra”. Assim os críticos do Estado também se tornam críticos de FHC.

Entretanto, o problema da representatividade não se encerra na frustração dos mais vulneráveis. Esse é o começo da corrosão. O fim se anuncia quando diferentes cidadãos dos

mais diversos estratos sociais reconhecem e apontam a falta de representação. Resta-nos voltar a Filipe e explicar a frustração de uma classe média que não conseguiu, com FHC, alcançar os padrões de consumo esperados.

2.4. O ESTOPIM PARA A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE: AS CLASSES MÉDIAS QUE SE FRUSTRAM

Em seu artigo “O cidadão como consumidor”, Wolfgang Streeck (2013, p. 9) pontua que o capitalismo superou a estagnação da década de 1970 empoderando os consumidores, o que causou uma invasão do mercado à vida social. O sociólogo alemão chama esse processo de “socialização pelo consumo” que criaria indivíduos menos comprometidos com a esfera pública por serem clientes antes de cidadãos.

Cientes são imediatistas, se satisfazem com pertences e serviços que compram de modo personalizado, o que gera insatisfação com bens públicos quando se espera da esfera estatal um tratamento semelhante. O principal setor social afetado por essa perspectiva foram as populações que ascenderam socialmente com a vida urbana na década de 1960 e com seus produtos industrializados, bem como as novas oportunidades de emprego e ensino relacionados às cidades. Tratava-se do nascimento da nova classe média.⁴⁷

A comercialização criou oportunidades – ao que parece, bastante atraentes – para um novo tipo de socialização, isto é, a maneira de o indivíduo se conectar aos outros e, assim, definir seu lugar no mundo. As vastas possibilidades de consumo nos mercados ricos fornecem um mecanismo que permite que as pessoas concebam um ato de compra como um ato de autoidentificação e autoapresentação, que diferencia o indivíduo de certos grupos sociais e o une a outros (STREECK, 2013, p. 9).

Essa “socialização pelo consumo” que Streeck destaca é individual ao invés de coletiva. É até mesmo libertadora enquanto não obriga os consumidores a se restringirem ao padrão, o que coloca em perspectiva a ideia de igualdade. Quando possui condições financeiras para tal, os consumidores podem simplesmente mudar de nicho, de identidade de consumo sem precisar de maiores explicações.

O mercado diversificado oferece algo a todos de modo a se anunciar como lógica ideal em todas as esferas da vida. Quanto mais dinheiro você possuir, mais possibilidades deve ter,

⁴⁷ Na entrevista a Toledo, Fernando Henrique disserta um pouco sobre o que ele chamou de “uma nova classe média não burocrática”. Em seu entendimento, a classe média tradicional envolveria primordialmente o funcionalismo público. As conexões dessa nova classe média se relacionam com o aumento da urbanização, a imigração europeia, o MST e a passagem de trabalhadores pela universidade (TOLEDO, 1998. pp. 17-23).

assim como liberdade. Assim é baseada uma sociedade em que se objetiva cada vez mais ricos ao invés de menos pobres.

Na política, a oferta de serviços públicos, impessoais, generalizados e igualitários se tornou cada vez mais incoerente com o padrão de consumo individual. Aumentou-se a pressão de investidores pela privatização em larga escala do aparato estatal, acusado de interferir de forma desnecessária na lógica do mercado e do cotidiano pessoal. Nas décadas de 1980 e 1990, essa ideia ficou conhecida como neoliberalismo.

Para as elites globais, os Estados deveriam ser pequenos o suficiente para não atrapalharem seus negócios. Pelo menos num nível em que os compromissos locais não precisassem ser firmados e elas pudessem ir atrás de mão-de-obra barata e demais vantagens sem quaisquer ônus. As autoridades locais ficam com o papel de guardiões da lei e da ordem, das forças de polícia principalmente, como protetores da mercadoria. É nesse contexto que encontramos as demandas direcionadas a Fernando Henrique como presidente que fez o que pôde para adequar os mercados brasileiros aos interesses do mercado internacional:

No limite, o que está acontecendo, em consequência dessa globalização, é que você não tem mais autoridade. Nenhum banco central tem. [...] Não há solução nacional para a questão. Vivo dizendo: a globalização não é um valor, não é algo que você queira. Existe. E precisa de controle, porque está indo para um caminho perigoso. [...] Há essa acusação ridícula, contra a qual me rebelo sempre, de “neoliberalismo”. Você é a favor do neoliberalismo? A favor de quê? Da inexistência de regra? Isso não funciona. Eu quero as regras. [...] Imaginar que o governo é a favor da globalização, ou que a apoio, é idiota. Trata-se de um fato real, da estrutura do sistema produtivo (TOLEDO, 1998, pp. 85-87).

O presidente se defendeu constantemente das acusações de ser “neoliberal”, afirmando a inexistência de alternativa. Tratava-se de uma nova ordem mundial à qual o Brasil deveria se adequar. Para ele, o principal problema do país não era algo que seu cargo pudesse resolver, porque “não está aqui”(TOLEDO, 1998, p.88). No campo utópico, o ideal segundo FHC seria um Estado Mundial com regras bem definidas que declarasse os direitos dos povos sem uma competição a qualquer custo. Na ausência dessa instância reguladora, o Brasil precisa fazer o possível para atrair os instáveis capitais internacionais.

Como revela a famosa teoria da dependência que FHC ajudou a desenvolver, os países latino-americanos não são vítimas passivas das forças globais, e sim participantes ativos de estratégias que poderiam ter sucesso ou fracasso.⁴⁸ Ao privilegiar o consumo e fortalecer a sociedade de mercado, o intelectual que explica fez valer a sua teoria na prática de presidente.

⁴⁸ Ver: CARDOSO, Fernando; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

A invasão do mercado na vida privada transformou até mesmo o que significava trabalhar. São patriotas e merecedores de serem cidadãos do Estado brasileiro apenas aqueles alinhados a “nova ordem mundial”. A inclusão social que FHC buscou favorecer sempre priorizou o consumo. Os demais entendimentos de cidadania não deixaram de existir, mas o oficial, privilegiado no discurso governamental, acarretou cidadãos pedindo por caminhões, carros, máquinas de costura e outros bens para trabalhar. O sonho de ser cidadão passa necessariamente pelo caminho de ter produtos capitalizados.

[...] venho por meio desta carta mais uma vez humildemente pedir à Vossa Excelência que me ajude para que a linha 222-2222 de minha propriedade seja instalada [...] motivo pelo qual escrevi também outras, [...] despeço-me desde já na esperança de um dia ver meu sonho realizado! Pois preciso desta linha no endereço acima para que possa me mudar e facilitar um pouco à minha vida, que sem telefone fica difícil, muito obrigado.
(98.FH.106998.C/01-5, p. 1. Número da linha telefônica trocado)

Jonas, residente do Rio de Janeiro (RJ), é um missivista assíduo do presidente Fernando Henrique, autor de diversos pedidos diferentes. Um pedido de emprego como motorista e outro para impedir que sua casa seja interdita pela Defesa Civil são as cartas que possuímos. No trecho citado acima, porém, encontramos o pedido de uma linha telefônica destacada como um “sonho” de Jonas. Trata-se de um bem que, além de necessário, traria satisfação pessoal ao missivista.

O pedido material direcionado ao presidente é resultado de uma necessidade social objetificada em uma sociedade cada vez mais consumista. Bens fundamentais ao exercício de um ofício são idealizados pelos requerentes como solução para a obtenção de uma renda de subsistência. Com eles, o trabalhador consegue trilhar um caminho que lhe permite ter algum controle (ainda que mínimo) sobre sua situação em um sistema global de competição.

Isso não significa que todos – mesmo a nova classe média – reagem a essa globalização do mercado de modo favorável, unificado e coerente. Missivistas como Alef, morador de Porto Alegre (RS), não viam com bons olhos a entrega de bens nacionais para fora. Pensando principalmente em termos patrióticos, o favorecimento de concessões estrangeiras poderia ser pior para essa parcela da população do que manter a estatização. Alef repudia as privatizações ocorridas no Rio Grande do Sul responsáveis por entregar empresas brasileiras aos capitais internacionais, bem como o apoio de FHC à reeleição daquele que as possibilitou, Antônio Britto:

[...] interesses, de cunho neo-capitalista, já hoje repudiados por países integrantes do chamado “1º mundo”, quando reporta-se ao projeto de desenvolvimento liderados por Vossa excelência e aquele então candidato: mera venda de patrimônio constituído com o sacrifício do povo,

sob o argumento da incapacidade de administrá-lo e que somente a “inteligência, a sabedoria e a humanidade” do capital internacional têm a capacidade para tal (98.FH.121988.C/01-1, p. 1).

Com seu vocabulário versado, Alef denuncia o que ele chama de entrega cega do patrimônio nacional aos interesses estrangeiros. Anunciando o patriotismo da acusação, o missivista aponta estatais como a Companhia Estadual de Energia (CEEE) como exemplo de governamental de sucesso, e que deixar empresas como a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) nas mãos de espanhóis seria um erro. Pelo povo brasileiro, Alef pede para que FHC seja patriota e não vá pelo caminho do estrangeiro. Não se trata de uma crítica direta às privatizações, mas ao capital internacional. Em suas palavras:

Senhor Presidente, acreditando que Vossa Excelência não nutra sentimentos menos patrióticos do que a grande massa de brasileiros (daqueles que não se iludem e não se deixam influenciar por manobras persuasivas do capital explorador), e que o cargo de primeiro mandatário do País deva sofrer fortes pressões inconfessadas, venho lhe desejar o maior êxito e soma de decisões acertadas ao longo da continuidade de mais quatro anos de administração, pois está aflorando na boca do “zé povo”, cada dia mais, uma recusa à pecha de ser incapaz de gerir seu próprio destino, pelo que se lhe vê imposto venha o estrangeiro invadir o seu lar e obriga-lo a trabalhar tão-só para eles, destruindo a perspectiva de um melhor padrão de vida para as futuras. Gerações de brasileiros. Acabemos com esta escravidão! (98.FH.121988.C/01-1, p. 1).

Os indícios de frustração de Alef precisam ser guardados e somados aos demais que pedem por uma postura diferente de FHC diante da “grande massa de brasileiros”. Voltando a Streeck, a política internacional das décadas 1980 e 1990 defendia que o Estado deveria ser uma máquina que irradiasse para a população o mesmo para todos, enquanto o setor privado conseguiria oferecer o que todos desejavam individualmente. O poder público procura por qualidade de serviços ao menor custo, enquanto o privado tem sempre como objetivo primeiro o lucro. Essa divisão ainda esclareceria quais funções básicas do Estado não poderiam ser terceirizadas.

A prática, no entanto, é que a impessoalidade do Estado brasileiro só é declarada quando convém. A instrumentalização do poder público para fins pessoais nunca chegou a ser abolida de fato porque a própria lógica da cidadania brasileira interpretada pelas altas classes nacionais acredita ser essa uma forma legítima de exercício da justiça. Trata-se do fisiologismo sobre o qual já fizemos apontamentos.

todas as instituições sociais brasileiras estão sujeitas a dois tipos de pressão. Uma delas é a pressão universalista, que vem das normas burocráticas e legais que definem a própria existência da agência como um serviço público. A outra

é determinada pelas redes de relações pessoais a que todos estão submetidos e aos recursos sociais que essas redes mobilizam e distribuem. [...] Isso, evidentemente, torna a crítica social aberta não só a algo complicado, mas também suspeito. Porque quem critica é um “criador de caso”, ou um “invejoso” ou “está despeitado”. Vale dizer: é porque a pessoa não tem amigos e foi àquela agência pelo pior caminho, o da universalidade e da impessoalidade (DAMATTA, 1997, pp. 59-60).

Assim, o Estado responde de maneira impessoal porque o cidadão não tem relações fortes o suficiente para fazer pressão de outras formas. A um empresário que pode marcar hora com o presidente para fazer um pedido semelhante, a resposta da máquina é diferente. Isso já foi explicado e, inclusive, antecede o governo FHC e a relação público-privado posta em seu contexto. Para nós, interessa a acentuação da lógica privada de consumo nas relações públicas da classe média ascendente. No caso, apenas se tornariam cidadãos aqueles que trabalhassem e consumissem.

Conforme o Estado encolhe, a responsabilidade de prover serviços também diminui. A própria legitimidade estatal para interferir nas áreas privatizadas é questionada, como se o sistema existisse alheio ao controle e critérios governamentais. Prover emprego, por exemplo, se naturaliza como uma liberdade privada e o indivíduo que não for competente, ou não tiver as relações certas para adquiri-lo, tem o exercício da sua cidadania marginalizado ao ser excluído do mercado de trabalho.

Para o capitalismo, a concessão da cidadania é privatizada, pois apenas sobrevivem os corpos e as mentes que o sistema deseja no cenário de total liberdade meritocrática. Pode “ser” brasileiro apenas quem “tem” algo. Como aponta Bauman (2001, p. 45, grifos do autor), “precisar *tornar-se* o que já se *é* é a característica da vida moderna”. Entretanto, quanto mais a classe média pensa que o seu sucesso na sociedade de consumo é autossuficiente e fruto do próprio esforço, mais difícil se torna aos olhos dela reconhecer as políticas públicas que pavimentaram o caminho. Consequentemente, é improvável que essa classe de cidadãos se importe com o bem comum.

Logo, essa classe média acusa as fiscalizações e tributações estatais como excessivas, defendendo que o governo dificulta a vida do empresariado que, para não sobreviver de migalhas, precisa repassar os valores para o trabalhador. Nas cartas, esse debate aparece frequentemente na expressão “custo Brasil” e sua solução possibilitaria a sonhada prosperidade nacional. Citamos um trecho da carta de Guilherme como exemplo:

Temos que diminuir o custo Brasil; impostos trabalhistas; fretes; modernizar portos; impostos fiscais; privatização de setores não essenciais ao governo; etc. Desta forma os produtos nacionais terão como competir com produtos

internacionais, quer no mercado interno e externo, com preços baixos as vendas aumentarão e o processo de fabricação será impulsionado dando origem a novas vagas nas fábricas, somente assim o país poderá participar em toda sua plenitude em uma economia globalizada (98.FH.102544.C/01-5, p. 1).

A lógica expressa do sistema encontra-se focada no enriquecimento. Há uma classe média em busca de ganhar patrimônio, fundar empresas, investir e chegar ao topo da estrutura econômica. Seus representantes acreditam que, quando vencem, foi devido ao próprio talento e empenho; por outro lado, se dessensibilizam com relação àqueles que possuem menos recursos, alimentando o pensamento desmoralizante de que o fracasso dos mais necessitados é resultado de suas próprias ações, em uma ultra-individualização da responsabilidade.

Parte dos missivistas com necessidades mais urgentes corroboram com tal individualização. Esses pedidos são feitos ao presidente da República após o reconhecimento da ausência de condições no aparelho estatal. Por duas vezes, essas pessoas comuns não compraram a lógica meritocrática. Pelo contrário, entendem o favorecimento do sistema a esses privilegiados como parte fundamental da injustiça que denunciam. O desmerecido desdém que percebem vindo de cima contribuirá para a cisão entre o “nós” e “vocês”.

A exclusão faz parte da lógica de manutenção do capitalismo. Assim como a elite fomenta a ascensão da classe média até onde esse crescimento possa lhe interessar, a classe média faz o mesmo com as camadas mais baixas. Dessa forma, um grupo necessitado disposto a prestar serviços a preços irrisórios é mantido subalternizado para que uma classe com maior poder aquisitivo possa se sentir elite, diferenciando-se daqueles que a servem.

A ideia é que, desde que os marginalizados não tenham uma real representação política que mexa nas estruturas dispostas, não importa o quão frustrados eles se sintam ao verem seus próximos tendo o básico negado e morrendo por falta de suporte. Como corpos mais facilmente substituíveis do sistema econômico, tratá-los estatisticamente faz sentido na lógica capitalista.

A nova classe média é um grupo que não aceita renunciar às suas preferências particulares em prol de indivíduos que eles rejeitam como cidadãos. Caso deseje um serviço, ele deve ser procurado de modo complementar. Um cidadão pode consumir um plano de saúde ou escola particular se assim o desejar, mas ainda pagará os impostos para manter o sistema. Como lembra Streeck, isso torna a condição de cidadão menos confortável que a de consumidor.

O papel de cidadão exige uma disposição disciplinada de aceitar decisões às quais inicialmente nos opusemos, ou que são contrárias aos nossos próprios interesses. Assim, os resultados raramente são ideais do ponto de vista do indivíduo, de modo que a falta de encaixe perfeito com as preferências individuais deve ser compensada pela satisfação cívica com o fato de que os

resultados foram alcançados por meio de um processo democrático legítimo. A participação política em uma democracia exige, em particular, que estejamos preparados para justificar e recalibrar nossas preferências à luz de princípios gerais – desenvolvendo essas preferências não no sentido da diversificação, mas da agregação e da unificação (2013, p. 15).

A cidadania pressupõe que as pessoas paguem em comunidade por coisas que não foram predeterminadas. Isso contrasta com a compra de bens e serviços específicos em que o consumidor quita sua dívida após ter a necessidade satisfeita. Trata-se de fomentar um sistema que facilite o pagamento de uma escola particular para o filho ter uma educação mais religiosa ou pagar por um tratamento contra o câncer apenas se chegar a desenvolver a doença, ao invés de lidar com encargos daqueles que precisam desses serviços.

Politicamente, a classe média que se beneficia com a lógica de consumo busca por políticos como FHC, que tentam tornar o Estado mais coerente com a dita “inevitável nova ordem mundial”. Obstáculos no êxito absoluto dessa empreitada, entretanto, não são facilmente perdoados. Dois são os maiores exemplos de como essa mobilização política pode dar errado e gerar decepção: as resistências do Estado em manter sua estrutura coletiva e quando a retirada de proteções recai sobre o setor do próprio liberal.

Na medida em que os mercados modernos de bens de consumo se tornam um modelo geral para a satisfação das necessidades sociais, e os cidadãos começam a esperar das autoridades públicas o mesmo tipo de resposta individualizada que se acostumaram a receber das empresas privadas, **eles vão se decepcionar**, até mesmo e exatamente quando os líderes políticos tentam se fazer simpáticos, mantendo silêncio sobre a diferença entre bens públicos e privados. Disso resulta que a motivação para contribuir para a produção coletiva de bens cívicos vai acabar minguando, o que, por sua vez, prejudicará a capacidade do Estado de produzir os bens cívicos dos quais depende a legitimidade da política (STREECK, 2013, pp. 16-17).

O Estado resiste a ser esse coletivo individualizado porque tal situação colocaria no mesmo patamar os interesses dos poderosos e as necessidades dos menos favorecidos. Por isso, ele expulsa os pedidos urgentes dos necessitados junto aos da classe média, mantendo a tradicional exclusão no controle da elite nacional.

Porém, a situação muda quando a classe média para de ascender ou regride para o grupo dos marginalizados. A frustração dos trabalhadores desempregados, demitidos e precarizados se volta ao mesmo grupo de governantes, gerando uma ruptura. O “povo brasileiro” se torna mais orgânico e politicamente semelhante no enfrentamento ao governo de FHC.

Por mais contraditório que seja, o “nós” decepcionado com FHC pela exclusão coincidirá com os interesses da classe que até ontem era abarcada pelo Estado como cidadãos trabalhadores e consumidores. Tudo porque o retorno do Estado comandado pelo intelectual

que acabou com a inflação não respondia às necessidades de consumo e sobrevivência de nenhum dos incluídos nesse “nós”. Se nem o competente intelectual trouxe a prosperidade, é o fim da esperança, como finaliza Filipe:

Sr. Presidente, caro Fernando Henrique Cardoso. O senhor foi nosso candidato mais competente sobre todos os aspectos que possamos avaliar. O senhor foi nossa maior esperança. O senhor nos fez sonhar com dias melhores. Como um dos seus eleitores, como um dos que depositou toda a confiança na sua administração, como um dos que acreditou na sua competência e acreditou num país melhor, com profunda tristeza vejo, como praticamente toda a nação vê, que o sonho acabou e a frustração tomou posse deste povo, mais uma vez (99.FH. 033109.C/01-6, pp. 3-4. Grifos do autor).

É poético o modo como Filipe usa a repetição dos vocativos e sujeitos para centralizar a culpa ao mesmo tempo que direciona o retorno de um sentimento familiar, a frustração. Com FHC, porém, parece que o peso das altas expectativas no intelectual que explica provocou, ao decepcionar, uma queda bem desastrosa. Problemas históricos não foram solucionados e o despreparo para problemas da sociedade de consumo apareciam à luz do dia. Aqueles frustrados com o sistema no início do governo FHC ficaram ainda mais frustrados conforme os problemas se mantiveram insolúveis, enquanto a decepção dos cidadãos que deixaram de ter seus interesses contemplados fez toda a diferença no impacto das críticas a Fernando Henrique.

No fim, o governo FHC também frustrou a classe média não-burocrática ao não conseguir gerar os resultados esperados com a modernização estatal. Como o próprio Fernando Henrique colocou já na situação de ex-presidente, “a crise é a sua incapacidade de representar os sentimentos novos que vêm da sociedade”.⁴⁹ No caso, ele não conseguiu representar as novas reivindicações liberais, nem as antigas intervencionistas. Sua personalidade de moderador o fez ser visto como uma falha por ambos os lados.

O discurso de Laura abraça Filipe e a frustração fala mais alto. Fernando Henrique não representa o interesse do povo brasileiro, mas a agenda “deles”. Os prometidos empregos não chegaram. Muitos perderam os seus serviços e os que permaneceram empregados tiveram de encarar uma situação mais precária. O custo de vida aumentou e a sonhada sociedade de consumo mostrou seu lado predatório na periferia do capitalismo. Para aqueles que tinham esperança na compensação pela ação pessoal do presidente, esta não se materializou. Foram largados à própria sorte em um sistema com leis e regras cada vez mais difíceis. Buscaram

⁴⁹ FUNDAÇÃO FHC. Debate entre Fernando Henrique Cardoso e Gabriela Prioli para a Plataforma Democrática, série Fura Bolha em 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wu5qJ2qE5rM> . Acesso em: 4 jun. 2021.

condições dignas e o mínimo lhes foi negado. Agora eles vão desabafar sobre a desigualdade e a injustiça que FHC perpetuou. O governo pode até colocá-los na cadeira elétrica, mas algo precisa mudar o retrato do mundo miserável que está sendo criado.

CAPÍTULO 3 – OS FRUSTRADOS QUE DESABAFAM: A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE FLORESCE

Sr presidente coloca a mão na consciência e olha para as pessoas que te colocaram aí pela segunda vez. Preste atenção na saúde pública que é um caus. Veja eu só tenho 39 anos estou nestas condições, se eu deitar na cama como vou sustentar meus filhos. Se a saúde pública fosse melhor talvez eu não estaria assim, trabalhei tanto em troca de poucos reais ou cruzeiros e fiquei assim. Agora compare com o seu salário e de ministros e deputados de governo de estado e todos os políticos [...] ainda fica pior com a falta de dinheiro compromissos que agente não tem de onde tirar [...] como seguir a vida doente, sem dinheiro, estou desesperada de dor e tristeza. Eu não espero nada do senhor que disse que aposentar com 50 anos é vagabundo [...]
(99.FH.005241.C/01-4, pp. 3-4).

Como conta, Laura escreveu com lágrimas nos olhos um desabafo para Fernando Henrique. Ela fala do cansaço na luta cotidiana, da dor constante ao conviver com a fibromialgia, da tristeza de não poder fazer mais pelos filhos. A compaixão por aqueles em situação pior que a dela coexiste com a raiva pelos privilegiados que não se sensibilizam. A indignação se acentua quando a missivista entende que FHC compactua com tais injustiças. Com isso, a expectativa de um futuro pior é narrada como desoladora.

Laura expõe dois elementos centrais para a causa da frustração: o primeiro, a privação econômica e social de fatores essenciais a uma boa vida. Argumentos sobre a falta de dignidade e a necessidade pelo básico expõem a falha do Estado em prover tais condições para uma parcela significativa da sociedade. O segundo elemento central, por sua vez, consiste na injustiça no tratamento destinado a seu grupo social, o qual é preterido pelo Estado em benefício de outros que não necessitariam de privilégio estatal, situação que somente se agrava com a postura inerte de Fernando Henrique. Considerações sobre a falta de representatividade do presidente, o desprezo que sentem vindo dos governantes e da elite aliada, agravam os problemas econômicos através da sensação de perda social diante dos demais grupos. Vejamos em outros missivistas como a relação entre privação, injustiça e crise de representatividade explica a frustração.

3.1. A PRIVAÇÃO DOS FRUSTRADOS

Sr Presidente, que vida difícil o Sr está impondo ao povo brasileiro! DESEMPREGO, INSEGURANÇA, FALTA DE ATENDIMENTO MÉDICO, EDUCAÇÃO, MORADIA E FOME, MISÉRIA! [...] aqui temos que com R\$ 136,00, pagar aluguel, alimentação, energia elétrica, gás, transporte, remédios, vestuário, produtos para higiene pessoal, etc... É brincadeira! É o prazer de humilhar um povo. Algum dos Srs tentou sobreviver com esse salário miserável? [...] É triste saber e ver que só os “apelos” do FMI o sensibilizam, Presidente! Estou com raiva por tudo isso de ruim, desonesto, desumano que está acontecendo nesse País que, sem dúvida é o melhor do mundo e vocês estão fazendo de tudo para acabar com ele (99.FH.033522.C/01-1, pp. 1-3).

Shirley, residente em Teresópolis (RJ), escreveu uma carta aberta de 14 páginas explicando sua insatisfação com o governo FHC. Logo no primeiro argumento, ela estabelece o ponto central que atacará: a vida difícil imposta ao povo brasileiro. Ao falar em dificuldade, remete às privações que estão servindo como obstáculo para uma vida tranquila. Utiliza o verbo “impor” para deixar claro que o povo teve sua liberdade limitada e suas escolhas cerceadas por Fernando Henrique quando este encampou a perspectiva econômica pró-mercado e instituições financeiras. Nessa leitura, “povo brasileiro” ainda apresenta a retórica “nós” contra “vocês” que amplia a experiência relatada de individual para um incômodo coletivo, condenando o presidente por privilegiar as pautas do FMI em detrimento da própria população.

Vimos nos capítulos anteriores que a privação do básico vivenciada pelos missivistas junto à necessidade de encontrar um caminho que os contemple é fundamental para explicar a frustração com FHC. Segundo o Datafolha, no último ano de mandato de Fernando Henrique 56% dos brasileiros viviam com menos de 12 reais por dia (POCHMAN; BORGES, 2002, p. 37). Mesmo aqueles que viviam de um salário mínimo ainda tinham uma vida difícil diante da constante queda de rendimento, visto que o valor base praticamente não teve aumento real durante todo o governo FHC.⁵⁰ Essa é a miséria que Shirley e os missivistas antecedentes criticam como sendo a realidade nacional ignorada pelas ações do governo.

Políticas de valorização do salário mínimo são relevantes porque afetam quase metade da população brasileira (ARRETCHE; MARQUES; FARIA, 2019, p. 61). A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o valor do salário mínimo como o piso para a aposentadoria e para os benefícios sociais, gerando uma reação em toda a cadeia produtiva quando aumenta. Em 1998, os idosos eram responsáveis por 73,5% da renda familiar, sendo 81,7% chefes de família (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 575).

⁵⁰ Ver: KERSTENETZKY, Celia. Redistribuição no Brasil no século XXI. In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos (Orgs.). *As políticas da política*. São Paulo: Editora Unesp, 2019. p. 54.

Ao longo da década de 1990, os poucos aumentos realizados aconteceram por iniciativa do Congresso Nacional, ao invés do Governo Federal (ARRETCHE; MARQUES; FARIA, 2019, p. 61). A agenda de FHC priorizou a flexibilização de modo que o comportamento do rendimento do trabalho dependesse mais da dinâmica econômica do que da regulação pública. Os ganhos de produtividade pelas empresas acabaram não sendo repassados para os ocupados (POCHMAN; BORGES, 2002, p. 41). Assim, a relação entre salário, rendimento e direitos trabalhistas tornou-se desfavorável para o trabalhador, aumentando a insatisfação com o governo conforme os mais necessitados notavam seu sustento sendo retirado por escolhas da gestão FHC.

Os brasileiros estão cada vez mais infelizes. E o que nos torna é precisamente, o não exercício da opção. Não ter trabalho, não ter saúde, não ter estudo, não ter moradia e muito menos segurança. E ser obrigado a engolir aquilo que não é o que se deseja – UM PAÍS JUSTO! Ela se vai empurrando com a barriga, engolindo todas as pessoas que lhe são impostas e sofre-se calado de indigestões (99.FH.033522.C/01-1, p. 5).

Antes de criticar os erros das políticas de FHC, Shirley constantemente aponta as ausências. A privação do básico é o sustentáculo de sua argumentação por diversas páginas. Em um momento, baseia-se na experiência pessoal: um aumento de 28,86% não especificado foi dividido em 14 parcelas por 7 anos, ignorando a realidade de sua mãe que possui 82 anos e pode nunca chegar a receber o dinheiro. Em outro, apresenta dados: das dez propagandas vinculadas na televisão, seis seriam autopromoção do governo, dinheiro publicitário que poderia ser usado para sanar as ausências. Shirley usará ainda a noção de direitos respaldados não cumpridos ao transcrever parte dos artigos 3.º e 6.º da Constituição Federal de 1988, bem como a promessa de campanha em que FHC usou seus 5 dedos para falar das prioridades que teria ao governar.

Experiência pessoal, dados, direitos e promessas evidenciam como Shirley tentou, através das diferentes vertentes argumentativas que conhecia, atacar as ausências do Estado e responsabilizar Fernando Henrique por uma gestão que não lidava com os problemas como deveria. São os missivistas usando o que conhecem para fazer chegar ao leitor as motivações de sua escrita. Pelo que essa missivista sintetiza, o povo brasileiro está fazendo o que pode, mas o governo, além de não ajudar, retira as opções que a população já possuía.

Trabalhei duro e muito para que meus filhos se tornassem homens de bem como o são. Ambos começaram a trabalhar com 17 anos, se formaram em Administração de empresas pela Candido Mendes e em economia pela F.G.V., inglês e um deles é técnico em computação. Por merecimento, competência um deles se tornou diretor de uma empresa de Títulos e Valores, logo a seguir de um Banco e foi convidado por outro banco em melhor situação

como superintendente de Private. O 1º tem 41 anos o 2º 43 e ambos estão desempregados por mais de 2 anos. E como já disse e afirmo são pessoas honestas, retas, responsáveis e competentes(99.FH.033522.C/01-1, pp. 2-3).

Apesar da competência e qualificação profissional, os filhos de Shirley estão lidando com um mercado de trabalho de vagas escassas, resultado da ineficiência do governo em lidar com as consequências da abertura comercial conduzida junto ao Real. O sucesso do plano econômico atrelado à prosperidade da economia mundial foi uma escolha deliberada do governo: dependia-se de investimento do capital internacional para o qual foi ofertado grande remuneração na forma de juros.⁵¹ Nas falhas, o governo culpa a crise internacional do ano no lugar de criar bases nacionais mais estáveis.

Empresas reduziram de tamanho para lidar com a concorrência internacional utilizando-se largamente da terceirização. Reduziram-se as hierarquias funcionais e o núcleo “duro” de funcionários estáveis.⁵² Incomoda a Shirley como o trabalho que teve para educar os filhos não é recompensado devido às políticas governamentais. Nesse argumento, ela não é a única.

A voz do Povo é a voz de Deus” Ouça aos, antes que esse povo bom, sem saída, eleja ou reeleja um desses incompetentes de sempre. Sentença a grande falange dos 136,00 reais e muito ainda faço para sobreviver com dignidade, sem que me custe. Porém a ideia de que teremos 11% de desconto sobre os 27,20 de contribuição para o INSS pensando em doença ou acidente que venha a sofrer, isso custa, pesa (99.FH.034634/C/01-3, p. 3, grifo nosso).

Juliana, residente de Florianópolis (SC), é uma aposentada que cedeu à vontade de escrever a FHC, pois considera que se calar diante da situação do país vai contra seus princípios. A missivista observa o povo “sem saída”, pois mesmo lutando e fazendo o que pode para sobreviver, nem aqueles que lutaram a vida inteira recebem o reconhecimento adequado.

[...] jamais achará o inativo, ex-trabalhador um peso para o orçamento, porque esse já se pagou descontando ao longo dos anos. O esperado, saberá que existe uma classe que merece um salário aposentadoria já aos 55 anos ou menos. É a das estressadíssimas donas de casa pobres. Primeira a levantar, última a deitar. Falo das donas de casa- mãe, administram pequeno orçamento, são lavadeiras, passeadeiras, professoras, educadoras, enfermeiras etc etc etc, O esperado nos dará esse direito e não iremos para a fila da humilhação (99.FH.034634/C/01-3, p. 3).

⁵¹ Ver: COGGIOLA, Osvaldo. *De FHC a Bolsonaro: elementos para uma história econômica-política do Brasil (1979-2019)*. São Paulo: Liber Ars, 2019, p. 64.

⁵² Ver: IBGE, Censos econômicos (1985) e Pesquisa Industrial Anual – Empresas 1996-1999.

No argumento de Juliana, percebemos a forte presença de trabalhadores com idade avançada, como ela mesma. A missivista defende os interesses daqueles que lutaram a vida inteira, mas não recebem o que deveriam por direito. Os inativos lidam com acusações de ociosidade e peso nas contas públicas. As donas de casa não são classificadas como mereceriam e os que se aposentam devem lidar com pesados descontos no valor do benefício. Essas são certamente críticas de privação do básico, mas há algo mais.

Considerar apenas razões econômicas para a frustração de Laura, Shirley e Juliana é um erro. Menos missivistas escreveriam pedindo o básico se já tivessem empregos, especialmente com salários decentes que oferecessem segurança a longo prazo. As cartas de pedido que vimos em capítulos anteriores possuem tal direcionamento. Laura, Shirley e Juliana, entretanto, são missivistas frustradas que criticam FHC por essa notável privação, mas também pela injustiça. Parte da irritação que expõem possui origem na sensação de exclusão agravada pela percepção de que grupos menos merecedores estão sendo priorizados enquanto o seu próprio é deixado para trás.

3.2. A INJUSTIÇA DOS FRUSTRADOS

Já fui muitas vezes a procura do prefeito Jorge Carneiro ele me nega qualquer ajuda ou promessa de emprego e não é porque não tenha, porque pessoas que vai depois de mim arrume e já se encontra trabalhando e também a família dele se encontra trabalhando na prefeitura, e outras ganhando sem trabalhar e sem precisar e eu estou a procura da sua ajuda e porque preciso, não para comprar um carro do ano e nem para comprar um apartamentos nos melhores bairros da cidade não, pois se fosse pra isso talvez conseguisse tenhe gente que tinha uma sorte pra conseguir ajuda, mas eu sempre ajudo este povo e recebo um não como resposta (99.FH.020536.C/01-8, p. 2).

Luana, residente em Porto Calvo (AL), escreve cansada de ser rejeitada. Para a missivista, é exaustivo ter que ficar implorando pelo mínimo para subsistir enquanto outros conseguem tão facilmente. A privação econômica que sofre é agravada pela percepção de um favorecimento injusto a outros que ou chegaram depois dela ou não o merecem. A desigualdade material é acentuada pela desigualdade de tratamento.

Os missivistas partem da percepção do Brasil como um país que não é pobre, que possui recursos para auxiliá-los, mas que falha em os distribuir, levando à desigualdade evidente. De fato, o país possui uma riqueza considerável em comparação ao restante do mundo. Em 2000,

o Brasil possuía renda *per capita* superior a 64%. Nada menos que 77% dos habitantes do planeta vivem em nações com menos recursos que os brasileiros.

A renda disponível não é baixa, mas a pobreza persiste pelo problema da distribuição. Na época, 53 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza (R\$ 115,00), enquanto quase 23 milhões nem sequer atingiam a faixa de indigência (R\$ 60,00). Esses dados correspondem respectivamente a 34% e 14,5% da sociedade. Em termos de PIB, a renda *per capita* é oito vezes superior à linha de indigência e quatro à de pobreza (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 72).

Como relata o economista Reinaldo Gonçalves, o grupo 1% mais rico responde por 53% da riqueza nacional e 17% da renda (LESBAUPIN, 1999, p. 54). Assim, a renda média das elites é 25 vezes maior do que a renda média do restante da população brasileira e 110 vezes maior em riqueza (LESBAUPIN, 1999, p. 45). Esses números da desigualdade na virada do milênio apenas refletem o que missivistas como a Shirley notam em suas experiências cotidianas, levando-os a concluir que um pouco mais de justiça social poderia solucionar os problemas econômicos.

Nós pagamos os impostos e o Sr. sabe que sim, pois, são descontados dos nossos salários. E os ricos, as empresas? O pior de tudo é que depois de todos esses sacrifícios que o povo está fazendo, nada em todos os setores melhorou. Por que cobrar dos funcionários que como eu, por exemplo, com nível universitário, que depois de trabalhar por 37 anos (não são 37 anos de idade) recebendo R\$ 1.000,00, o I.N.S.S? Por que essa perseguição ao funcionário? O Sr já pensou em cobrar e fazer com que sejam pagas as enormes dívidas de várias empresas? Já pensou em extirpar a corrupção que continua corroendo os cofres da Previdência? Já pensou que grande quantia entraria nesses mesmos cofres se as Georginas da vida e outros ladrões tivessem seus bens vendidos e que esse dinheiro voltasse p'ra Previdência? Já pensou em vender a enorme quantidade de imóveis da Previdência, que estão inclusive alugados por quantias ínfimas? (99.FH.033522.C/01-1, pp. 12-13. Grifos da autora)

Assim, o tema da desigualdade aproxima missivistas como Luana, que está frustrada pela dificuldade de sobreviver em uma sociedade que constantemente a exclui, e Shirley que tem a vida dificultada pelo que entende como uma perseguição dos governantes a seu grupo social. Mais uma vez, trata-se do “nós” na forma de “povo brasileiro” acusando o benefício dos ricos em detrimento dos demais.

O foco na Seguridade Social é uma pauta bem sensível àqueles que vivem ou viveram do trabalho assalariado e aparece constantemente nas cartas como exemplo de privilégio e desigualdade. Como respalda André Lahóz,

os maiores problemas ocorrem nas pensões e no seguro-desemprego. No primeiro caso, nada menos que 65% do dinheiro gasto acabam nos bolsos de aposentados pertencentes à faixa 20% mais rica. Os 40% mais pobres recebem apenas 9% de tudo o que o governo gasta com pensões. No caso do seguro-desemprego, mais da metade do dinheiro vai para os pertencentes ao grupo dos 40% mais ricos. O grupo mais pobre (20% da população) fica com apenas 3% do que o governo paga em seguro-desemprego (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 72).

Embora os argumentos dos missivistas tenham bases estatísticas que os sustentam, é importante lembrar que a injustiça é uma condição de agravamento por *percepção*. Afirmar para eles que, em 1990, 36% da população mundial vivia abaixo da linha da pobreza em comparação aos 72% de 1950 e que a renda *per capita* aumentou centenas de vezes no mesmo período⁵³ tem pouco efeito se esses fatos não são sentidos no cotidiano. Pelo contrário, no lugar de convencer as pessoas de um evidente progresso, os dados frustram por evidenciarem que o capital existe, mas não as contempla. Parte dos sentimentos envolvidos nas cartas ao presidente engloba respeito próprio, senso de comunidade e ansiedade sobre a própria posição e a de seu grupo em relação aos demais.

Sinto muita revolta, pois a pobreza so tem valor nas eleições [...]. se os grandes não pode ajudar, o que vamos fazer, roubar para ir preso e morrer de apanhar na cadeia, assim e que o pobre é tratado agora o rico quando rouba recebe tratamento especial, tem o privilegio de ser rico. [...] só pode arrumar um emprego melhor se tiver 2º grau completo, e como fica os que não tem chance de estudar, morre de fome, mata e rouba, para se alimentar e também os filhos. Em que país estamos vivendo.
(99.FH.020536.C/01-8, pp. 2-3. Grifos nossos)

Parte fundamental da sustentação de uma sociedade desigual é a convicção de que as pessoas que possuem mais merecem mais. O justo é uma distribuição correta do valorizado, mesmo que em diferentes proporções para cada um. Ao pensar em “privilégio”, Luana chama a atenção para um quesito de dádiva – a sorte de ter nascido rico –, o que está longe de se ligar ao mérito. Por isso ela se revolta com um tratamento sistemático que parece desmedido: os ricos recebem credenciais e suporte, dissimulando-os como fruto do próprio talento e empenho, enquanto os demais ficam à mercê da própria sorte.

O problema para Luana não é o mérito, mas a distribuição que o Estado faz dele. Ela procurou emprego primeiro, buscando com muito empenho alternativas diante dos recursos de

⁵³UCHOA, Pablo. A pobreza está mesmo diminuindo no mundo? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50077214>. Acesso em: 14 dez 2021; EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Rio de Janeiro: Record, 2020, p. 210.

que dispunha. Em contrapartida, os ricos parecem favorecidos até quando erram com o sistema. Ela demonstra frustração com a perda, por razões injustas, da vaga desigualmente disputada, enquanto critica o favorecimento pessoal (por parte do prefeito) e a sorte de nascer rico (e ter acesso às credenciais).

Quando pessoas reclamam da meritocracia, a reclamação, em geral, não é sobre o ideal, mas sim sobre não conseguirmos viver de acordo com ele: os ricos e poderosos fraudaram o sistema para perpetuar seus privilégios; as classes média alta e alta descobriram como passar suas vantagens adiante, para suas crianças, convertendo a meritocracia à aristocracia hereditária; universidades que alegam selecionar estudantes com base em mérito oferecem vantagens para filhos e filhas de pessoas ricas e de pessoas com conexões (SANDEL, 2021, p. 178).

Sobre o assunto, o filósofo Michael Sandel acentua como é revoltante para aqueles que, como Luana, trabalham duro, seguem as regras, mas não conseguem avançar. Como demonstra a missivista, pode ser mais insultante do que inspirador receber respostas dizendo que a melhora da condição pode vir com um diploma – e acrescentaríamos concurso público – ainda mais quando elas entendem que o mercado de trabalho é um elevador de prédio onde os ricos já começam o mais próximo possível da cobertura.

No censo de 2000, somente 15% da população de 60 anos ou mais havia concluído o primeiro grau. O Brasil lidava com taxas de reprovações superiores a 40% e apenas um quarto da população brasileira entre 15 e 64 anos tinha plena habilidade para ler e escrever. A falta de suporte estatal para os alunos e suas famílias, bem como suas estruturas familiares contribuía, ainda, para as altas taxas de desistência. Em 1998, apenas 55% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentavam a escola. Assim, não é surpresa que o ensino superior estivesse direcionado a apenas 7% da população (AARAO, 2014, pp. 53-59).

Vista de baixo, a arrogância dessas elites com credenciais é um ultraje; uma raiva causada especificamente pela injustiça. Ninguém gosta de ser desprezado e a noção de que os mais pobres não são bem sucedidos porque não se esforçam é insultante para aqueles que lutam diariamente para vencer em um jogo cujas regras favorecem apenas um determinado perfil de jogador. Os mais pobres observam o declínio dos empregos seguros, permanentes e bem-pagos em uma economia que valoriza diplomas universitários que eles não possuem. Na perspectiva dessas pessoas, o que resta a fazer é escrever ao presidente pedindo por qualquer ajuda disponível e lidar com o desamparo de alguma forma ao receber como resposta a recomendação de prestar concurso público.

Outro fator desmoralizante ocorre quando os missivistas acreditam que o sistema funciona, mas foram excluídos dele, como é o caso de Shirley. Apesar de seus filhos terem feito

faculdade – e o mérito na ação é enfatizado – os mesmos não conseguem emprego. A missivista não acredita que o fracasso seja culpa deles e escreve a FHC falando das injustiças e do modo como são tratados pelos vencedores do sistema.

É preciso ainda que nossos governantes deixem de ser arrogantes, que sejam humanos. Fico com raiva também quando sabemos de nomeações por apadrinhamentos de pessoas incapazes e desonestas. Trabalhei duro [conta o caso dos filhos]. Como é que não se pode ter raiva, quando os Sérgio Naya da vida, os donos dos bancos Nacional, Econômico, Marka e muitos outros que não tomamos conhecimento, estão ainda, desfrutando do que nos roubaram, livres e ainda por cima rindo de nós? (99.FH.033522.C/01-1, pp. 2-3. Grifos nossos)⁵⁴

Enquanto os filhos honestos, competentes e responsáveis de Shirley seguem desempregados no mercado de finanças, banqueiros estariam lucrando com a miséria alheia. Raiva é o que faz sentido para a missivista diante de uma injustiça acrescida do deboche.

O ressentimento é cumulativo. Começa com a privação do que deveria ser de direito (trabalho aos filhos), seguido do desdém e da arrogância daqueles que venceram no sistema e rebaixam os demais (apadrinhados) culminando com o sentimento de que os recursos que tornam os ricos privilegiados estão sendo tirados dos mais necessitados (banqueiros desfrutando o roubado). O mesmo acontece com Luana: ainda que tenha solicitado o trabalho antes de outras pessoas, foram os aliados do prefeito que obtiveram a posição almejada, explicitando os privilégios dos ricos que não se submetem às mesmas regras que os demais.

As missivistas explicam que parte significativa da razão pelo fracasso é um sistema fraudado que não premia com sucesso aqueles que realmente merecem. E mais: a verdadeira razão do sucesso seria uma base estruturada para garantir a permanência da desigualdade na competição. Para explicar essa injustiça, as missivistas costumam usar os sistemas tributário e penal brasileiros.

Os principais tributos da União são o Imposto de Renda (IRPF) e o financiamento da Seguridade Social (Cofins), enquanto os estados cobram o Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Os municípios possuem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (ARRETCHE; MARTA; FARIA, 2019, p. 79).

Já introduzimos a Seguridade Social como um sistema que favorece em peso os 40% mais ricos, então foquemos no IRPF. Nele há rendimentos tributáveis, exclusivos, isentos e

⁵⁴ A citação dos filhos se encontra na página 100.

despesas dedutíveis, sendo que os mais ricos (20 a 40 salários mínimo) são os que possuem mais isenções. Uma das medidas que mais contribuiu para esse cenário foi a Lei 9.249/1995 que tornou isentos do IRPF os rendimentos obtidos através de lucros e dividendos. Em média, eles correspondem a 36% dos rendimentos isentos declarados (ARRETCHE; MARTA; FARIA, 2019, p. 91). Outra, foi a redução da alíquota máxima de 35% para 25% durante a Reforma Tributária do Governo FHC (COGGIOLA, 2019, p. 76).

O tratamento diferenciado de rendas elevadas favorece rendimentos de capital, enquanto onera rendimentos de trabalho. Prestações de serviços e os salários do trabalhador estão sujeitos à tributação, enquanto grandes empresas recebem menos tributações. Assim, o IRPF funciona na prática como um mecanismo de manutenção da desigualdade. As faixas menores de renda passam a se enquadrar na legislação do imposto conforme a inflação sobe e a tabela não é reajustada. Já os mais ricos, além de não precisarem lidar com impostos sobre altas rendas, ainda são mais propensos a conseguir perdão por eventuais sonegações. O tratamento disfuncional da tributação da União apenas se agrava com os impostos estaduais.

A criação de novas contribuições, além da majoração das alíquotas daquelas que já existiam, concorreu para o que se chamou de degradação do sistema tributário nacional, uma vez que essas contribuições criam distorções por meio da tributação em cascata e da dupla tributação (Werneck, 2006). Essa decisão estratégica tomada pelo governo federal sob Fernando Henrique Cardoso [...], torna o sistema tributário nacional complexo, com altos custos administrativos, além de torná-lo objeto de permanente disputa judicial. (ARRETCHE; MARTA; FARIA, 2019, p. 80)

A tributação do consumo, como o ICMS estadual, afeta principalmente as famílias de menor renda, pois parte considerável de seus salários e aposentadorias é utilizada para subsistência. Em contrapartida, os mais ricos possuem maior liberdade para investir, poupar ou utilizar os recursos no exterior. Essa desigualdade mina a efetividade de qualquer programa social, pois cobra dos beneficiários das políticas públicas os recursos para financiá-las.⁵⁵

Por fim, aparecem missivistas relatando a desigualdade como injustiça de um sistema elaborado para tirar de quem pouco tem e ajudar aqueles que têm demais. O sistema tributário é desenhado para prejudicar os mais pobres, assim como o penal. Nesse sentido, Juliana disserta longamente sobre a condenação de nascer pobre:

muito chocante porem, a notícia de que se pretende baixar para 16 anos a maioridade para por na cadeia adolescentes infratores. Ou seja, os que já nascem condenados por serem pobres. [...] O povo está fazendo a parte dele.

⁵⁵ Ver KERSTENETZKY, Celia. Redistribuição no Brasil no século XXI. In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos (Orgs.). *As políticas da política*. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 63.

Se o governo não tomar o exemplo de solidariedade breve veremos nossas crianças frente a tribunais, julgados e condenados a prisão perpetua ou a pena de morte, que virá com certeza, como meio de esvaziar prisões abarrotadas. [...] As prisões especiais seriam [caso a lei de Deus fosse praticada] para os adolescentes, para os analfabetos, os ignorantes, os desequilibrados e os viciados e não para os que tudo receberam inclusive os benefícios das leis humanas, cujas mãos jamais os alcançam (99.FH.034634/C/01-3, pp. 1-2).

Os pesquisadores Zaluar e Leal (1998, p. 312) contam como os acusados tanto por tráfico quanto por posse e uso exercem atividades de baixa renda: 70% são pedreiros, serventes, trocadores, motoristas, empregadas domésticas, faxineiros, manicuras e prostitutas. As exceções costumam ser estudantes e raros profissionais liberais acusados de uso. As mortes e prisões ficam na periferia, enquanto o lucro é levado para fora. Quem escreve a FHC de dentro de uma penitenciária é Robson, condenado a 56 anos por assalto a bancos:

Venho mui respeitosamente até V.Ex^a, pedir alguns minutos de sua preciosa atenção, para que na qualidade de um brasileiro, mesmo excluído da sociedade, possa ajudar na construção de um país melhor, pois embora marginalizado, amo nossa nação. [...] Depois que mexeram na lei e começaram a mandar para cadeia essa garotada nova (viciada em crack) como traficantes, tudo está desabando (98.FH.118405.C/01-7, p. 1).

Robson, cumprindo pena desde 1984 em uma penitenciária de São Paulo, escreve ao presidente preocupado com o futuro. O missivista tem filhos e não quer para eles um país que deixa escapar os verdadeiros criminosos, enquanto prende jovens viciados. Segundo ele, isso superlota o cárcere e transforma os presos em traficantes e bandidos para sobreviver. Conhecedor das drogas durante quase a vida inteira, aos 39 anos, Robson alerta FHC sobre aqueles que lucram verdadeiramente com o tráfico.

*A quem está interessando por todos esses garotos viciados na cadeia como traficantes e deixar os verdadeiros traficantes em liberdade? [...] Por acaso, é o viciado que sai do Brasil pelo ar, estrada ou mar, para voltar com toneladas de drogas?? Lógico que não! Aonde estão eles?? São os viciados que saem do Brasil e voltam trazendo todo tipo de armamento e munição para serem usados nos grandes assaltos? Logicamente que não. Aonde estão essas pessoas?? São fantasmas?? Fizeram uma lei que na verdade protegem essas pessoas e mandam todos viciados para cadeia, assim não tem vaga para os verdadeiros culpados [...]. Com tudo isso, acaba gerando um estado de **revolta** entre a população carcerária que passa a descrever na justiça e nas autoridades constituídas. (98.FH.118405.C/01-7, pp. 2-3)*

O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. Temos casos de 150 homens dividindo celas construídas para abrigar 30 (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 422). Antes de condenados, 45% das celas contém presos provisórios que aguardam julgamento, normalmente por tráfico e assalto, sem acesso a bons advogados (PINSKY, 2017, p. 144). Assim a população carcerária se torna jovem, negra, masculina e periférica como nota o missivista.

Tanto Luana quanto Robson optam pelo termo “revolta” para relatar os problemas observados e sentidos. Por definição, revolta é “(1) manifestação coletiva de rebeldia, armada ou não, contra qualquer autoridade ou a ordem estabelecida; (2) Grande agitação de pessoas com sentimento de indignação; alvoroço, desordem, tumulto; (3) Sentimento de raiva diante de afronta, injustiça ou atitudes agressivas; indignação, repulsa, repulsão.”⁵⁶ Com tal escolha, os missivistas anunciam um sentimento de reação diante de uma condição que apenas os prejudica.

Vale lembrar que as condições apontadas pelos missivistas antecedem o governo FHC. Relatar como os pobres são mais vulneráveis à violência criminal e penal bem como pagam mais que os ricos para sobreviver são circunstâncias para o argumento desenvolvido. Antes de escreverem para o Estado cobrando mudanças históricas, temos relatos direcionados à Fernando Henrique e suas promessas de soluções. Relatar tais problemas informa sobre a ineficiência do Estado, mas é também um gesto de cobrança do que foi prometido em campanha e conquistado com a melhora de vida pelo Plano Real. Aos frustrados, o presidente está diretamente ligado à manutenção de injustiças, seja pela falta de habilidade em lidar com problemas tradicionais, seja pela convivência com os interesses dos mais poderosos.

Se os políticos parecem indiferentes às preocupações das pessoas comuns e não conseguem produzir resultados justos e equânimes, isso aumenta nelas a sensação de estarem sendo relativamente privadas, tornando cada vez mais provável que busquem soluções políticas radicais. Eles culpam os políticos estabelecidos por causarem essa desigualdade ou se mostrarem incapazes de solucioná-la (EATWEEL; GOODWIN, 2020, p.218).

3.3. CRISE DE REPRESENTATIVIDADE

Os missivistas esperam que FHC represente seus interesses e sane os problemas pelos quais escolheram elegê-lo. Eles querem ser compreendidos, auxiliados e incluídos nas ações e discursos do mandatário de modo que suas vidas se tornem um pouco mais fáceis. Demandam

⁵⁶ REVOLTA. In: MICHAELIS. Dicionário online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=Revolta>. Acesso em 14 dez 2021.

ser tratados com respeito e dignidade. Desejam sentir que o representante está transformando o país em um lugar melhor do que aquele que receberam de seus pais. Na prática, entretanto, notam desdém, enganação e abandono – sobretudo do próprio Fernando Henrique. A confiança que o presidente passa para as pessoas comuns é o terceiro e último elemento que explica a frustração.

O meu entusiasmo cheio de esperança, envolveu toda a família que votaram como eu duas vezes. Ainda o defendo, junto aos insatisfeitos, porém já não o faço com a confiança de quem via na sua pessoa, aquele que viria realizar, ou iniciar o programa especial a que o Brasil está destinado. (Juliana, p.1)

[...] quem sabe que ou como presidente ou como um ser humano que tenha um bom coração, sinta vontade ou talvez me ajude desta vez. Diz um velho ditado que a esperança é a última que morre, pois a minha se encontra um fiasco. (Luana, p. 1)

O nosso desgaste diário está insuportável. Não podemos desfrutar dos prazeres de uma praia num domingo de sol, um passeio na praia com nossos filhos ou netos, pois, corremos constantes e gravíssimos riscos. A rejeição ao seu governo já se tornou rancor, raiva, descrença, descrédito. O país em pouquíssimo tempo se tornou inviável. [...] Nós só queremos o que temos direito, pois, pagamos impostos p'ra isso. Estamos cansados de esperar esses dias melhor que o Sr. vem prometendo desde a sua "1ª posse". (Shirley, pp. 9-11)

As missivistas tiveram dificuldades econômicas a vida inteira e a desigualdade no tratamento com os ricos nem de longe é uma novidade. A expectativa era de que, com Fernando Henrique na Presidência, a situação mudasse. Em 1995, no discurso de posse, FHC comenta a esperança que carregava (BRASIL, 1995, p. 9). Quando falhou, críticas severas vieram dos que mais acreditaram. Pelo que observaram, tudo o que importava ao presidente eleito eram a economia e o desenvolvimento.⁵⁷

Como presidente, Fernando Henrique ligou constantemente sua imagem à intelectualidade, mostrando-se como o homem necessário para que o Brasil pudesse lidar com a globalização. Para ele, ou o Brasil se modernizava e conseguia forças para ser protagonista no cenário mundial, ou teria que lidar com os efeitos mais perversos do sistema global. Ele

⁵⁷ Em um trabalho feito pelos pesquisadores Victor Araújo e Paulo Flores sobre os temas mais abordados pelo PSDB em seus discursos e contagem vocabular do léxico de seus membros, descobrimos que as palavras mais ditas por eles são “crescimento”, “desenvolvimento” e “mercado”. Já em termos de tópicos abordados, “desenvolvimento” tem vantagem nítida perante os demais. Os autores observam, ainda, que dentro do PSDB o termo “identidade” sofre um aumento gradativo com o passar dos anos, conforme temas como desigualdade e pobreza passam a ter mais ênfase no PT. Ver: FLORES, Paulo; ARAÚJO, Victor. Competição eleitoral e ideologia partidária: PT, PSDB e a agenda de proteção social no Brasil (1991-2014). In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos (Orgs.). *As políticas da política*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

buscava trilhar o caminho do desenvolvimento com o menor número de sacrifícios possíveis, colocando-se como um elemento modernizador na política nacional. Em suas palavras:

Estamos tratando, efetivamente, de um fenômeno muito mais cruel [do que as formas anteriores de dependência]: Ou o Sul (ou parte dele) ingressa na corrida democrático-tecnológico-científica, investe pesadamente em pesquisa e desenvolvimento, e suporta a metamorfose da “economia da informação”, ou se torna desinteressante, inexplorado e inexplorável. O Sul se encontra sob uma dupla ameaça – aparentemente incapaz de integrar-se, buscando seus próprios interesses, e tampouco capaz de evitar “ser integrado” como servo das economias mais ricas. Os países (ou partes deles) incapazes de repetir a revolução do mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, encontrar um nicho no mercado internacional, terminarão no “pior dos mundos”. Não valerão ao menos o trabalho de serem explorados, tornar-se-ão irrelevantes, sem qualquer interesse para a economia global em desenvolvimento (BAUMANN, 1996, p. 12).

Autores como Andrew Hurrell lembram que FHC tem “uma tendência a superestimar os fatores determinantes tecnológicos da globalização” (MARTINS, 2010, p. 492). Essa ordem econômica não foi um “fato”, mas um projeto de Estados específicos que impeliam os demais baseados em seus próprios interesses. O presidente acreditou em uma nova ordem econômica mundial na qual a noção de trabalho ligado a uma carreira vitalícia não existiria mais. Para isso, estabelece políticas e metas que ajudariam a cimentar o caminho “inevitável”.

Nas cartas, vários trabalhadores demonstram incômodo com a internacionalização de recursos nacionais, principalmente por visualizarem várias ausências no trato de FHC com próprio povo: “o vi defender publicamente os que enviavam para os cofres estrangeiros, somas enormes do nosso dinheiro como se fosse normal e tivéssemos situação para isso”, aponta Juliana (1999, p.1); “Estou com raiva pelo que os asiáticos estão fazendo na Amazônia. Ao invés dos nossos militares terem sido mandados para o Timor Leste, por que não foram p’ro Amazonas defender o que é nosso?”, comenta Shirley (1999, p. 10).

As partes mais sensíveis são o desemprego e a queda de renda resultantes do processo. Há aqueles que se sentem ofendidos com a demanda de se reinventarem, aprenderem novas habilidades e serem flexíveis, ainda mais quando a oferta de tais condições continua atrelada a uma parcela privilegiada da população. Enquanto o emprego desses trabalhadores é terceirizado para países com mão de obra mais barata ou substituído por robôs, eles sentem saudades das carreiras mais estáveis do passado. Como expressam, o status econômico e social diminuído que sentem não é resultado de forças indetectáveis, mas consequência do modo como políticos dominantes e a elite governaram nos últimos anos.

Essa preocupação exagerada com a (moeda) inflação (apesar dela vivíamos muitas vezes melhor que agora) está matando de fome os brasileiros. Nem as dentaduras que o Sr. falou que o povo já estava conseguindo comprar, vão fazer com que se mastigue moeda (99.FH.033522.C/01-1, p. 12).

Após quatro anos de governo FHC, muitos missivistas como Shirley estão cansados de desculpas como “inflação” e “globalização”. Os pronunciamentos não ajudam e tudo o que é dito parece enganoso ou subestima a inteligência dos eleitores que acompanham e cobram as promessas. Nos piores casos, o presidente deteriora a representatividade que resta e termina encarado como mais um político a favor dos poderosos. Ganhar fama por ter chamado aposentados de vagabundos é um exemplo de danificação rápida, mas a própria postura sobre a relação entre trabalho e globalização é dificilmente digerida pelos mais pobres.

Pessoas deixadas para trás pela globalização sentiam que o trabalho que faziam já não era fonte de estima social. Quando FHC afirma que empregos manuais podem desaparecer porque são substituíveis por máquinas, em simultâneo está dizendo que o emprego desses trabalhadores já não significa uma contribuição valiosa para o bem comum. Tudo o que operários ou domésticas realizam para garantir o sustento da família seria, na verdade, dispensável.

Como nos conta Sandel (2021, p. 300), “a necessidade humana fundamental é ser necessário para as pessoas com quem compartilhamos uma vida em comum”. É constrangedor ouvir que tudo o que você aprendeu a fazer não tem mais utilidade e ainda mais danoso quando essa sentença é proferida por aquele que deveria lhe representar. Enquanto empregos tradicionais da classe trabalhadora desaparecem por tecnologia ou terceirização, o grau de incerteza sobre a vida desses trabalhadores aumenta. Lembremos algumas das promessas que FHC pronunciou durante a campanha em seu discurso de posse em 1995:

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos. A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido. E se jogará por inteiro no grande desafio – que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos – de diminuir as desigualdades até acabar com elas. Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e as fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas. [...] a escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor e a recuperação dos seus salários, principalmente no ensino básico. É muito mais do que isso. É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos [...] (BRASIL, 1995, pp.20-21).

Fernando Henrique discursou sobre suas áreas de foco diversas vezes. Longe de serem cumpridas, se tornaram motivo de revolta. Quando questionada pela pesquisa Ibope em setembro de 1999 sobre a gestão de FHC nessas áreas prioritárias, mais da metade dos brasileiros afirmou que ou ficaram iguais ou pioraram muito. A área do trabalho foi a que sentiu mais prejuízo com as políticas adotadas. Uma pesquisa do Datafolha do mesmo ano mostrou que 62% dos brasileiros conheciam alguém que fora demitido recentemente (DATAFOLHA, 1999).

| Impressão geral | Trabalho | Saúde | Educação | Moradia | Igualdade |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Melhorou muito | 0,8 | 4,5 | 7,8 | 4,4 | 1,7 |
| Melhorou um pouco | 3,9 | 19,7 | 30,5 | 20,0 | 10,3 |
| Ficou igual | 15,1 | 32,9 | 30,6 | 35,7 | 37,7 |
| Piorou um pouco | 17,6 | 15,7 | 11,7 | 11,4 | 12,7 |
| Piorou muito | 61,2 | 25,0 | 16,5 | 18,7 | 26,8 |
| Não sabe/Não opinou | 1,6 | 2,4 | 3,0 | 9,9 | 10,9 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Tabela 1: Pesquisa de opinião pública, setembro/1999. Fonte: IBOPE, 1999a. Grifos nossos.

Fernando Henrique pouco inovou em políticas sociais, priorizando respostas econômicas para a demanda de melhorias.⁵⁸ Enquanto o presidente falava em cortar gastos, gerir recursos e balancear contas públicas, o trabalhador entendia que seu emprego e sua moradia haviam sido deixados de lado. No final de 1995, 65,8% acreditavam que o Plano Real havia sido bom para si (DATAFOLHA, 1995); encerrando 1999, apenas 32,4% dos brasileiros mantinham uma percepção positiva (IBOPE, 1999b).

Não entregar resultados é perigoso, pois o discurso pode soar vazio e enganoso. As falas que antes serviam para enaltecer e creditar, agora são usadas para criticar. É preciso se atentar para essa virada, já que o aliado de ontem pode vir a ser um inimigo severo. É segundo a própria percepção que as pessoas agem socialmente e politicamente, expondo com raiva tudo em que já acreditaram. Shirley desabafa:

Bem nos lembramos que na campanha de 94, com sua mão espalmada o sr. prometia: trabalho, saúde, educação, moradia e segurança. A saúde está enferma, em fase terminal (com excessão p/ as autoridades). A educação teve uma piora tão grande (apesar das propagandas), está falida. O

⁵⁸ Para detalhes, ver: COHN, Amélia. As políticas sociais no Governo FHC. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 183-197, out. 1999 (editado em fev. 2000).

desemprego bateu todos os recordes na história do Brasil. A segurança inexistente (como já disse) nem o direito de ir e vir temos. [...] moradia? É brincadeira! Em que que o Sr. quer que a gente acredite? No “Avança Brasil”? só se for p’ra avançar p’ra dentro do buraco que já estamos (99.FH.033522.C/01-1, pp. 7-8. Destaques da autora).

Em 1995, 31,9% dos entrevistados pelo Ibope acreditavam que FHC conduzia um bom governo e 40,2%, um governo regular (IBOPE, 1995). No final de 1999, apenas 13,6% afirmaram que fora uma boa gestão, 34,7% achavam o governo regular e 35,4% péssimo (1999b). Isso é resultado tanto da escassez de resultados práticos positivos da política socioeconômica de FHC para a qualidade da vida da população em geral, quanto da falta de credibilidade da imagem do presidente. As credenciais que serviam para defender a competência passaram a pesar como elemento de distanciamento do povo. Comparemos esses dois momentos expostos na posse de 1995:

Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do “petróleo é nosso”, como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano. Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira. [...] nunca pensei que ele [sonho de desenvolvimento com liberdade] pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos. Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este País vai dar certo! (BRASIL, 1995, p. 10).

Logo no início do discurso, FHC reivindica o passado de luta por desenvolvimento que passou através de sua trajetória pessoal e familiar. Assegura que o progresso corre em suas veias e por isso ele, humildemente como afirma, aceita ajudar a encaminhar o país para o futuro. Ao providencialismo soma uma convicção inabalável de que a luta daria resultado. Todavia, para a modernidade chegar, o país precisa de mais educação.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer “modernos”, se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade. [...] Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual (BRASIL, 1995, p. 21).

Incentivar mais pessoas a aprender é bom. Tornar os níveis de ensino mais acessíveis é melhor ainda. No entanto, Fernando Henrique pondera sobre a questão corroendo a estima social daqueles que não possuem um nível tão elevado de educação formal. Ele ignora como é

para uma população sem essas credenciais ouvir que, além de viverem a miséria material, ainda possuem “miséria espiritual”.

Em parte, sempre que dizem ao povo que o necessário é mais formação educacional, estão dizendo que a desigualdade é fracasso individual daqueles que não estudam, antes de ser um problema sistêmico. Como lembra Foucault, o diploma é feito precisamente para aqueles que não o têm.⁵⁹ Com ele, limita-se o espaço de argumentação disponível aos demais, enquanto legitima-se a monopolização da razão.

Assim, pressupõe-se haver uma escolha entre resignação/imprudência e uma gama de valores corretos e neutros. As críticas dos pouco instruídos à globalização e ao trabalho moderno seriam equivocadas, enquanto mais conhecimento as aproximaria da verdade incontestável de FHC. Missivistas como Juliana, entretanto, sabem que o espaço de questionamento é válido para todos, independentemente do grau de instrução e conhecimento sobre o assunto.

Na dúvida que esta lhe chegue às mãos siquer tive o cuidado com papel, nem pedi a filha que corrigisse os erros desta quase analfabeta. Minha consciencia porem, fica em paz. Ainda a tempo para retirar deste governo o velho ditado que ora lhe cabe: “Querem conhecer o vilão, ponha-lhe o poder nas mãos”. Tenho apenas o 3º ano da 1ª série, a experiencia para saber que estou sendo grosseira, porém calar o que sinto neste momento é contra os meus princípios (99.FH.034634/C/01-3 pp. 3-4. Grifos da autora.).

Nota-se nos missivistas, em geral, uma obrigação cívica de discutir o projeto governamental implementado no Brasil. Independente do grau de instrução, eles debatem sobre confiança, poder, injustiça, autoridade, moralidade e, principalmente, o que devemos uns aos outros. Essas são pautas para cidadãos democráticos, não exclusivas de portadores de diploma.

Se julgarmos seus argumentos como triviais e invalidá-los pela falta de referências, estaremos apenas criando um espaço de ressentimento. As experiências expostas ao presidente por uma quase analfabeta precisam receber o mesmo grau de atenção e seriedade devotamos aos mais instruídos. A invalidação do que conhecem e o insulto à experiência que compartilham afetam sua autoestima conforme sentem a própria dignidade sendo questionada.

⁵⁹No contexto: “Sabe, o diploma, isso serve simplesmente para constituir uma espécie de valor mercantil do saber. E permite também fazer com que aqueles que não têm um diploma acreditem que eles não têm o saber, nem o direito ao saber, nem a capacidade de saber. Todos que têm um diploma sabem que o diploma é uma coisa vazia, que não tem conteúdo algum ali. Mas os que não têm, são esses que dão sentido pleno ao diploma. Por isso eu digo que o diploma é feito precisamente para aqueles que não o têm”. Para mais, ver: FOUCAULT, Michel. Michel Foucault à propôs de l'école. [Entrevista concedida a] Jacques Chancel. Radioscopie (Philosophes): Jacques Chancel reçoit Michel Foucault, 10 de abril de 1975, 6'21”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VjsHyppHiZM>. Acesso em: 4 dez. 2021.

Por melhor que sejam as suas intenções, quando Fernando Henrique argumenta que para a modernidade chegar o analfabetismo precisa desaparecer é criado um conflito com pessoas em tais condições. Elas são culpabilizadas pelo retrocesso e, à medida que FHC malogra em suas políticas socioeducacionais, continuam ficando para trás por causa de um novo requisito estabelecido como fundamental.

O desemprego aumenta e FHC continua a responsabilizar os menos qualificados por não se profissionalizarem. Como resposta, essas pessoas se tornam missivistas que pedem por qualquer emprego, justificando que, a despeito do colocado, elas não deixam de se profissionalizar por falta de vontade. Trata-se de uma corrosão do sistema de representação a partir do que se entende como função da educação e da responsabilidade que cada um possui em consegui-la. Sandel sintetiza do seguinte modo:

A tirania do mérito é resultado não só da retórica da ascensão. Ela consiste em um conjunto de comportamentos e circunstâncias, que, agrupados, tornaram a meritocracia tóxica. Primeiro, sob condições de desigualdade desenfreada e mobilidade barrada, reiterar a mensagem de que nós somos responsáveis por nosso destino e merecemos o que recebemos corrói a solidariedade e desmoraliza pessoas deixadas para trás pela globalização. Segundo, insistir na ideia de que um diploma universitário é o principal caminho para um emprego respeitável e uma vida decente cria um preconceito credencialista que enfraquece a dignidade do trabalho e rebaixa pessoas que não chegaram à universidade; e terceiro, insistir na ideia de que problemas sociais e políticos são mais bem resolvidos por especialistas com educação de nível superior e valores neutros é presunção tecnocrática que corrompe a democracia e tira o poder de cidadãos comuns (2021, p. 105).

Há reação quando o valor social de trabalhos manuais se soma à responsabilização pelos problemas nacionais. Aqueles que cumprem o seu papel na sociedade se sentem atacados e reagem cobrando do presidente os compromissos firmados. Os postos de emprego, os cursos profissionalizantes, garantias de saúde e um teto para morar aparecem frequentemente nas cartas. Com elas, o pedido de uma postura mais humana de Fernando Henrique e sua equipe.

Quando foi presidente precisou do povo, e pra se começar algo precisa de dinheiro. Pra ganhar dinheiro precisa de um emprego. Um emprego ninguém quer dar. As vezes tem gente com dois três emprego e outras sem nenhum. Uma pergunta. Já se encontrou sem emprego, sem dinheiro devendo, já passou fome já viu seus filhos faltar a escola porque não tinha o lanche pra comer na escola. Claro que não sempre foi rico não é. [...] Presidente, se encontrasse um pedinte na rua, lhe daria esmola? (99.FH.020536.C/01-8, p. 4)

Para Luana, a trajetória de que Fernando Henrique tanto se orgulha o impossibilita de compreendê-la. Ele não se sensibiliza com os pedidos mais básicos porque a vida que teve

sempre foi de privilégios. O comentário sobre o pedinte é simbólico: Luana aposta que, mesmo sem toda a burocracia, Fernando Henrique não ajudaria ninguém necessitado, nem se tivesse condições e a pessoa estivesse bem na sua frente. A imagem do berço de ouro se destaca negativamente nesses casos.

Em 1995, 49,9% dos entrevistados pelo Ibope confiavam em FHC (IBOPE, 1995). No final de 1999, o percentual caiu para 27,5% (IBOPE, 1999b). A clara queda de representatividade é um sinal de que as palavras do presidente já não diziam respeito ao eleitorado que lhe concedeu o cargo, mas uma resposta às políticas que relegaram a segundo plano aqueles que acreditaram no poder de mudança de FHC.

“Vou governar para todos”, anunciou na posse de 1995, “mas se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade como é meu feitio, mas com firmeza” (BRASIL, 1995, p. 15). Nas cartas, entretanto, as pessoas contestam, desconfiam e questionam. Francisca, uma residente de Belo Horizonte (MG), expressa com bastante ironia seu aborrecimento:

Assisti ao vosso pronunciamento [...] e achei notável como vossa excelentíssima face presidencial não enrubreceu por um minuto sequer. [...] O Brasil está se tornando uma grande periferia violenta e marginal, mas o feitico geralmente vira contra o feiticeiro e tudo lhe será cobrado... a dívida contraída com milhões de pessoas é difícil de ser paga. Mas vossa consciência não pesa, vossa pessoa desconhece os problemas do povo. [...] O senhor é brasileiro? Se sim, se não, ainda é nosso representante, faça algo útil para quem é. [...] Não votei em você mas já que você ganhou sou obrigada a torcer por você, pois quero continuar acreditando no Brasil. (98.FH.121736.C/01-0, p.1)

Representar é uma tarefa difícil e por vez contraditória. Constantemente é necessário questionar “a quem represento?”. Seria o presidente responsável por agir considerando apenas os próprios interesses no cargo? Certamente os seus eleitores pediriam para ser incluídos. Aqueles que não votaram também, afinal, a cadeira é sempre maior que o ocupante do cargo. Mas e o país como nação? Como agir quando há conflitos entre os representados?

Escolher é a resposta. E Fernando Henrique escolheu. Decidiu pelo caminho da globalização que julgou inevitável. Focou na economia como solução única para perguntas diversas, como se a jogada de 1993 pudesse ser repetida incessantemente com sucesso até 2002. Usou as credenciais para defender a rota traçada e, aos que o questionavam, mostrou a face de professor e explicou o porquê de estar certo.

Quando os resultados não corresponderam à propaganda, desmoronou. Tudo que Fernando Henrique reivindicava era a competência. Para os que não eram beneficiados, tal

imagem não passava de falsidade e arrogância. Aqueles que precisavam de compaixão, palavras de conforto, acolhimento e compreensão, tão-somente encontraram alguém disposto a discursar. FHC os representou quando a inflação era um problema de todos. Ao ter que lidar com os problemas dos mais vulneráveis, o presidente provou-se decepcionante.

Como consequência da crise de representatividade, todo o sistema é abalado. Instituições perdem a credibilidade e o funcionamento das normas são questionados. A percepção, por exemplo, da arrogância dos instruídos, somada ao desdém com aqueles sem credenciais, pode gerar uma resistência ao conhecimento universitário. Discussões sobre o bem comum são postas à prova junto a própria democracia que apenas parece ouvir as necessidades dos mais poderosos. É nesse espaço que o autoritarismo e as respostas rápidas crescem.

Não gostaria de falar nesse assunto, pois, não queremos a volta a ditadura, mas, temos que reconhecer que até em governos militares a segurança era bem maior e que a rejeição a hoje ao governo é a maior na história do Brasil que um Presidente teve. Não sou eu que estou afirmando isso – são as estatísticas. Estamos sempre torcendo para que haja um “eco” qualquer, p’ra podermos sair às ruas. As forças armadas vão dar segurança aos chefes de Estado convidados e nós então ficamos com as rebarbas (99.FH.033522.C/01-1, p. 10).

Mesmo que as estatísticas de Shirley não sejam verídicas, a missivista expõe razões argumentativas para se preocupar: há muitos eleitores convencidos de que o passado era melhor que o presente. Se em 1957, o salário mínimo anual chegou a representar 2,7 vezes a renda *per capita* dos brasileiros, em 2001 significou apenas 28%, uma das menores indicações desde 1940 (POCHMAN; BORGES, 2002, p. 39). Existe uma perda social e econômica na década de 1990 que leva aqueles mais precarizados a idealizarem um passado com melhores condições de vida em detrimento de um presente caótico. E por mais sombrio que pareça, ele ainda é melhor que o futuro.

Em 1999, 36% dos entrevistados pelo Ibope (1999b) afirmavam que a renda diminuiria ainda mais; 66,1% que o desemprego iria aumentar. A instabilidade na renda e a constante sensação de insegurança, aliadas ao descaso percebido nos governantes, levam ao desgaste. Shirley escreveu reiteradas vezes que deseja apenas um pouco de tranquilidade e sentir que os representantes que escolheu trabalham por ela e tem algum controle da situação.

Descrentes procuram por representantes que prometem dar voz às pessoas que se sentem negligenciadas e mesmo desprezadas pelo sistema vigente e suas elites distantes. As instituições

não representam a sociedade como um todo. Pelo contrário, estão se afastando cada vez mais dos interesses das pessoas comuns. Passada a desconfiança, vem a irritação e a frustração.

Pobreza, desigualdade, inflação, impostos altos, Estado ineficiente, desemprego sem soluções tangíveis são razões que motivam buscas por milagres. A procura por mais dignidade pode ser instrumentalizada por grupos que estão sempre esperando os referidos “ecos” serem suficientes. É preciso ter atenção com a frustração e a representatividade real do Estado democrático de direito para que todos possam continuar a criticar as políticas vigentes sem temerem ser executados na cadeira elétrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei esta pesquisa, um dos incômodos que norteava meu estudo era a ideia de clientelismo e conceitos correlatos. Acusava-se uma pessoa comum de corromper o sistema coletivo ao buscar soluções para os próprios interesses. Esse cidadão seria um ingênuo criador dos problemas que seus filhos enfrentarão, sendo quaisquer críticas de corruptibilidade do sistema por parte dele resumidas a hipocrisia. Cassiano Nunes em sua pesquisa sobre cartas ao ex-presidente Collor na década de 1990 chega a relacionar os pedidos ao presidente com essas ideias. Lendo os missivistas citados, entretanto, eu concluí que há mais do que isso. Embora existam argumentos no sentido de privilegiar e favorecer pessoas com recursos públicos, antes de ser corrupção, os pedidos são reveladores de uma ausência. Caso o Estado tivesse êxito em prover o mínimo de subsistência a essas pessoas através de políticas locais, elas não escreveriam implorando por qualquer ajuda possível. Então, perguntando-me sobre as expectativas direcionadas a FHC e como meu trabalho poderia contribuir para o debate, li e sistematizei o corpo documental de 80 cartas.

Na metade do trabalho, a hipótese se confirmou. Antes do fisiologismo, tratavam-se de pedidos de ajuda. Minha surpresa esteve em observar que essas súplicas por subsídio não resumiam o que motivava as pessoas a escrever, nem mesmo eram o assunto principal das cartas em muitos casos. Os missivistas se incomodam com humilhação, perda de dignidade, injustiça, ressentimento, enganação e tantas outras questões. A falta de auxílio econômico é só a ponta do iceberg que os leva a se dirigir ao presidente.

Laura, a salgadeira que conhecemos no 1º capítulo, escreveu para criticar o abandono de FHC aos mais pobres, especialmente na área de saúde. Filipe, no segundo capítulo, redige razões pelas quais não deveria ter reelegido FHC, focando nas promessas não cumpridas. No terceiro capítulo, Shirley aponta para a vida difícil que FHC impõe aos brasileiros e a constante insegurança que sente. Todos os três comentam o plano Real e outras medidas econômicas, mas a frustração que relatam não se encerra nisso. Eles não pedem emprego ou qualquer ajuda de FHC. Querem apenas informá-lo das consequências das políticas empregadas e o quanto ficaram decepcionados pelo presidente não representar o interesse deles.

Ao todo, 47 missivistas foram citados aqui. Em maior ou menor grau, autores e autoras escreveram o que esperavam de FHC. Em suas cartas, reivindicavam constantemente um benefício coletivo para o pedido pessoal e mostravam o quanto se importavam com o bem

comum. São pessoas que procuraram informar o representante das falhas e ausências observadas, bem como dos direitos e deveres que sabem possuir. Pautas legítimas de cidadãos democráticos.

Nem sempre os missivistas fizeram uso de dados precisos para sustentar seus pontos de vista, muito menos indicaram as fontes dos argumentos levantados. Como estratégia, trouxeram experiências e sentimentos. Compartilharam suas histórias e relataram dores, medos, esperanças e sonhos. Eles trazem ao presente lições que não vêm de fatos objetivos do governo FHC, mas das marcas que essa realidade deixou em cada um e que a vida tratou de repercutir.

Os missivistas escreveram preocupados com o rumo dos governos e com as implicações práticas na vida cotidiana. Falaram de salários estagnados, direitos perdidos, novas tributações, descontos abusivos, desigualdade frequente; a equipe de FHC, por sua vez, respondeu com conselhos animadores: faça concurso público, busque um banco na sua cidade. Em rede nacional, o discurso do presidente pedia que o povo se preparasse para competir e vencer na economia global: o que você conquista depende daquilo que consegue aprender. Se esforce e vença.

Muitos missivistas trabalham quinze horas por dia. São copeiras, motoristas; professores; donas de casa; comerciantes; faxineiras; agricultores; videntes. Não dormem, sofrem com o medo do desemprego e da violência urbana. Têm diabetes, leucopenia e fibromialgia. São as pessoas que mais sofrem com a precarização do trabalho. Concordo com Rosana Pinheiro-Machado (2019, p. 59) quando a pesquisadora afirma que, se não trabalhamos com os setores precarizados, com aqueles que se revoltam contra o sistema e a desigualdade, e não entendermos as ambiguidades, não temos ninguém.

É preciso um exercício de escuta antes de qualquer ensinamento às camadas mais vulneráveis da sociedade. Essas pessoas são cotidianamente marginalizadas e continuam a tentar se adequar a um sistema em rápida mudança. Oferecem o voto, o tempo, a disposição e, quando não têm mais o que dar, entregam palavras e histórias. Deixar de ouvir as soluções que possuem para os problemas da própria vida é retirar a parcela de democracia que essas pessoas conhecem. Quando perdida, essa representatividade não retorna com facilidade.

Nenhum outro candidato com o perfil intelectual tradicional de FHC chegou novamente à cadeira da presidência da República com popularidade. Lula da Silva (PT), um ex-operário do ABC paulista, assumiu no ano de 2002 e repetiu o feito em 2006. Dilma Rousseff (PT), uma ex-guerrilheira, sucedeu Lula em 2010 e 2014. Michel Temer (PMDB) poderia representar uma volta ao perfil de FHC após o golpe que destituiu a presidenta em 2016, mas o professor e

advogado jamais teve uma avaliação positiva maior que 15,9%, sendo a regra uma aprovação inferior a 6% em todas as pesquisas.⁶⁰

O ocupante do cargo a partir de 2018, Jair Bolsonaro, diverge também do perfil de FHC. Sua especificidade é aproveitar-se de crises sociais e institucionais de representação para ascender, incluindo aquelas de que tratei. Ele reuniu em sua candidatura figuras do lavajatismo, do antipetismo, do antissistema, do conservadorismo de costumes, da reivindicação absoluta de “lei e ordem”, das forças de segurança, do autoritarismo sem disfarces (NOBRE, 2020, p.31). A frustração tem historicidade, então é necessário cuidado com o ressentimento político. Mesmo estudando o passado, nunca se sabe a pior forma que essa frustração pode assumir.

⁶⁰ WIKIPEDIA. *Popularidade do governo Michel Temer*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Popularidade_do_governo_Michel_Temer. Acesso em: 12 dez. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO, Daniel Reis (Org.). *Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- ALMEIDA, Marcos Paulo Teixeira de. *Cartas à Presidência: As angústias de um brasileiro no final do governo Sarney*- Brasília, 2018. 49f. Monografia (Graduação em história)-Universidade de Brasília.
- ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos. (Orgs.). *As políticas da política*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. The Dialogic Imagination. In: HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1996.
- BIOUNDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BRASIL. Presidente, 1995 (Fernando Henrique Cardoso). *Discurso de posse: 1 janeiro de 1995*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação social, 1995.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CAMARGO, Maria. Cartas adolescentes. Uma leitura e modos de ser... In: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S. (Orgs.). *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- CARDOSO, Fernando. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Diários da presidência*. Vol. 1: 1995-1996. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- COGGIOLA, Osvaldo. *De FHC a Bolsonaro: elementos para uma história econômica-política do Brasil (1979-2019)*. São Paulo: Liber Ars, 2019.
- COHN, Amélia. *Cartas ao presidente Lula. Bolsa Família e direitos sociais*. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.
- COUTINHO, Grijalbo. *O direito do Trabalho flexibilizado por FHC e Lula*. São Paulo: LTr, 2009.
- CUBAS, Caroline Jaques. Cartas de política, cartas de fé: inserção social e vida religiosa entre 1960 e 1990. *Tempo*, v. 12, n. 24, 2008.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, v. 5, 1997.
- DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Avaliação presidente Fernando Henrique/ intenção de voto para presidente/ avaliação plano Real/ avaliação congresso nacional*. São Paulo: Grupo Folha, dez. 1999.

_____. *Avaliação presidente Fernando Henrique Cardoso/ avaliação desempenho senadores e deputados federais/ avaliação desempenho governadores/ avaliação plano Real/ percepção sobre o paulista*. São Paulo: Grupo Folha, dez. 1995.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FAVERI, Marlene. Práticas da escrita de correspondência em Santa Catarina, nos anos de 1937 a 1945. *Tempos Históricos*, M.C. Rondon, v. 8. pp. 101-130. 1ºsem/2006.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

_____. *Power/knowledge*. Brighton: Harvester, 1980.

FROTSCHER, Méri. “A miséria me obriga a escrever ao senhor”: a escrita de si em cartas de alemães ao prefeito de Blumenau-SC (1946-1948). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.7, nº.15, pp.137-176, mai./ago. 2015.

GASTAUD, Carla; COSTA, Bruna. Apontamentos sobre cultura escrita e práticas epistolares. *CEM Cultura, Espaço & Memória*, n. 8, 2018.

GÓMEZ, Antonio. Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, pp. 66-72, jan./abr. 2012.

_____. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista brasileira de história da educação*, nº 5, p. 93-124, jan./jun. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Opinião Pública*. Rio de Janeiro: IBOPE, dez.1995.

_____. *Pesquisa de Opinião Pública*. Rio de Janeiro: IBOPE, set.1999a.

_____. *Pesquisa de Opinião Pública*. Rio de Janeiro: IBOPE, nov. 1999b.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação*. Balanço do Governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os acervos privados de presidentes da República no Brasil: entre as noções de propriedade privada e de interesse público. *INcid*, Ribeirão Preto, v. 10, n.1, pp. 64-80, mar./ago. 2019.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda, 2008.

MARCELINO, Douglas Attila. O lugar do “outro mundo” na percepção da nacionalidade: cartas e pedidos ao “São Tancredo”. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2016.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. *Diálogos*, v. 12, n. 2 e 3, 2008.

MARTINS, Herminio (Ed.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

- MIGUEL, Luis Felipe. O representante como protetor: incursões na representação política “vista de baixo”. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 27, n. 79, 2012.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. O carteiro e o educador: práticas políticas na escrita epistolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, n. 2, 2012.
- MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.
- NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a Capital: cartas a JK (1956-1961)*. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- _____. Memórias de Brasília: Em cartas para JK. In: COSTA, Cléria; BARROSO, Eloísa. *Brasília – Diferentes olhares sobre a cidade*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- _____. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.
- NUNES, Cassiano. *Cartas do Povo Brasileiro ao Presidente*. São Paulo: Agência Quality, 1993.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no Contexto: 1987-2007*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. *O Brasil no Contexto: 1987-2017*. São Paulo: Contexto, 2017.
- POCHAMN, Marcio; BORGES, Altamiro. “ERA FHC”: A regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- REIS, José Roberto Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”. *Correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.
- SANDEL, Michael. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- _____. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- SKINNER, Quentin. *Visões da política*. Rio de Janeiro: Difel, 2005.
- STREECK, Wolfgang. O cidadão como consumidor. *Revista piauí*, v. 79, 2013.
- TOLEDO, Roberto. *O presidente segundo o sociólogo*. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das confidências. *Teresa*, nº 8-9, pp. 372-389, 2008.
- ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.